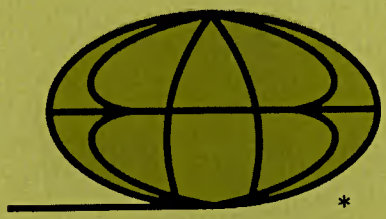
REVISTA BRASILEIRA DE

BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO

Nova Série - Vol. 1 - Nº 2 - 1999/2000

- Biblioteconomia e Educação
  - diálogo
  - novas tecnologias
  - redes
  - novas diretrizes curriculares
  - modelo de educação contínua
- Arquivologia e Museologia
  - diferenças e semelhanças



- Bibliotecas Universitárias
  - serviços ao cliente
  - arquitetura
  - edifícios inteligentes
  - conforto lumínico
- Bibliotecas Públicas
  - bibliotecas escolares
  - dimensão social
  - reconstrução de significados/Manifesto da UNESCO
  - diálogo entre bibliotecário e professor
- Entrevista
  - Rubens Borba de Moraes
- Resenhas
  - Tesauros
  - Arquitetura da Informação
- Notas e Registros

FEBAB

Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições

Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação
Órgão Oficial da
FEBAB - Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições

Indexação: Information Science Abstracts (ISA), Library and Information Science Abstract (LISA), Library Literature (LL).

Números avulsos: R$ 18,00 – Exterior: USD 30,00

Correspondência:
FEBAB – Rua Avanhandava, 4º, cj 110
CEP 01306-001, São Paulo, SP
Fone 011 – 257-9979
Presidente/ fax :031-2210655/221-2732
romal@net.em.com.br – febab@egroups.com

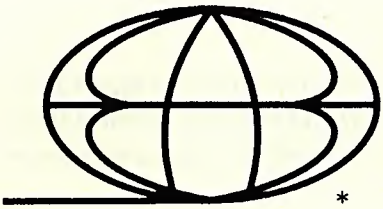
Layout, Impressão e Acabamento:
Binhos Fotolito Ltda.

Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação

Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação

Órgão Oficial da

FEBAB - Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários



*

* logotipo do Engº Manoel Valente Barbas

São Paulo, Nova Série, Volume 1, Número 2, páginas 01-138, 1999/2000 - Co-edição - Câmara Brasileira do Livro - ISSN 0100-0691

Representação Bibliográfica

Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação / Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários - Nova Série, v.1, n.1-2,1999/2000.- .São Paulo: FEBAB, 1999 - Semestral.

Continuação do *Boletim da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários,* v.1-10, 1973/77; Reformulação: v.11-25, n.1-4; 1978/92; Reformatada:1993: v.26, n.1-2; 1995/97, v.26-28 (um único vol.), Nova Série, v,1, n.1-2, 1999/2000. Editora do vol. 1, nº 1-2, 1999/2000: Neusa Dias de Macedo

Palavras-chave: Ciência da Informação – Periódicos. Biblioteconomia – Periódicos. Língua Portuguesa – Periódicos. Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários – FEBAB. CDU 02 (05) CDD 020.5

Nova Série, v.1, n.2, 1999/2000
Apoio: Câmara Brasileira do Livro
Book RJ Gráfica e Editora Ltda.

Revista Brasileira de
Biblioteconomia e Documentação

SUMÁRIO/CONTENTS

EDITORIAL

Neusa Dias de Macedo

Completa-se o volume 1, com o presente fascículo desta Nova Série da RBBD, iniciada em 1999, como também se finda a nossa gestão como editora desta revista. Problemas fora do nosso alcance fez com que este segundo fascículo, já preparado há quase 2 anos, não pudesse ser publicado no devido tempo.

Desta forma, no decorrer de 2000 algumas matérias novas foram sendo acrescentadas. Somente em 2001, com respaldo da Câmara Brasileira do Livro, pode-se regularizar a periodicidade da RBBD. Mesmo com este retardamento, os artigos enviados e/ou encomendados a colaboradores de alguns estados brasileiros e um da Argentina, referentes a 1999, primam pela atualidade da matéria.

Privilegiam-se aqui assuntos ainda "quentes", frutos de pesquisas, revisões e experiências profissionais que, além de abordagens teóricas, enfocam questões várias sobre bibliotecas universitárias e bibliotecas públicas. Inclui-se ainda um estudo panorâmico dedicado a redes, terminando-se o fascículo com resenhas de trabalhos sobre temas sobre tesauros e arquitetura da informação.

Quanto aos **Artigos:** O autor da obra "Biblioteconomia no Brasil", Dr. Francisco das Chagas Sousa, professor da UFSC, abre este setor com um trabalho que por certo irá subsidiar a quem se interesse por fundamentações entre educação e biblioteconomia; trata-se de um profundo "Diálogo" entre Biblioteconomia e Educação no mundo de tecnologias emergentes de Comunicação /Informação. Seguem outros artigos, sendo que um deles discute a clássica tríade conhecida por "Três Marias", ou seja, a inter-relação entre Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, escrito por uma das mais constantes estudiosas da área de arquivologia e multimeios - atualmente Chefe do CBD-ECA-USP - a Dra. Johanna W. Smit. Da Argentina, conta-se com a colaboração da Profa. Margarita Victoria Gómez, pesquisadora do Instituto Paulo Freire, que nos presenteia com um substancial artigo à volta de conceitos e expressões figuradas sobre "Rede", termo que advém de milênios atrás até alcançar as redes de comunicação. O conhecido especialista e autor de vários trabalhos, no Brasil e no exterior, sobre qualidade e clientes na área de bibliotecas, o Prof. Dr. Waldomiro Vergueiro, desta feita, demonstrando a falta de padrões de atendimento ao usuário e/ou de códigos de conduta nas bibliotecas universitárias brasileiras, ilustra a situação com um estudo de caso. Da UnB, o agora chefe do Departamento de Ciência da Informação e Documentação, Prof.Dr.Antonio Miranda, consultor renomado em análises de acervos de bibliotecas universitárias - e não só profundo

conhecedor da literatura internacional da área como possuidor de vivência e prática em instalações de BU em vários pontos do Brasil - apresenta uma novidade: os "Edifícios Inteligentes" de bibliotecas, adentrando-se numa revisão crítica de inúmeros pontos falhos de edificação de bibliotecas universitárias, desde questões com materiais e desconfortos internos até problemas com equipes sem experiência no setor de edificação de prédios. Oportunamente, ligado ao último tema, uma equipe da Universidade Federal da Paraíba, constituída por uma estudante e uma professora da área, e ainda por um arquiteto, Maria das Graças de Sousa, Joana R. Garcia e Jean Carlo F. Tavares, descrevendo a pesquisa que utiliza o luxímetro, levantam problemas de iluminação da Biblioteca Central da UFPA, contribuindo então para o restabelecimento do conforto ambiental dessa biblioteca. Finalizando, uma jovem bibliotecária do interior de São Paulo, realizando o mestrado na área de comunicação - Valéria Aparecida Bari - aponta sob visão de cidadania a diferença entre a mera função social e a verdadeira dimensão social que irá mudar o rumo da biblioteca pública em contexto brasileiro, apresentando o artigo provocador sobre a "Dimensão Social da Biblioteca Pública".

A Secção de **Comunicações,** que se inicia com **Depoimentos**, informa sobre as "Diretrizes Curriculares em Ciência da Informação no Brasil" (ainda em decorrência de estudos) na fala dos Profs. Drs. Johanna W.Smit [ECA-USP], Marta L.P. Valentim [UEL] e José Augusto Guimarães [ex-presidente da. ABBD]. Estes docentes focalizam a questão do enquadramento de Biblioteconomia/Arquivologia/Museologia, apresentando necessárias explicações sobre o tema de inovações ao currículo de biblioteconomia. Trata-se de um tipo de conteúdo que merece a devida divulgação à comunidade bibliotecária, tendo em vista que nem sempre textos como estes se encontram disponíveis ao profissional. À propósito, a FEBAB promoverá, de 25 a 29.11.2001, o INTEGRAR 2001: 1º. Congresso Internacional de Arquivos, Bibliotecas, Centros de Documentação e Museus, visando a unir e fortalecer as quatro áreas, com a participação de especialistas de fala portuguesa de vários continentes.

As Seções "Comunicação e Noticiário" têm aguardado colaborações, principalmente relatórios e avaliações de encontros e congressos da área, porém sem retorno. Nesta Seção apresenta-se a programação circunstanciada sobre um Curso de Atualização a bibliotecários, contendo a prova didática e uma apreciação final da decorrência do mesmo, que foi programado pelo SOS Amigos FEBAB-São Paulo, set-nov'99. Denominou-se este curso de "Biblioteconomia e Documentação vista por docentes do CBD-ECA-USP", cuja organização/administração esteve a cargo da editora da FEBAB e de Mirian Salvatore Nascimento. A presidente da FEBAB achou por bem ser relatado esse evento e divulgar o relatório para que servisse de modelo à programação de cursos semelhantes no terreno brasileiro, respeitando, outrossim, peculiaridades locais.

Ainda, no setor de Comunicações/Depoimentos, enquadrou-se a "Síntese dos Dados Técnicos e da Temática" de um trabalho denominado "Biblioteca Pública/Biblioteca Escolar de país

em desenvolvimento: diálogo entre bibliotecária e professora para a reconstrução de significados com base no Manifesto da Unesco", de autoria das Profas. Dras. Neusa Dias de Macedo e Idméa Semeghini-Siqueira, cuja publicação na íntegra (no prelo) está sob os auspícios do CRB-8 - Conselho Regional de Biblioteconomia de São Paulo.

A Seção **Notas e Registros** tem sido coletada e organizada, individualmente, por Telma de Carvalho, bibliotecária da Faculdade de Odontologia da USP, esperando-se para os próximos números melhor canalização de notícias à RBBD. Aguardamos colaboração de todo o Brasil para os próximos números.

Como Entrevista, May Brooking Negrão, pesquisadora da área de bibliotecas públicas, relembrando visita feita, em 1983, ao solar de Rubens Borba de Moraes. Apresenta matéria histórica e dados muito sugestivos em feitio de crônica, por meio de fita gravada, com os dados obtidos da fala desta eminente personalidade da biblioteconomia brasileira - agora não mais entre-nós.

Em **Resenhas,** sob a coordenação da Profa. Nair Yumico Kobashi, docente do CBD-ECA-USP, apresentam-se duas recensões:

1 – Sob o tema "Tesauros", focaliza-se o trabalho de Garcia Gutiérrez, *Principios de lenguaje epistemografico. D*e grande valia, em termos teóricos, aos interessados em questões de tesauro, esta resenha é apresentada por uma especialista na área de resumos, indexação e tesauros: Dra. Nair Y. Kobashi.

2 – Relativo ao novíssimo tema "Arquitetura da Informação", de Rosenfeld & Morville, *Information architeture for the world wide web*, a resenha informa sobre a arquitetura da informação em web sites como função primordial para estes novos tempos. A Profa. Dra.Marilda Lopes Ginez de Lara, da área de classificação e representação temática, analisa claramente os dez capítulos, como segue: 1 – A performance de um web site; 2 – Introdução à arquitetura da informação; 3 – Organizando a informação; 4 – Desenhando os sistemas de navegação; 5 – Sistemas de expressões; 6 – Sistemas de busca; 7 – Pesquisa;

8 – Desenho conceptual; 9 – Produção e operacionalidade; 10 – Arquitetura da informação em ação.

Comunicação da Editora

Esta editora, deixando a direção da revista, tenciona abrir oportunidades para que surjam outros interessados em funções editoriais, na linha das associações ligadas à FEBAB.

Outras pessoas, principalmente com sangue novo e disponibilidades para tal empreitada, apoiadas agora com receitas vindas do primeiro volume desta Nova Série, hão de torná-la daqui por diante uma voz inteiramente nacional, abrindo espaços a assessores não só para as várias seções da revista como para autores e iniciantes dos diversos estados brasileiros. O ideal (como tenho propagado desde 1978) é de que, cada edição, possa ficar sob a responsabilidade de equipes de um estado e/ou região brasileira. Que seja também garantida, pela FEBAB, a permanência do atual Conselho Editorial que tem emprestado qualidade às matérias selecionadas a cada fascículo, e de uma Secretaria específica para a RBBD que se responsabilize pela divulgação e distribuição da revista.

Tanto a editora como a presidente da FEBAB se posicionam em poder colocar a RBBD também em formato *on line*. Por questões financeiras e para obter-se maior dinamismo e interatividade com os leitores, enfim para chegar-se à regularidade da comunicação de informação nova, divulgando mais rapidamente artigos e outras matérias informativas, tornar a RBBD um periódico eletrônico - é um projeto que precisa ser concretizado.

Foi dado o primeiro e árduo passo para o ressurgimento da RBBD (estacionada desde o segundo semestre de 1993, portando há seis anos), nesta Nova Série, com trabalhos enviados espontaneamente e outros encomendados, porém, inteiramente em atividade editorial pessoal de uma redatora/editora, que aguarda, por mais de dois anos, a desejada "estação de trabalho" institucional para tal empreendimento, sem consegui-la.. Se houve falhas à parte formal da revista e atrasos na publicação, abre-se agora um campo fértil para novas investidas, sob a efetiva supervisão da presidência da FEBAB, agora para 2001.

Por experiência própria, vejo que tão-somente contando-se com uma equipe - composta por várias editorias de assessores, secretaria em tempo integral, com cobertura de uma apropriada "estação de trabalho", e sob parcerias associativas - poderá tornar-se a RBBD um organismo que funcione corretamente como um verdadeiro empreendimento editorial da FEBAB, tanto em formato convencional, em feitio de revista impressa em papel, como já entrando em formato *on-line*. Providências para tal mudança de editor e forma de trabalho empresarial e multidisciplinar já se encontram em andamento pela direção da FEBAB..

O meu agradecimento a todos que puderam apresentar críticas construtivas e dar apoio a este empreendimento.

São Paulo, novembro de 2 000

Profa. Dra. Neusa Dias de Macedo, editora da RBBD/FEBAB

AGRADECIMENTOS

Agradecemos pelo relevante apoio à publicação deste fascículo (n. 2, 1999-2000) da Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, as seguintes pessoas e entidades:

- Ivone Tálamo e Mirian Salvatore Nascimento pelo empenho junto a CBL;
- Câmara Brasileira do Livro pela intermediação junto a três firmas que graciosamente, nos prestaram serviços gráficos e ofereceram papel, sem o que esta revista não se atualizaria;
- Book RJ Gráfica e Editora Ltda.
- Binhos Fotolito
- RIPASA,

São Paulo, setembro de 2 001

Neusa Dias de Macedo

Editora da RBBD/FEBAB

Diálogo entre Biblioteconomia e Educação num Mundo de Tecnologias Emergentes da Comunicação/Informação

Francisco das Chagas de Souza*

Resumo: Diante de determinada concepção de diálogo entre duas áreas de conhecimento, resgata-se o contexto sócio-econômico situando o homem ocidental de hoje na mesma condição do antigo cliente grego Empresas adotam e disponibilizam todos os recursos da mídia, psicologia e outros domínios a fim de convencer os indivíduos ao consumo. Em rápida caracterização de especificidades da Biblioteconomia e Educação, essas áreas são consideradas como possuidoras de formas especiais do fazer comunicativo com seus públicos, concluindo-se que o conteúdo do diálogo nesse caso não difere hoje ou em qualquer outra época.

Palavras-chave: Biblioteconomia. Educação. Comunicação. Tecnologias Emergentes de Comunicação/Informação. Cliente. Consumidor.

1 Introdução

No livro *Biblioteconomia no Brasil: profissão e educação*, em particular no texto 1, afirmo que o conhecimento biblioteconômico, o conhecimento educacional e o conhecimento em comunicação constituem instrumentos de relação e não de absolutização. São, por isso, conhecimentos que não se auto-bastam mas que se realizam na medida em que são utilizados como facilitadores da inter-relação de outros conhecimentos. Afirmo ainda que esses três campos de conhecimento "têm se expandido rapidamente em permanente conexão" (Souza, 1997:11).

As razões da expansão, sobretudo vinculadas ao crescimento da economia capitalista, especialmente de caráter financeiro, têm a ver, entre outros pontos, com a busca do aumento da *escala de produção,* barateando custo unitário de unidade de produto ou de serviço; as ações de *aculturação,* pelas quais mais indivíduos assimilam valores e atitudes de consumo próximas às do eixo capitalista; com a ampliação da *instrução escolarizada,* através da qual se preparam indivíduos capazes de manipular os in-

* Professor Adjunto IV, do Departamento de Ciência da Informação, da Universidade Federal de Santa Catarina. souza@fastlane.com.br

ventos e com as criações materiais dos países do eixo capitalista. Por meio da *instrução escolarizada,* apresentada sob a forma de um processo educacional vem a se construir a condição para o uso intenso de fontes de informação sobre a cultura das populações, para os usos e costumes de povos mais distantes e para o uso de fontes de informação sobre descobertas científicas e novos produtos.

Com a intensificação do uso das fontes de informação, a economia capitalista alcança dois objetivos básicos: a) fazer o incremento da aculturação, visando o aumento da escala de produção industrial; e b) dar acesso mais rápido ao conhecimento básico que poderá ser transformado em inovação tecnológica ou recurso para a geração de novas tecnologias.

Um traço característico do mundo atual, da globalização econômica e da mundialização cultural, é precisamente a integração e conexão de campos de saber, sem que na prática das profissões ocorra, como condição indispensável, a realização do trabalho em equipes multiprofissionais. Em outros termos, os conhecimentos estão sendo integrados de modo tal que apontam para uma crise das especializações. Na medida em que, hoje, se pode saber de tudo sobre tudo, através, por exemplo, do acesso à Internet (bastando para isso que se saiba fazer a(s) pergunta(s) de modo adequado), pergunto: Qual será o novo alcance de atuação de certas profissões?

No caso específico da Internet, excluídas as tecnologias de rede e a engenharia de telecomunicações, relevante é destacar como ocorreu a convergência dos conhecimentos na relação de que venho falando. Tipicamente, a Internet é uma ampla e excepcional biblioteca, exigindo na organização de suas páginas, sites e diversos canais complementares – como também é um espaço educacional de autoaprendizado sobre a sua própria manipulação e uso.

Requer pois a aplicação de certos fundamentos do conhecimento educacional, sendo ainda o grande veículo de comunicação do mundo dos anos noventa, integrando todos os recursos das outras mídias, de tal modo a oferecer na tela do navegador interessado o rádio, o jornal, o cinema, etc. Além disso, é hoje um dos mais eficazes recursos para a correspondência interpessoal, podendo substituir uma parcela da atuação do correio tradicional.

A partir dessas considerações, procuro traçar reflexões em torno do que a Biblioteconomia e a Educação, em nossa sociedade, têm ou podem ter de convergentes em seu fazer comunicativo. Como em outros ensaios, utilizo a idéia diretriz da Sociologia do Conhecimento de que a realidade é construída socialmente, ou seja, o que aí está e estará repercute o embate do entendimento humano sobre a objetivação de sua existência. Com isso, por ver nesse embate a realização do diálogo, atribuo a este último o sentido de prática permanente do questionamento e da reflexão sobre a realidade e capaz de auxiliar as tomadas de decisão que constróem a existência em sociedade.

Por conseguinte, laboro aqui breve reflexão sobre aspectos relevantes ao entendimento da convergência da Biblioteconomia e da Educação em seu fazer comunicativo como, por exemplo, o lugar do homem na sociedade do consumo, o que é o fazer educacional, o fazer bibliotecário e o fazer comunicacional nessas duas áreas.

2 Sociedade e Economia

2.1 O homem como máquina consumidora de bens e serviços

Um dos fatos componentes do contexto das sociedades ocidentais dos últimos 50 anos é a exponenciação da idéia de que a existência humana é socialmente válida quando a cidadania se exerce plenamente pelo usufruto de direitos e pelo cumprimento de deveres. A própria idéia em si, derivada da filosofia utilitarista, tem um viés muito forte da noção dos registros da contabilidade quando, ao explicitar a idéia das partidas dobradas, expressa a noção do *haver* e do *dever*.

A própria maneira de ser da existência humana ocidental dos últimos 100 anos, guiada fortemente pela única filosofia de que o gênio racionalizador norte-americano da Nova Inglaterra pode produzir – o utilitarismo – faz de todos os homens objetos dos interesses do capital. Com isso, construiu-se uma ideologia pela qual o sentimento de realização pessoal está forjado a partir da capacidade de consumo dos bens industriais e dos serviços modernos de massificação do ócio, por meio do turismo, esportes, cinema, telecomunicações, imprensa, mesmo quando o indivíduo não é capaz de gozar o gozo que poderia ser mais estimulante se não tivesse a permanente pressão da mídia produtora de desejos que o dinheiro paga.

Dessa maneira, o homem ocidental é orientado ou induzido a cumprir um papel maquínico e irrefletido, transformando-se em autômato gastador ou máquina de consumir.

Essa característica ou traço social, revelado nestes últimos 50 anos, vai estar presente nas Declarações Universais promovidas pelas grandes organizações multilaterais internacionais, pelos vários estados nacionais, pelas múltiplas ONGs e pela ação da escola em todos os níveis. A título de ilustração, tome-se a Declaração Universal dos Direitos do Homem, ou os textos das constituições político-jurídicas de certos países, em cujos textos o rol dos direitos tem a contrapartida dos deveres, mas, invariavelmente, permite a liberdade para argüir e exercer direitos dentro dos limites dados pela lei que, só em tese, representa todos os interesses de todas as pessoas. Portanto, como em qualquer contabilidade, há um soma total final em que *haver* e *dever* devem se equilibrar.

No quadro dessa concepção de ser social em que a economia efetivamente entra como a peça de fundo da existência humana, o homem comparece como máquina consumidora e ao mesmo tempo seres impessoais – como as empresas prestadoras de serviços e produtoras e fornecedoras de bens – comparecem como os provedores da felicidade e, para isso, forjam o afastamento do homem (alienação) de toda e qualquer razão criticizadora da estrutura de sociedade em que convive e/ou subvive.

2.2 O homem como marionete do interesse econômico capitalista – consumidor -papel

Ao ser limitado e conseqüentemente ao conformar-se à participação social e econômica de consumidor de bens e de serviços, o moderno homem ocidental é transformado em uma marionete do interesse do capital – defendido pela filosofia utilitarista. Com esta transformação é criada a figura do consumidor-papel, isto é, de uma expressão

social que se exerce menos como ser humano e mais evidenciadamente como uma função econômica no interesse das empresas.

Como, existencialmente, por detrás de cada consumidor-papel, há uma potencial rebeldia de um ser humano, o esforço constante de pesquisa para a produção da alienação se executa pela associação de múltiplas formas de reforçar diariamente, e muitas vezes ao dia, a conformação humana ao consumismo. Nisso entram conhecimentos sobre a mídia, a psicologia, a administração, a estratégia econômica e de outros ramos, que auxiliam a criação de estímulos e forjam uma geração permanente de "produtos" novos, num espectro muito amplo que vai da moda a viagens, passando pelo setor de automóveis etc. Tais produtos novos, por exemplo, se revelam nos recozidos ou renovados roteiros de viagens e passeios ou na inserção de novos recantos: praias, parques florestais, ilhas etc. ou ainda pela mágica permanente da renovação do vestir diferente a cada ano ou estação, que são dadas como tendências pelas "mansões" de alta costura em todo o "mundo".

Com isso, mantém-se arsenais e mais arsenais de estímulos permanentemente renovados e preparados para a interminável guerra sobre os consumidores "reais" (que não podem jamais ser perdidos como consumidores para o sistema do capital econômico-industrial-financeiro e de serviços) e sobretudo para a assimilação ao sistema do capital dos consumidores a serem conquistados, chamados de "consumidores potenciais".

Esse consumidor-papel sobre o qual se jogam avalanchas enormes de propaganda, começa a se definir dentre todos os que foram "educados" para a prontidão ao convencimento. Isto o leva a adquirir grandes tiragens de revistas, em que mais de 70% do material impresso contém absoluta publicidade. O material editorial que compõe o restante da impressão, também tem este mesmo caráter, como é o caso de parte das revistas ditas femininas, ou das revistas sobre ricos e famosos, por exemplo. Revela-se aqui, claramente, o por quê, nos anos recentes, do aparecimento da palavra *cliente,* tornando-se um termo dominante na linguagem de todos os prestadores de serviços, em particular.

O cliente, para ir um pouco à origem da palavra, era, na sociedade grega, o sujeito que tinha bens, posses materiais, mas não podia deliberar sobre seu próprio usufruto, porque devia obediência a um chefe nobre. Assim, *cliente* é, por essa origem, o sujeito que tem capacidade financeira para gastar; entretanto, só vai fazê-lo a partir de um comando que o autorize. Esse papel, que é de uma marionete ou de um alienado sobre o seu próprio poder, é justamente o que as empresas resgataram nesses últimos 50 anos. Empenham-se na aplicação de um mix de técnicas que exerçam o comando psicológico sobre todos esses consumidores – clientela – que lhes leve a sentirem-se autorizados a gastar o seu dinheiro sem o sentimento de culpa ou a sensação de desperdício econômico, moral.

3 Educação

3.1 Educação como produtora de informação para condicionar as pessoas à acomodação sócio-cultural

Considerando o fundamento filosófico e o *modus operandi* do estado e da empresa ou do capital econômico na sociedade oci-

dental, é impossível desconhecer que a educação cumpra, quase sempre, uma função de mecanismo que na maior parte do tempo não se compromete com a formação de pessoas capazes de "aprender a aprender" e em condições de avaliar o que se lhes apresenta. A implicação imediata é a dificuldade generalizada de se entender a existência cotidiana como construída de forma humana e socialmente.

Por ser a educação discurso construído, ela pode ser produzida intencionalmente, conforme o objetivo desejado por quem a constrói. Assim, considerando a prática política e social das sociedades do ocidente, a primeira revelação sobre o discurso educacional, ou seja, - a informação de caráter técnico, tecnológico sobre como organizar o que ensinar e o modo de ensinar; organizar os educadores e os educandos; definir a literatura a ser usada; as práticas pedagógicas a serem cumpridas em um processo formativo - é que seja um discurso estatal. Deliberado pois pelas Câmaras de representação política – os Parlamentos – como um projeto de interesse comum do Estado. No entanto, os parlamentos ao serem espaços, por definição, representativos dos interesses hegemônicos de uma sociedade, são fóruns que tendem a eliminar nos projetos de educação as diferenças de concepção filosófica e política, ou se as tolera produz os limites para que uma "liberdade" possa ser exercida. Dizendo de outra maneira, está aí revelada a matriz da acomodação sócio-econômica e política das pessoas, pois este modo de realizar a educação parte de um interesse reforçador dos valores que coincidem com os interesses hegemônicos da representação política e econômica que forçou a decisão.

Evidentemente, esse modo de ser da ação educativa, que tem caráter fortemente instrumental, condiciona as pessoas à acomodação e vai convergir com a formação do consumidor-papel ou do *cliente,* e faz perceber a relação de interdependência entre estado, representação política e empresa capitalista econômica. É, nesse sentido, que a educação ofertada à sociedade nem sempre coincide com a perspectiva de todos os docentes, vistos individualmente ou em seus sindicatos, podendo-se enxergar nestes docentes também uma *clientela* dos grupos de poder dirigentes do Estado. Esta situação é muito clara no Brasil de hoje em que uma propaganda oficial tende a convencer os professores, especialmente da educação básica, de que estão próximos do paraíso escolar a despeito de toda a sorte de limitações salariais, de formação, de recursos para o exercício de seu magistério. Pelas suas limitações existenciais pessoais e profissionais do dia-a-dia são pessoas propensas a crer e a aceitar essa propaganda que de variada maneira – pela televisão, rádio, livro-texto – lhe chega diariamente e que é reforçada pela maioria dos pais, também pressionados por fatores limitadores de sua existência cotidiana.

3.2 Educação como produtora de informação para despertar as pessoas à transformação social

Outra forma de agir educacionalmente, teria como ponto de partida uma visão da informação educacional como crítica ao modo de ser ético e moral da sociedade e, por isso, estaria preparada para formar pessoas capazes de produzir perguntas sobre os fenômenos em volta. Dito de outro modo, seria uma informação educacional voltada à geração de conhecimento novo e constante ao tomar como um requisito fundamental que a produção de ciência é decorrência

da geração contínua de perguntas capazes de por à prova os resultados até então tidos como conhecimento conquistado.

Essa educação assim praticada, vocacionada para a formação de pessoal capaz de produzir conhecimento novo é cerceada por várias formas, cuja primeira, no caso do Brasil, é a insuficiência de laboratórios e de bibliotecas nas escolas e, mais que isso, a insuficiência de salários e de tempo para a dedicação ao ensino e pesquisa nas escolas de educação fundamental e média do país.

Por que os "donos do poder" se amedrontam com essa perspectiva de educação? Certamente, porque ela é anti-clericalista e, por isso, anti-dogmática e também porque ela pode valorizar o potencial inteiro de cada ser humano. Estas duas razões, o conhecimento separado da fé religiosa e a aceitação do ser humano como um todo levariam, em suas mentes, ou a insubordinação por excesso de ceticismo ou à guerra permanente ao potencializar e tornar visível a instabilidade de grande parte dos conhecimentos até então conquistados.

Não estou falando que o item anterior e este compreendem modelos absolutos de educação, pois tenho convencimento de que num mundo de constantes revelações de inteligência humana, o modo gerador de acomodação não acomoda a todos. Isto se tem observado recentemente com o conhecimento cibernético, com a informática, com a bioengenharia etc. Os exemplos existentes demonstram que sem um rígido controle estatal e econômico os donos do poder seriam facilmente levados à perda do controle político, econômico e legal que sustentam esses seus poderes. Confirmam os temores expressos pelos donos do poder estatal e econômico as contínuas atuações dos "piratas", em especial os de computador, para os quais o conhecimento posto ou a lei dada estão sempre em questão.

4 Biblioteconomia

4.1 Biblioteconomia como produtora de informação para ordenar todas as informações geradas na sociedade

A sociedade gera as informações necessárias à representação e à consolidação do saber que asseguram a sua reprodução, permanência e ampliação material e espiritual. Nesse conjunto se insere, também, a geração das informações que constituem os saberes de como organizar todas as informações de todos os campos de saber. Aí está a Biblioteconomia em uma de suas facetas.

Ao se consolidar ao longo dos últimos milênios, em resposta a necessidades concretas da sociedade comercializadora, estatal ou das chefaturas religiosas, o saber relativo à organização documentária foi tecendo modos de objetivar e harmonizar a descrição documentária [autoria, título, lugar onde se deu o registro, ano em que foi feito o registro, material suporte, tamanho físico do documento ou seu formato, etc.]; indicar os conteúdos inseridos nos documentos [o próprio título, cabeçalhos, simbologia alfanumérica, simbologia por cores, formato do documento, etc.] e auxiliar o armazenamento.

Para realizar isso, a Biblioteconomia integrou a partir da apropriação de saberes oriundos de outros campos de conhecimento várias noções relacionadas à segmentação de seu próprio saber. Assim, ela tem uma divisão interna de assuntos que foram

articulados para produzir respostas objetivas. Isso a torna um universo epistemológico e vai torná-la utilizadora de modos de difundir-se, de dizer de si, de se representar, de colocar-se em competição com outros conhecimentos produzidos na sociedade. Da mesma forma vai exigir que a sociedade realize sobre ela os investimentos compatíveis com o papel desempenhado na solução de problemas que se relacionam ao âmbito do seu papel e que decorrem do movimento social permanente.

Desse modo, a Biblioteconomia constitui, ao longo de sua história, uma divisão interna de assuntos ou subespecialidades, às quais atribui designações; constrói conceitos representando natureza, atributos e funções dessas designações; define modos operacionais de execução de tarefas; e elabora instrumentos de fixação dos modos operacionais e de comunicação de procedimentos de trabalho

Dentre as subespecialidades mais visíveis, que ela formou a longo dos últimos cem anos, destacam-se:

A – Arquitetura e instalação de bibliotecas e de serviços de informação;

B – Organização das coleções e formulação de produtos e serviços aos usuários;

C – Capacitação de pessoal especializado e de apoio;

D – Organização do processo de relações com o usuário;

E – Administração: 1- do edifício e instalações; 2- do uso, manutenção e crescimento das coleções; 3- do pessoal especializado e de apoio 4- das relações com o público; 5- das finanças;

F– Catalogação dos materiais;

G – Classificação, indexação e terminologia;

H – Produção de fontes de informação;

I – Difusão de serviços e de informação especializada;

J – Ensino de Biblioteconomia, inclusive programas de educação contínua de todo o pessoal atuante em bibliotecas e serviços de informação;

L – Formação de usuários e leitores;

M – Pesquisa e desenvolvimento em Biblioteconomia.

Nestas subespecialidades, que se renovam e que crescem permanentemente, se encontra precisamente a informação biblioteconômica, isto é, o conhecimento teórico produzido com a finalidade de ordenar todas as informações geradas na sociedade.

4.2 Biblioteconomia como ordenadora de informações com vista à economia social na armazenagem e recuperação de suas informações

Outra faceta da Biblioteconomia se afirma por suas práticas. Destas, surgiram as motivações necessárias para a geração do conhecimento teórico da Biblioteconomia e para estas faz retornar este conhecimento já enriquecido e fundamentando outras inovações e mudanças.

A grande causa deste movimento de mão dupla é a permanente busca da sociedade em baratear o custo financeiro de sua existência, segundo uma perspectiva utilitarista. Assim, a busca original de economia so-

cial na armazenagem e recuperação da informação veio a produzir um papel social que nos últimos séculos é chamado bibliotecário, atribuiu a ele funções de organização e recuperação da informação ao mais baixo custo possível e cobra dele o alcance desse objetivo.

Por detrás desse desafio, está a tarefa constante de interpretação do movimento da sociedade, razão pela qual as subespecialidades "Ensino de Biblioteconomia" e "Pesquisa e Desenvolvimento em Biblioteconomia" vieram a se estabelecer e expandir-se no ocidente a partir da segunda metade do século passado. Pelo Ensino se realiza a formação direcionada ao melhor retorno social e pela Pesquisa se realizam as descobertas e experimentos necessários à transferência de melhores conhecimentos práticos a serem adotados por técnicos e gestores em Bibliotecas e Serviços de Informação, de modo a assegurar uma ordenação de informações que conduza ao barateamento econômico da armazenagem e recuperação de informações.

Em tudo isso, estão evidentes diversos modos e diversas práticas de comunicação que se entranham nos vários momentos da prática profissional bibliotecária. Por exemplo,

a - na recepção da grande mensagem produzida pela sociedade de que é necessário baratear os custos da armazenagem e recuperação da informação;

b - na noção de um papel social com determinadas funções atribuídas;

c - na interpretação do pensamento social sobre a profissão;

d - na atividade de ensino de Biblioteconomia;

e - na atividade voltada para a pesquisa e desenvolvimento em Biblioteconomia.

Por tudo isso, pode-se colocar em discussão o que é a comunicação já que na Biblioteconomia ela aparece em tantos e diferentes momentos e evidentemente determinando modos distintos de produção de diálogo.

5 A COMUNICAÇÃO COMO *FLUXO* E COMO *CONTEÚDO*

A comunicação é fluxo. A transmissão é o processo através do qual ela flui. Assim, é necessário que o fornecedor de atividades de formação, leitura e informação possua a capacidade de transmissão da informação para que a mesma seja comunicada.

A capacidade de transmissão da informação requer que o fornecedor cumpra várias etapas que compõem o processo como por exemplo:

a – conhecimento prévio do recebedor da informação;

b – seleção da informação a comunicar;

c – acesso aos recursos instrumentais para formatar a informação;

d – acesso aos canais adequados tecnológica e culturalmente para transmissão;

e – acionamento dos canais de transmissão;

f – acesso aos meios para verificação da quantidade de recepção;

g – acesso aos meios para verificação da qualidade de recepção;

h – acesso dos recebedores a canais de retorno;

i – uso pelos recebedores, sem barreiras, dos canais de retorno;

j – atualização constante dos registros acerca do recebedor da informação;

l - ajuste constante dos canais de retorno com relação aos aspectos tecnológico e cultural;

m - aprimoramento permanente de todo o processo.

A comunicação é também conteúdo. Para que ela flua já está pressuposto em "conhecimento do recebedor", "recursos para formatação", "acesso a canais culturalmente adequados" o que ela tem de conteúdo. É que o conteúdo está determinado por fatores de cultura, enquanto o fluxo combina tecnologia e cultura. Deste modo, a comunicação como conteúdo se dá pela possibilidade de uma vez capturada pelos sentidos humanos ser conferida imediatamente pelo universo de conhecimento que o recebedor retém. Após esta conferência ou verificação de adequação cultural (língua, simbologia pictórica, simbologia sonora etc.) o recebedor absorverá, parcial ou totalmente, ou desprezará a informação que lhe chegou.

O esforço permanente do processo de comunicação é que essas duas vias convirjam e que o fluxo e o conteúdo se realizem como perfeitamente colados.

6 Distintos modos do fazer comunicativo

6.1 Fazer comunicativo na Biblioteconomia

O fazer comunicativo na Biblioteconomia exige, durante a sua realização, uma combinação adequada de fluxo e conteúdo, de tal modo que reflita por um lado a especificidade da área e por outro que permita construí-la em integração ao ambiente concreto e existencial da sociedade. Assim, as técnicas e procedimentos operacionais que adota na prestação de serviços aos seus usuários poderão ser comuns a qualquer outro campo profissional cuja atuação dependa de uma eficaz união de conhecimentos de base tecnológica e de base cultural. Isso ocorre pelo fato de que o perfil do público atendido pelo profissional de biblioteconomia é mais difuso, especialmente quando se trata da população que procura ou pode buscar informação ou leituras públicas.

Tomando do item 5 anterior as etapas da transmissão da informação como categorias do fazer comunicativo, pode confrontar-se como se dá o fazer comunicativo em Biblioteconomia, especificamente a partir dos procedimentos ou técnicas que utiliza.

Quadro 1 – O fazer comunicativo em Biblioteconomia

Categorias do fazer comunicativo	Procedimentos ou técnicas adotados
A – Conhecimento prévio do recebedor da Informação	Estudos de usuários ou de comunidade Levantamento de perfil do usuário real
B – Seleção da informação a comunicar	Seleção da coleção ou acervo informacional Participação em comissão de seleção documentária ou informacional

	Participação em Comissão Editorial Preparação do catálogo do acervo Preparação de sumários de periódicos, etc
C – Acesso aos recursos instrumentais para formatar a informação	Manuscrição Datilografia Duplicação Impressão Gráfica Fotocopiação Construção de *sites* e *homepages* para acesso via WWW Internet
D – Acesso aos canais adequados tecnológica e culturalmente para transmissão	Participação em atividades promovidas pelos usuários reais ou potenciais Visitas a escolas Aquisição de espaço editorial em boletins, revistas, jornais Participação em grupos de conversação por meio eletrônico (*chats)* Uso do correio eletrônico e tradicional Aquisição de espaço editorial ou publicitário em rádio, televisão Uso de carro-biblioteca, produção de filme, peça de teatro, textos em CDs
E – Acionamento dos canais de transmissão	Contato com as comunidades Participação no local Elaboração e redação de materiais editoriais e de publicidade Impressão, prensagem e distribuição de materiais Postagem convencional e eletrônica dos materiais Preparação de roteiros para peças, filmes e apresentação no rádio e na televisão
F – Acesso aos meios para verificação da quantidade de recepção	Registro da freqüência Registro das manifestações no local Registro do percentual de material que alcançou o destino Contagem de ouvintes e telespectadores Contagem de acesso ao material disposto na WWW Internet

G – Acesso aos meios para verificação da qualidade de recepção	Queixas e reclamações dos usuários
H – Acesso dos recebedores a canais de retorno	Caixa-sugestão E-mail anônimo Disque 0800 Atendimento de ouvidoria em balcão
I – Uso pelos recebedores, sem barreiras, dos canais de retorno	Não exigência de senha ou identificação Plantão permanente Balcão em local visível e de acesso fácil
J – Atualização constante dos registros acerca do recebedor da informação	Verificação programada e permanente de dados cadastrais Acréscimo de registro sobre novos interesses temáticos Registro de interesses gerais de informação
L – Ajuste constante dos canais de retorno com relação aos aspectos tecnológico e cultural	Atualização de formulários Atualização de equipamentos Treinamento contínuo da equipe técnica e de atenção direta ao público
M - Aprimoramento permanente de todo o processo	Reuniões periódicas programadas da equipe para avaliação dos serviços Análise das tendências de interesses Redefinição das ações Implantação de inovações nas técnicas e nos procedimentos adotados

Como se observa há uma diversidade muito ampla de procedimentos ou técnicas empregados. Vê-se também que o fazer comunicativo na Biblioteconomia exige a participação do conhecimento teórico e a aplicação dos procedimentos formulados em todas as subespecialidades da Biblioteconomia arroladas em 4.1.

6.2 Fazer comunicativo na educação

Vê-se na Educação que o fazer comunicativo é bem mais definido, em função do "local" onde se desenrolam as ações. Na sua prática, a Educação associa técnicas e procedimentos tradicionais e modernos, de um modo geral condicionados ao modelo de sala de aula, que produz a relação secular do professor (que dita) e do aluno (que ouve).

Da mesma forma que na subseção anterior, 6.1, serão empregadas as mesmas categorias do fazer comunicativo e relacionadas aos procedimentos ou técnicas empregados na área de Educação, para mais tarde se apreciar como se dá o possível diálogo entre a Biblioteconomia e a Educação.

Quadro 2 – O fazer comunicativo em Educação

Categorias do fazer comunicativo	Procedimentos ou técnicas adotados
a – conhecimento prévio do recebedor da informação	Levantamento do perfil sócio-econômico dos inscritos no estabelecimento escolar
b – seleção da informação a comunicar	O previsto no currículo escolar ou no projeto pedagógico do estabelecimento
c – acesso aos recursos instrumentais para formatar a informação	Manuscrição Datilografia Duplicação Impressão gráfica Fotocopiação Transparência Quadro-verde Construção de *homepages* e *sites* na WWW Internet
d – acesso aos canais adequados tecnológica e culturalmente para transmissão	Sala de aula tradicional para aulas presenciais ou a distância Boletins, revistas, apostilas, texto para auto-aprendizagem, canais de conversação (*chats*), correio eletrônico e tradicional, rádio, televisão, CDs, audiocassete, videocassete, teatro
e – acionamento dos canais de transmissão	Participação no local Elaboração e redação de materiais editoriais e de publicidade Impressão, prensagem e distribuição de materiais Postagem convencional e eletrônica dos materiais Preparação de roteiros para peças, filmes e apresentação no rádio e na televisão
f – acesso aos meios para verificação da quantidade de recepção	Freqüência Participação durante a atividade Contagem de acesso na WWW Internet
g – acesso aos meios para verificação da qualidade de recepção	Avaliação de desempenho em tarefas e provas

h – acesso dos recebedores a canais de retorno	Contato direto professor e aluno
i – uso pelos recebedores, sem barreiras, dos canais de retorno	Relação democrática em sala de aula e na escola
j – atualização constante dos registros acerca do recebedor da informação	Acompanhamento docente
l – ajuste constante dos canais de retorno com relação aos aspectos tecnológico e cultural	Atualização dos recursos didático-pedagógicos Capacitação contínua dos professores Capacitação contínua da equipe técnica e administrativa do estabelecimento escolar
m - aprimoramento permanente de todo o processo	Reuniões pedagógicas docentes Reuniões de pais e professores Contínua humanização da escola

Por ser bem mais definido o fazer comunicativo em Educação, requer procedimentos e técnicas mais restritos. Isso ocorre pelo fato de que o fazer comunicativo nesta área está modelado no padrão sala de aula, mesmo quando o ensino é realizado a distância. Mesmo neste último caso permanece inescapável a necessidade do professor ou da equipe de professores para selecionar informação a ser comunicada, para definir o tempo necessário à aprendizagem, para estabelecer o método de ensino, para definir os procedimentos de avaliação e de certificação da aprendizagem. Além disso, a sociedade continua e continuará a conferir ao papel social do professor a autoridade para certificar a validade e confiabilidade do conhecimento adquirido.

7 Novas tecnologias da comunicação e da informação no diálogo entre a biblioteconomia e a educação

No item 6 considerei o fazer comunicativo em Biblioteconomia e em Educação a partir de 12 categorias propostas no item 5, como etapas inerentes à comunicação vista como fluxo (processo). Associados a essas categorias, destaquei os procedimentos ou técnicas adotadas nas duas áreas para efetivar seus fazeres comunicativos.

A partir desse arranjo analítico é possível destacar alguns aspectos em que os procedimentos ou técnicas adotadas se aproximam ou se afastam, dadas as características particulares de estudantes, de usuários de bibliotecas, de serviços de informação, de exigências institucionais das Escolas e das Bibliotecas, bem como de certos segmentos profissionais que estas instituições põem em interface com seus públicos.

Desta maneira, torna-se evidente que os procedimentos utilizados profissionalmente nos fazeres comunicativos da Biblioteconomia e da Educação são

1 - razoavelmente semelhantes nas categorias:

a – conhecimento prévio do recebedor da informação;

d – acesso aos canais adequados tecnológica e culturalmente para transmissão;

e – acionamento dos canais de transmissão;

f – acesso aos meios para verificação da quantidade de recepção;

l - ajuste constante dos canais de retorno com relação aos aspectos tecnológico e cultural;

m - aprimoramento permanente de todo o processo.

2 - fortemente semelhante na categoria

c – acesso aos recursos instrumentais para formatar a informação;

3 – não semelhantes nas categorias

b – seleção da informação a comunicar;

g – acesso aos meios para verificação da qualidade de recepção;

h – acesso dos recebedores a canais de retorno;

i – uso pelos recebedores, sem barreiras, dos canais de retorno;

j – atualização constante dos registros acerca do recebedor da informação;

Isso evidencia que a maior convergência e, portanto, o maior potencial de diálogo ou de espaço de interlocução entre a as duas áreas dá-se na categoria "c". Em seguida, uma razoável convergência dá-se em "a", "d", "e", "f", "l" e "m". De outro lado, não há convergência nas categorias "b", "g", "h", "i" e "j".

Diante disso percebe-se que a maior incidência do diálogo entre Biblioteconomia e Educação está nas categorias em que é mais forte o fator de objetivação (instrumentalidade). Da perspectiva do fazer comunicativo, isso aponta que as mais novas tecnologias da comunicação e da informação não melhoram e nem pioram o diálogo entre a Biblioteconomia e a Educação. As novas tecnologias se inserem na categoria "c", que se mantém, em qualquer época, como assimiladora dos novos modos ou recursos instrumentais para formatar a informação. Na categoria "d", que se relaciona ao acesso a canais com adequação tecnológica e cultural, já se vê a primeira diferença, dada pela existência na área da Educação do canal "sala de aula" que, virtualmente ou não, tem um modo de funcionamento que exige uma relação de tutoria.

A análise permite destacar que no fazer comunicativo da Biblioteconomia há muito mais facilidade para a construção da prática democrática ou da igualdade do que no fazer comunicativo da Educação. Isso vai se refletir numa forte redução dos momentos de diálogo entre as duas áreas. E, nestes pontos de sombra, as novas tecnologias da comunicação e da informação não têm implicação substantiva. São pontos que estão impregnados por subjetividades, personalismos ou, em outros termos, pelo exercício da autoridade determinada pela natureza de cada campo do conhecimento.

8 Conclusão

Partindo da noção de que diálogo é a prática permanente do questionamento e da reflexão sobre a realidade, e capaz de auxiliar as tomadas de decisão que constróem a existência em sociedade, utilizei esta noção

para apresentar a questão sobre o que a Biblioteconomia e a Educação, na sociedade atual, têm de convergentes em seu fazer comunicativo.

Para o desenvolvimento desta reflexão tornou-se importante caracterizar, rapidamente, o papel do homem na sociedade e, por isso, na economia atual que, tornando-o refém dos interesses econômicos e políticos, transforma-o também em refém dos fazeres comunicativos, pois por meio destes é convencido a ser tratado como cliente.

Em seguida, é apresentada uma análise sobre duas facetas, embora não exclusivas, da Educação: a primeira que se realiza com a finalidade de condicionar o educando à acomodação sócio-cultural; a segunda que pode ser realizada com a finalidade de despertar o educando para a transformação social.

No instante seguinte, foi abordada a Biblioteconomia como campo de conhecimento em construção permanente (teoria) e como ordenadora de informações (prática).

Finalmente, refleti sobre o sentido conceitual da informação como processo (fluxo) e como conteúdo.

Toda esta trajetória viabilizou a análise dos modos particulares dos fazeres comunicativos em Biblioteconomia e em Educação, a partir de uma categorização composta de doze itens, construída com base no processo (fluxo) comunicativo.

Como resultado final apontei que o conteúdo do diálogo entre a Biblioteconomia e a Educação hoje não é diferente do que poderia ter sido ou poderá ser realizado em qualquer época. A Biblioteconomia e a Educação vistas por suas técnicas ou procedimentos no processo comunicativo, têm, em várias categorias, modos distintos de operar. Isto demarca, claramente, diferenças que têm origem em natureza própria e na maneira como se construíram, em resposta aos interesses da sociedade a que servem.

Entretanto, nas categorias do fazer comunicativo - mais orientadas para o uso de instrumental / recursos tecnológicos - observa-se o uso, em ambas as áreas, de procedimentos similares os quais são indispensáveis ao cumprimento de suas tarefas.

Percebe-se pois que o uso de instrumentos / recursos de tecnologia mais antigos ou de tecnologia mais recente com igual determinação, sendo o condicionante as condições reais oferecidas pelo lugar onde as práticas bibliotecárias ou educacionais são exercidas.

Isso pode significar que, no sentido instrumental ou tecnológico, bibliotecários e profissionais da educação são usuários dos mesmos instrumentos / recursos. Dito de outra maneira, esses dois tipos de profissionais podem conviver num trabalho conjunto e construtivo quando operam em nível objetivamente instrumentalizado.

Assim, num mundo de emergentes tecnologias da comunicação / informação, o diálogo entre a Biblioteconomia e a Educação é mais consistente quando essas tecnologias são abordadas apenas como instrumentos / recursos utilizáveis, em cada área, no seu próprio processo comunicativo. E o grande elo, a permitir esse diálogo, se constitui linguisticamente pela denominação comum, às duas áreas, dos vários procedimentos ou técnicas utilizáveis.

Abstract: Discussing the concept between two fields of knowledge, a social and economic context that points out the Occidental man of today in the same condition of the old Greek client is rescued. Companies have adopted and made available all the features to the media, psychology and other fields to convince the individuals to the consumption. In a brief characterization of Librarianship and Education in its specifications, these areas of knowledge are considered as having special communicative actions with their publics, concluding that the content of the dialogue in this way does not differ today or at any time.

Key words: Librarianship. Education. Communication. Emergent Technologies of Communication.

Referências Bibliográficas

BAUDRILLARD, Jean, 1995, **A sociedade de consumo.** Rio de Janeiro: Elfos / Lisboa: Ed. 70.

BERGER, Peter I.; LUCKMANN, Thomas, 1985, **A construção social da realidade**,: tratado de Sociologia do Conhecimento. 6.ed. Petrópolis: Vozes.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil,** *1997,* Rio de Janeiro: Ed. Esplanada. (Coleção ADCOAS)

COULANGES, Fustel de. **A cidade antiga**,: estudos sobre o culto, o direito, as instituições de Grécia e de Roma. Rio de Janeiro: Ediouro [s.d.]

DEBORD, Guy, 1997, **A sociedade do espetáculo.** Rio de Janeiro: Contraponto.

DECLARACIÓN Universal de Derechos Humanos, 1999, [Captada em 15.04.99 em: http://pc72.law.wits.ac.za/humanrts/instree/spanish/sb1udr.html]

DOUGLAS, Mary, 1998, **Como as instituições pensam**. São Paulo: EDUSP.

DREIFUSS, René A., 1996, **A época das perplexidades**,: mundialização, globalização e planetarização: novos desafios. Petrópolis: Vozes.

KEY, Wilson Bryan, 1996, **A era da manipulação.** 2. ed. São Paulo: Scritta.

MARQUES, Mário Osório, 1999, **A escola no computador;** linguagens rearticuladas, educação outra. Ijuí: Ed. UNIJU.

ORTIZ, Renato, 1994, **Mundialização e cultura**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense.

POPPER, Karl R., 1975, **Conhecimento objetivo**,: uma abordagem evolucionária. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia / São Paulo: Ed. USP.

QUÉAU, Philippe, 1998, A revolução da informação: em busca do bem comum. **Ciência da Informação**, *Brasília, v. 27, n. 2, '98. [Captado em 21.04.99 em: http://www.scielo.br]*

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario, 1991. **História da filosofia**.: do romantismo até nossos dias. São Paulo: Paulinas.

ROBERTS, Royston M., 1995, **Descobertas acidentais em ciência.** 2. ed. Campinas – SP: Papirus.

SOUZA, Francisco das Chagas de, 1997, **Biblioteconomia no Brasil**,: profissão e educação. Florianópolis: Associação Catarinense de Bibliotecários; UFSC. Dos biblióforos aos gerentes da informação, p.5-26.

SOUZA, Francisco das Chagas de. 1997, Interatividade comunicacional no terceiro milênio. **Revista ACB** – Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v.2, p. 7-16.

Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia – O que agrega estas atividades profissionais e o que as separa?

Johanna W. Smit*

Resumo: Arquivistas, bibliotecários, documentalistas, gestores da informação e museólogos, apesar de diferenciados institucional e profissionalmente, contribuem de forma complementar para a disponibilização da informação estocada dentro de objetivos comuns.

Palavras-chave: Arquivologia. Biblioteconomia. Museologia. Diferenças e Semelhanças. Integração.

1 Introdução

O título, como foi formulado, aponta para profissões distintas, exercidas em espaços diferenciados. Intenta-se desenvolver a pergunta : - Em que consistem as semelhanças e diferenças entre estes profissionais e seus respectivos espaços institucionais?

Pragmaticamente, partamos da distribuição profissional, consolidada pela tradição, e que distingue nitidamente três categorias profissionais, respectivas formações e atuações institucionais: os arquivistas, os bibliotecários / documentalistas e os museólogos. De fato, a distribuição aqui proposta não reflete uma distribuição internacional homogênea, principalmente se lembrarmos que bibliotecários e documentalistas podem constituir categorias muito diversas, em maior parte dos países europeus, ou estarem confundidos na mesma categoria, como no Brasil. Os arquivistas podem distribuir-se em duas categorias: o "record manager" e o arquivista, como acontece nos EUA, ou numa única categoria.

Deve-se acrescentar, finalmente, que a mesma categoria pode ter diversas denominações. A categoria dos documentalistas, em particular, diversificou-se ao longo do tempo para um leque de expressões tais como "administradores" ou "gestores da informação", "analistas" ou "especialistas da informação", e assim por diante. A estas três categorias profissionais, associamos, em

* Professora Doutora do Departamento de Biblioteconomia e Documentação. Especialista em Arquivologia e Multimeios.

1993, a denominação "3 Marias" , numa tentativa de atingir simplificação didática sem pretender refletir o espectro profissional em todas suas nuances.

A denominação "3 Marias" visa portanto resumir uma situação, identificando cada categoria profissional por um nome simbólico: Maria, e reunindo as três irmãs (uma loira, uma morena e uma ruiva) numa família na qual cada irmã ignora em boa parte a atuação profissional, os princípios teóricos e as metodologias de trabalho das demais.

A tradição separa estas categorias profissionais, enfatizando desta maneira as diferenças, ou especificidades. ignorando, conseqüentemente, suas semelhanças. Trata-se, de fato, de um embate entre duas visões distintas, porém complementares. Por um lado: uma visão calcada nas práticas profissionais, ainda muito ancoradas no paradigma do acervo, e por outro lado a função social de instituições que coletam, estocam e disponibilizam informações. Em outras palavras, trata-se tanto em constatar as diferenças que se estabelecem entre os campos de atuação profissional quanto em discutir aquilo que as une, uma vez que se parte do princípio que há "algo" que as aproxima.

2 *As diferenças entre arquivistas, bibliotecários/documentalistas e museólogos*

As práticas profissionais estão por demais sedimentadas. Cada profissão é vista isoladamente, conta com bibliografia própria, congressos e associações particulares, obstruindo o fluxo e a troca de informações e, principalmente, impedindo que todos se vejam num contexto maior. O isolacionismo, paradigma problemático da área, prepondera, tornando esses profissionais muito mais competentes na denominação das diferenças do que na identificação das semelhanças.

As diferenças se fundamentam em dois grandes eixos complementares: os acervos e as instituições que os abrigam. No imaginário profissional coletivo estocam-se livros e periódicos em bibliotecas, objetos em museus e documentos gerados pelas administrações em arquivos. Simplifica pois de forma caricata o imaginário, pretendendo resumi-lo ao essencial. Em outros termos, a diferenciação se apoia na distinção de tipos e suportes documentais, metodologias de organização decorrentes desta distinção e, finalmente, supõe o trabalho de organização da informação sempre adequado aos objetivos institucionais, fechando o círculo vicioso.

A título de ilustração, o círculo vicioso determina: coleções de livros que são organizadas nas bibliotecas; organização esta que deve adequar-se aos objetivos das mesmas, numa ordem pois de organização e disponibilização de materiais bibliográficos... A tradição de separação das áreas existe efetivamente e com certeza responde a determinadas necessidades da sociedade. No entanto, o peso da tradição deve ser reativizado, enfatizando-se a necessidade de proceder a uma análise da situação que vá além da vivência profissional.

As 3 Marias não nasceram separadas. Afastaram-se ao longo do tempo. Ao que tudo indica, as primeiras "bibliotecas" acumulavam tanto materiais bibliográficos quanto documentos de natureza arquivística (relações de propriedades de terras e respectivos impostos) (Martins 1996 e Witty 1973). Somente com a invenção da imprensa e a

duplicação mecânica de textos, além do estabelecimento de formatos de papel e composição de cadernos (*in-quarto, in-octavo,* etc.), os documentos foram adquirindo sua feição atual. A distinção entre bibliotecas e arquivos, em particular, originou-se certamente neste dado momento, baseando-se numa associação automática e indiscutível entre os tipos de documentos e a função da informação neles contida.

Detecta-se, a partir dessas colocações, um primeiro núcleo de questionamentos possíveis e que podem ser sistematizados ao redor dos termos documento, informação e função. Entende-se assim a razão de no seio das chamadas "ciências documentais" não terem sido geradas maiores discussões no tocante à esta associação da biblioteconomia, documentação e arquivologia. Na verdade, apontavam-se suas diferenças (sem explicá-las). Porém, com a concordância de que todas tinham algo em comum: o trabalho com documentos.

O próprio nome tem determinado a importância atribuída ao documento enquanto aglutinador de práticas profissionais e respectivas instituições. A museologia somente será reconhecida como a outra irmã da família mais recentemente -cuja visão ainda não é consensual - uma vez que esta área não trabalha com documentos, no sentido imediato do termo, mas supõe a ampliação do conceito de "documento" ou a ênfase na informação enquanto insumo e produto de ciclos produtivos.

Assim como há estudos que estabeleçam a proximidade de objetivos entre biblioteconomia, documentação e arquivologia (Bearman 1993, Mueller 1984, Tees 1988 e 1991), há outros estudos que, sem negar a proximidade entre a biblioteconomia e a arquivologia e a sua inserção à Ciência da Informação, incluem também a museologia na discussão (Bearman 1994, Homulos 1990, Leonhardt 1989, Mason 1990, Pinheiro 1997 e Smit 1993 e 1994).

A discussão aqui proposta somente adquire sentido se analisada de um ponto de vista diacrônico, no qual a ênfase no documento é substituída pela ênfase na informação.

A dupla documento/informação coloca inúmeros problemas, estando distante de um dimensionamento satisfatório da questão. Pode-se afirmar que as 3 Marias convivem em constante tensão entre o documento e a informação, ora priorizando um, ora outro. Como enunciar a tensão? De imediato, nota-se maior apego dos arquivistas e museólogos ao documento e uma facilidade por parte dos documentalistas para abstrair o documento, enfatizando a informação nele presente.

As discussões atuais sobre as bibliotecas virtuais, redes e sistemas de informação resumem o ápice nesta descolagem entre informação e documento

= A informação deve ter sido registrada de alguma forma para poder ser estocada =

Este é um postulado tão básico para a área que geralmente o mesmo é esquecido.

A tecnologia trouxe enormes progressos nas formas de registro e, principalmente, nas formas de organização e transmissão da informação registrada, mas a mesma sempre terá sido registrada de alguma forma e estocada em algum lugar ou computador. Não é operacional, portanto, pensar a informação isolada de seu registro, por mais que a questão do registro seja muito menos pertinente para o bibliotecário/documenta-

lista. É fundamental para o arquivista uma vez que este deve disponibilizar, além da informação, a prova (o documento) ou o museólogo que deve "mostrar" fisicamente o suporte da informação, ou seja, o objeto.

Em resumo, documento e informação contêm as duas faces da mesma moeda: uns prestam mais atenção a uma face, outros à outra, mas não é possível descolar as faces da moeda. As "ciências documentais" geram tensão entre documento e informação, entretanto, qualquer que seja a ênfase dada a um ou a outro, o paradigma que subjaz ainda é o do acervo, do estoque.

Exige-se pois fortalecimento da argumentação sobre a questão da mudança de paradigma na área, ou melhor, sobre a mudança da ênfase no acervo para a ênfase no usuário; do estoque para a função e para a utilização da informação. Como toda mudança de paradigma, a mesma é muito discutida, muito elogiada, mas ainda não se infiltrou em todas as práticas e todos os raciocínios. O discurso oficial (a ênfase no usuário - Morris 1994 e Valentim 1995) ainda não provocou a reformulação de nossas distinções profissionais. Continuamos formalizando a questão a partir do paradigma do acervo (Jardim e Fonseca 1992), sem nos darmos conta de que estas distinções não encontram mais fundamentação, ou ancoragem, no discurso atual.

Configura-se pois uma disjunção entre a imagem que temos da questão e a prática. A ênfase no usuário não desconhece o documento, mas subordina sua importância à função ou à utilização da informação. Em outros termos, inverteu-se o peso relativo dos dois extremos do processo, da "entrada" para a "saída". Neste quadro, se a ênfase no documento perde espaço para a ênfase no usuário, a distinção das instituições baseada nos documentos deixa de ser procedente.

É possível chegar à mesma conclusão elaborando uma outra argumentação, igualmente baseada no usuário e em suas necessidades informacionais. O usuário das 3 Marias é, por definição, um indivíduo, instituição, grupo social..., que manifestam uma necessidade informacional, ou seja, um vazio informacional que deve ser preenchido.

Dervin e Nilan (1986) acham impossível que todas as necessidades informacionais possam ser resolvidas num único ponto do espectro das instituições que têm por objetivo disponibilizar informações. A necessidade informacional não se enuncia, na maior parte dos casos, em termos exclusivamente "arquivísticos", "biblioteconômicos" ou "museológicos", mas em termos de uma "informação" que exige buscas.

Uma pergunta final pode ser enunciada: - Em que medida o usuário sairia ganhando se constatado um "vazio informacional" o mesmo encontrasse respostas distribuídas por diferentes instituições - arquivos, bibliotecas e museus? Seguramente, nem todas as perguntas se prestam a respostas tão multifacetadas, mas ainda assim a ressalva não invalida a pergunta, pois outras demandas informacionais podem ser sobremaneira enriquecidas se respondidas de forma mais abrangente.

As diferenças entre as instituições, seus respectivos estoques informacionais (ou documentais) e métodos de trabalho existem e devem ser identificados. No entanto, de acordo com o que já foi aqui mencionado, a proposta de diferenciação não poderá ser

baseada nos diferentes tipos de documentos por mais que na prática essa diferenciação ainda constitua a regra. A função atribuída ao documento parece constituir uma base sólida para a discussão, mas ainda é embrionária

Um aprofundamento para a reflexão sobre a função (ou o uso) das informações estocadas, é necessário e abrirá um campo fértil de pesquisas e debates. Este assunto merece ser organizado entre dois extremos: o documento eletrônico/digital e o documento audiovisual. Se o primeiro está presente em todas as instituições, geralmente cumprindo funções diferentes (funções "arquivísticas", "biblioteconômicas" ou "museológicas"), o segundo está igualmente em todas, cumprindo a mesma função, qual seja o testemunho iconográfico e/ou sonoro (Smit 1998).

O museólogo Homulos (1990) sinaliza pistas norteadoras para o debate, ao recusar o estabelecimento de fronteiras rígidas entre museus, arquivos e bibliotecas. Propõe uma organização dessas instituições ao longo de um grande contínuo, tendo as bibliotecas numa extremidade, os museus na outra e os arquivos no meio do contínuo. De acordo com o momento, na acepção do autor, cada instituição colocar-se-ia preponderantemente numa lógica ou noutra. O autor menciona, dentre outros, um critério que distingue as instituições: o "conteúdo informacional" de cada uma, seja na biblioteca, cuja coleção dos documentos representa a própria informação estocada, seja no museu, onde os objetos pouco informam sobre si mesmos mas potencialmente documentam muito sobre a sociedade que os gerou ou utilizou, ao passo que no arquivo os documentos informam sobre a instituição que os acumulou. A função atribuída aos documentos nas diferentes instituições certamente poderá ser determinada a partir da natureza de seu conteúdo informacional. Supõe-se , ainda, que possa melhor descrever o uso que cada conteúdo informacional propicie.

Homulos denomina o conjunto formado pelos arquivos, bibliotecas e museus de "Instituições Coletoras de Cultura". Se o texto deste teórico significou um grande avanço, ao tornar as fronteiras entre as instituições fluidas, a expressão "coletor de cultura" direciona o sentido novamente para o estoque, ou o acervo.

Pelo exposto - embora as diferenças entre instituições existam e não possam ser ignoradas - o principal fundamento teórico se prende ao paradigma do acervo.

3 Além do acervo, o que separa as 3 Marias?

Em três grandes grupos de processo/atividades, podem ser caracterizados o gerenciamento de estoques informacionais e sua decorrente utilização:

- **Gestão da memória** - seleção, coleta e avaliação de documentos/objetos e estoques informacionais;
- **Produção de informação documentária** - representação da informação estocada e conseqüente produção de informação documentária (bases de dados, catálogos, resumos etc.);
- **Mediação da informação** - a comunicação de informações objetivando uma efetiva transferência da informação, em função das necessidades informacionais dos usuários.

Este modelo subentende uma distinção entre a informação produzida e registrada pela sociedade (o "input" do sistema) e a informação produzida pelas 3 Marias ("output 1" do sistema), objetivando propiciar o acesso às informações estocadas ("output 2" do sistema). A informação produzida por arquivos, bibliotecas e museus será denominada informação documentária, pois é produto de um trabalho de natureza documentária, ou representacional, e não deve ser confundido com a informação produzida pelos demais segmentos da sociedade e estocada nas instituições. A distinção é necessária pelas seguintes razões:

- distingue as **responsabilidades** das diferentes informações gerenciadas ou disponibilizadas pelas instituições (Desantes Guanter 1987);
- marca a **complementaridade** entre as duas "informações", assumindo que a informação documentária constitui um elo na cadeia do fluxo e utilização da informação; em outros termos, a informação documentária é um meio para um fim, ou seja, o acesso à informação estocada.

Todas as Marias atuam nas três atividades. Decidem o que deve ser estocado (gestão da memória). Produzem informação documentária como meio para utilização da informação estocada (mediação). No entanto, a partir de características institucionais e características intrínsecas aos estoques informacionais, as instituições nomeiam e enfatizam diferentemente as atividades. Se bibliotecas e museus trabalham, em regra geral, com unidades informacionais (títulos de livros, objetos etc), a unidade de referência em arquivos é a série, ou seja, "uma seqüência de unidades de um mesmo tipo documental", sendo que o tipo documental é a "configuração que assume uma espécie documental, de acordo com a atividade que a gerou" (Camargo e Bellotto 1996, p.69 e 74).

	Arquivologia	**Biblioteconomia**	**Museologia**
Gestão da memória	• Produção e avaliação de documentos	• Formação e desenvolvimento de acervos	• Curadoria • Introversão
	• Temporalidade das séries documentais	• Gerenciamento de recursos informacionais	
Produção da informação documentária	• Processamento técnico	• Representação e recuperação da informação	• Documentação
Mediação da informação	• Jurisdição e acesso • Programas de difusão	• Serviços ao usuário • Ação cultural • Comunicação documentária	• Extroversão • Comunicação museológica

O princípio norteador da organização dos documentos é igualmente variado, uma vez que na biblioteca o critério do assunto predomina, enquanto que nos arquivos o critério é o da estrutura organizacional da instituição, acoplado à função administrativa exercida pelos documentos, e nos museus depara-se com critérios bastante variados: suportes, funções, períodos etc.. A título de ilustração, e sem pretensão de exaustividade, o quadro abaixo ordena algumas atividades realizadas no âmbito das 3 Marias:

Além das diferenças apontadas pelo quadro acima (e que são em parte terminológicas, e não conceituais), as atividades recebem ênfases, ou pesos, diferenciados nas 3 Marias. Correndo o risco da simplificação, parece evidente que a produção da informação documentária" ocupa posição de destaque nas 3 Marias. Hoje considerada meio, a mesma já foi associada a um fim em si e certamente explica a ênfase (ou quase total predominância) de matérias de "processamento técnico" nos currículos tradicionais de formação à arquivologia, biblioteconomia e museologia.

Seguramente, a biblioteconomia alcançou um estágio mais avançado nesta atividade. No mesmo esforço de síntese, observa-se na arquivologia uma preocupação muito grande com a gestão da memória. Neste sentido, a razão recai em que os arquivos devem gerenciar enormes massas documentais e ao longo do tempo foram depurando critérios de avaliação destas massas documentais visando a decidir o destino e a temporalidade das séries documentais. A arquivística moderna vai além... Desenvolve uma postura pró-ativa, recusando o papel passivo de "receptáculo" de documentos produzidos pela instituição. Tende a influir no processo de geração dos documentos, estabelecendo neste momento uma evidente interface com a área de O&M.

Bibliotecários e museólogos não desconhecem a importância da gestão da memória, mas são mais "reféns" da sociedade neste quesito, pois não dispõem, em geral, de meios eficazes para influir na geração de documentos. Na mediação da informação, entretanto, forçoso é constatar que esta atividade foi mais desenvolvida pelos museólogos, que sempre refletiram muito sobre "o que mostrar" e "como mostrar" (Cash, 1988). "Mostrar o acervo", enquanto modalidade de mediação, configura uma área na qual os museólogos investiram certamente mais do que os arquivistas e bibliotecários, perseguindo, em geral, além de objetivos informacionais, outros, de natureza estética ou sensorial.

Estabelecidas, de forma preliminar, as diferenças, tentaremos apontar para as semelhanças entre as instituições, seus respectivos objetivos e profissionais.

4 O que une as 3 Marias?

A área de conhecimento da Ciência da Informação apresenta um problema de base, gerado pela indefinição de seu objeto: a "informação". Como o termo é utilizado em muitos contextos e acepções diferentes, torna-se imprescindível distinguir a informação estocada pelas 3 Marias de outras "informações", caracterizando-a pela adoção de duas condições:

a) aquela que diz respeito aos arquivos e bibliotecas, trata-se de informação esto-

cada, sendo intencionalmente registrada, impedindo a adoção de acepções muito amplas e conseqüentemente inoperantes tais como a informação estética, a informação genética, a informação situacional; de outro lado, no que diz respeito aos museus, a informação não foi intencionalmente registrada, mas é considerada na sua condição de registro;

b) a informação - estocada pelas 3 Marias em função de uma utilidade que lhe foi conferida – supondo-se, em suma, que determinada informação poderá ser útil no futuro (enquanto informação, prova, testemunho, etc.) e por esta razão a mesma é intencionalmente estocada, valendo dizer que os estoques informacionais são o produto de uma decisão sobre a utilidade conferida a determinada informação (Buckland, 1991): esta decisão é obviamente relativa e passível de mudanças ao longo do tempo ou em função do espaço geográfico.

De forma resumida, pode-se portanto estabelecer que a informação intencionalmente estocada nas 3 Marias é registrada e intencionalmente considerada útil. O fruto deste processo é a institucionalização da informação uma vez que decorrente de decisões institucionais (ou, por extensão, sociais). Independentemente de suportes ou códigos, a informação é institucionalizada pelas 3 Marias: este é certamente um produto da área, que confere "status" a certas informações e o nega a outras. A informação, ao ser institucionalizada em nome de uma utilidade que lhe foi atribuída, é organizada em nome dos objetivos institucionais. A institucionalização da informação, operada pelas 3 Marias, encontra sua justificativa cultural, social e econômica à medida que esta informação é disponibilizada para a sociedade, ou comunidade, que financia a manutenção do estoque.

De forma precisa Mason (1990:125) resume o objetivo perseguido pelo profissional da informação e suas instituições: *"disponibilizar a informação certa, da fonte certa, para o usuário certo, no prazo certo, numa forma considerada adequada para o uso e a um custo justificado pelo uso"*. Esta frase, em função do acima exposto, aplica-se perfeitamente aos arquivistas, bibliotecários e museólogos.

5 Conclusão

Se há diferenças entre as 3 Marias, ocasionadas pelas funções atribuídas a seus estoques informacionais, forçoso é constatar que a organização dos estoques é fruto de decisões institucionais que não recobrem forçosamente, na mesma gama de opções, a palheta das necessidades informacionais da sociedade.

Desenha-se, neste momento, uma acepção possível para a Ciência da Informação enquanto disciplina científica, permitindo que sejam mapeadas as possibilidades de gestão da memória, produção da informação documentária e mediação das informações, em busca de teorias e princípios comuns às diferentes implementações particulares das 3 Marias.

Em outros termos, o estatuto científico da área somente poderá ser confirmado quando for abandonada a visão pragmática das práticas profissionais e quando se dispuser de teorias e princípios gerais, comuns às 3 Marias.

Abstract: Archivists, librarians, information managers and museum curators, even considering different professionals working with different institutions, they contribute towards information retrieval, having then mutual goals.

Kew words: Archivology. Librarianship. Museology. Differences and Similarities. Integration.

Referências Bibliográficas

BEARMAN, T.C., 1993, The education of archivists: future challenges for schools of library and information science. **Journal of Education for Library and Information Science,** v.34, n.1, p.66-72, '93.

BEARMAN, D. **Experience delivery services,** 1994, In: CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECARIOS ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 5, 1994. Lisboa. Anais. Lisboa: Associação de Bibliotecáriuos Arquivistas e Documentalistas, 1994. V.2: Arquivos, p.153-159, '94.

BUCKLAND, M., 1991, Information as thing. **Journal of the Americam Society for Information Science,** v.42, n.5, p.351-60,'91.

CAMARGO, A.M.deA., BELLOTTO, H.L., 1996, **Dicionário de terminologia arquivística.** São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros - Núcleo Regional de São Paulo/Secretaria de Estado da Cultura.

CASH, J., 1988, Picture power: optical discs and video computing come of age. **Museum News,** p.58-60, jul./ago.'88..

DERVIN, B., NILAN, M., 1986, Information needs and uses. **Annual Review of Information Science and Technology,** v.21, p.3-33,'86.

DESANTES GUANTER, J.M., 1987, **Teoria y régimen jurídico de la documentación.** Madrid: Eudema, (Eudema Universidad: Manuales).

HOMULOS, P., 1990, Museums to libraries: a family of collecting institutions. **Art Libraries Journal**, v.15, n.1, p.11-13,'90.

JARDIM, J.M., FONSECA, M.O., 1992, As relações entre a arquivística e a ciência da informação. **Cadernos BAD**, n.2, p.29-45, '92.

LEONHARDT, H.A.', 1989, What is library material, what archive material and what museum material: an attempt at the categorization of documentation materials and institutions. **Bibliotheksdienst**, v.23, n.8/9, p.891-904, '89.

MARTINS, W., 1996, **A palavra escrita**: história do livro, da imprensa e da biblioteca, com um capítulo referente à propriedade literária. 2.ed. São Paulo: Ática.

MASON, R.O., 1990, What is an information professional? **Journal of Education for Library and Information Science,** v.31, n.2, p.122-38,'90.

MORRIS, R.C.T.,1994,Toward a user-centered information service. **Journal of the American Society for Information Science,** v.45, n.1, p.220-30, '94.

MUELLER, S.P.M.,1984, Em busca de uma base comum para formação pro-

fissional em biblioteconomia, ciência da informação e arquivologia: relato de um simpósio promovido pela Unesco. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, v.12, n.2, p.157-65.

PINHEIRO, L.V.R., 1995. **Em busca de um caminho interdisciplinar**: proposta de um núcleo teórico e prático de disciplinas comuns aos cursos de biblioteconomia, museologia e arquivologia. Rio de Janeiro. Trabalho apresentado à 3ª Reunião Brasileira de Ensino de Arquivologia, 1997, São Paulo.

SMIT, J.W.,1993, O documento audiovisual ou a proximidade entre as três Marias. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação,** São Paulo, v.26, n.1/2, p.81-85, '93.

SMIT, J.W.',1994, Eu, bibliotecário, RG xxxxx e CPF yyyyy, trabalho em arquivo ou museu... algum problema? **Palavra-Chave,** São Paulo, n.8, p.12-13, '94.

SMIT, J.W.,1998, **A função da fotografia e a identificação do conteúdo da imagem fotográfica:** procedimentos complementares ou auto-excludentes na organização de arquivos fotográficos? João Pessoa, Trabalho apresentado ao XII Congresso Brasileiro de Arquivologia, 1998, João Pessoa.

TEES, M.,1988, Harmonization of education and training programmes for library, information and archival personnel: a report of the Colloquium held in London, 9-15 August 1987. **IFLA Journal,** v.14, n.3, p.243-46,'88.

TEES, M.,1991, Harmonization of education and training for information professionals. **IFLA Journal,** v.17, n.3, p.232-34, '91.

VALENTIM, M.L.P.,1995, Assumindo um novo paradigma na biblioteconomia. **Informação&Informação,** Londrina, v.0, n.0, p.2-6,'95.

WITTY, F.J., 1973, The beginnings of indexing and abstracting: some notes towards a history of indexing and abstracting in Antiquity and the Middle Ages. **The Indexer,** v.8, n.4, p.193-198,'73.

Redes em Educação

Margarita Victoria Gomez*

Resumo: Sob diversos conceitos e significados, um panorama extensivo sobre redes é aberto a discussões para entendê-las seja como árvore, rizoma, ator-rede ou como discurso, semiosis, enfim, redes constituídas por objetos híbridos, quase corporativos. A tipologia de redes aponta sua potencialidade desde o cotidiano a questões de ciência, religião, cultura arte e tecnologia, recaindo atenção particularmente na educação. A idéia de rede e teia surge nos atos da pesca, caça, laços e caminho da divindade como também transparece nos atos sociais e comuns da vida: rede de restaurantes, televisivas e telemáticas, de saúde pública, prostituição infantil, propinas e redes de comunicação, informação e educação. A Internet, agora, representando a rede das redes é traduzida em forma de extrema laçaria e ligamento. A filosofia da tecnologia reflete e propõe a geração de redes associativas locais e globais, possibilitando melhor compreensão ao conceito de rede em educação conforme algumas propostas levantadas.

Palavras-chave: Redes. Cadeias. Conceitos e acepções. Educação. Internet.

1 Introdução

A "glória" das redes na educação não é nova, mas rede com a conotação de reconstrução de laços sociais pode ser ainda uma utopia. Ao falar de rede surge a idéia de educação pública, ou rede de saúde pública, ou redes eletrônicas na educação, ou ainda de redes educativas baseadas na Internet.

Em geral, constatamos que as redes datam de pelo menos dois milênios. Rede é uma expressão de muito tempo atrás. Uma das primeiras redes que se encontra no universo é a formada por linhas imaginárias de paralelos e meridianos ao redor do globo terrestre que adota diversas perspectivas segundo a projeção das coordenadas. Antes mesmo de serem criados os animais e os homens na face da terra, já existia essa *rete (rede)*.

As redes físicas e virtuais se inscrevem na história e na atualidade social concreta, constituindo-se em espaço de reflexão e estudo. As redes, nas diversas acepções, têm sua carta de nobreza pelas contribuições que têm trazido para a área da educação, saúde, transporte, revertendo em benefício à população. No entanto, também muitas redes só terão contribuído para a destruição dos laços sociais - é só lembrarmos recentemente da rede de propinas, rede de tráfico de órgãos e tantas outras.

Em experiência própria (como docente de pedagogia e novas tecnologias da informação ou em pesquisas de teor educativo), estive preocupada há algum tempo com o tópico "como se ensina a constituição e uso

* Licenciada e Docente em Ciências da Educação na Universidade Nacional de Rosário, Arg. Mestre no CBD-ECA-USP e Doutoranda na Faculdade de Educação-USP. Membro do Instituto Paulo Freire, SP. mvgomez@usp.br.

das redes na educação e suas implicações". Este fato tornou-se um desafio que valeu a pena enfrentá-lo, pois é tema ligado às grandes mudanças tecnológicas ocorridas nos dias atuais.

Uma opção para a abordagem do tema é a perspetiva freireana, lembrando-me de sua fala sobre um dos aspectos da competência do professor, que é justamente o poder enfrentar as dificuldades cotidianas com outros, e não apenas individualmente. Todavia, é preciso diferenciar o saber cotidiano com a simplicidade do difícil, partindo da idéia de professores conectivos. Nesta configuração, farei algumas considerações iniciais para começar a conceituar a expressão "rede educativa".

2 Nem Tudo o que Cai na Rede é Peixe

A idéia de rede é muito forte e antiga. Aqui no Brasil se falarmos de rede, a primeira idéia que chega a nossa mente é de um leito balouçante em panorama de mar, areia fofa, até sentirmos a gostosura de estarmos em uma praia no Nordeste do Brasil. Essa rede de malha rústica suspensa, pendurada nos portais ou árvores verdes e frondosas, num litoral com muita vida, ondas que batem à beira do mar, pessoas que brincam na areia ou enfrentam imensas ondas de um mar bravio. Pessoas em férias, mulheres com redinhas enfeitando e prendendo seus cabelos; pescadores ou rendeiros, utilizando-se de redes para apanhar peixes para as companheiras e filhos. A paisagem é acolhedora, serena, provocando sentimentos de como é bom viver. Redes aqui não são cadeias!

Entretanto, há outras redes que aparecem como cadeias. Surge a idéia da rede de televisão, toda a conotação de polvo, de monopólio... Seja "rede" simples ou "rede monopólica", neste contexto, o termo é substantivo. Conotações diversas vão despontando em nossas mentes: rede de espionagem, rede de emergência, rede de corrupção, rede de saúde pública, rede pública de educação, bem como a rede de computadores que adquire outra representação. Enfim, a palavra-chave atual é globalização, tendo no seu bojo, a idéia de rede aberta mundial.

O mito grego nos leva a outra representação. O deus da forja Hefestos (do latim Vulcano) captura com uma rede de malhas metálicas a mulher infiel; Afrodite (Vênus) e seu amante Ares (Marte), são apanhados em flagrante, para expô-los ao escárnio dos outros deuses. Mas a rede da deusa do amor pode também ser concebida como um dos seus atributos tradicionais, ligados à atividade de pesca e a sua origem de espuma do *mar* (Ranke-Graves). Uma rede é, universalmente, o símbolo da captura, em conformidade com sua função normal. A deusa nórdica do mar, Ran, filha de Agir, pesca com uma rede os afogados, conduzindo-os ao reino dos mortos (...).

No Evangelho de São Lucas, ele pesca com redes no lago de Genezaré (**5,** 1-11) representando a "pesca de almas" que os apóstolos deviam realizar. Em um outro Evangelho, expressa-se a angustia ante as redes: *"Cercavam-me laços de morte, eram redes de xeol: caí em angustias e aflição. Então invoquei o nome de Jeová"* (Salmos, **116**, 3) (...) O Reino dos Céus é ainda semelhante a uma rede lançada ao mar, que apanha de tudo, quando está cheia, puxam-na para a paria e, sentados, juntam o que é bom em vasilhas, mas o que não presta deitam fora.

Assim será no fim do mundo (Mateus, 3, 47-48-49) (Chevalier, 1988 : 772).

Sob conotação mais próxima a ciclo de vida, a teia da aranha, espécie de rede, na Índia, é símbolo da ordenação cósmica, e por sua estrutura em forma de *raios* é também símbolo da irradiação do espírito divino (Biedermann, 1993: 322). Desde a Antigüidade, a rede - como um entrelaçado de representação simbólica, mística, mágica, inconsciente, plástica, ritual, religiosa, ontológica - tem estado presente nas mais diversas culturas. Presente como instrumento de pesca, arma (**dam**)de luta, de ligação, de devoração, de atadura, de conexão, de malha, entre outros. Segundo Chevalier (1988), a rede ou **dam,** é uma arma espiritual confiada a Binyamin, por Deus e anjos, como o receptáculo das forças divinas, atribuindo-lhe a função de caçador divino. Fazendo uma analogia com a rede das redes, é curioso lembrar a tradição e folclore iraniano onde Binyamin, sendo o detentor da rede, esta simboliza a busca apaixonada da divindade pelo homem. O mediador, Binyamin, representa a humanidade e junto ao esforço evoca a luta eterna pela divindade que escapa a quem não persegue apaixonada e aventurosamente, ou seja , é o homem que se arma para alcançar esta divindade.

Em nossa cultura guarani, a idéia de rede aproxima-se a um círculo criativo de vida entrelaçando homem - cosmos e natureza de maneira harmônica. Na genealogia do conceito, encontram-se elementos para início de reflexão sobre a nossa presença na rede de redes, já que parece ser a forma extrema da laçaria e do ligamento, intimamente associada aos símbolos do envolvimento e da devoração. Este universo não sugere em momento algum uma saída pela vontade própria ou individual. Estar, na rede ou no enredamento, eis a questão!

3 Árvore de Porfírio

A "Árvore de Porfírio", como símbolo da Idade Média, em conexão com estruturas hierárquicas representa a substância (tronco) e seus noves acidentes (galhos e folhas), dez em total. Esta seria a soma de todo o real determinado por número. O modelo porfiriano - transmitido sob a forma de "Árvore de Porfírio" - determina ainda (mesmo a quem não o conhece) a utopia de um inventário finito de propriedades Porfírio os enumera entre os predicáveis de gênero, espécie, diferença, próprio e acidente, substituindo a definição pela espécie - que é permutável com a definição. Na verdade. não existe uma árvore das árvores, já Aristóteles falava de finito [*Segundos Analíticos, 83ª]* , partia das substâncias primeiras e procurava defini-las, inventando, por assim dizer, árvores quase *ad hoc"* (Enc. Einaudi, v.31), embora pareça que as diferenças não são regidas por relações implícitas. Desta forma, não se pretende postular uma teoria das *árvores do conhecimento* (Lévy, 1995), mas sim rever a expressão clássica do conceito de rede como árvore a fim de chegar-se a compreensão do mesmo, partindo pois do conceito de árvores, como também dos mapas conceptuais, dos esquemas e do conceito de hipertexto.

4 Esquema ou Mapa Conceitual

Cotidianamente, na cultura informática, fala-se em "Tree", ou representação arborescente.

Na representação estrutural dos resultados de análise de um objeto semiótico se visualizam as relações hierárquicas e níveis de articulação. As bifurcações representadas pelos nódulos são denominadas por nomeação ou símbolo. Como as outras redes, a questão aqui é a natureza dos vínculos que, na hierarquização, podem não ficar evidentes. As diversas estruturas de árvore, aristotélicas por excelência, apresentam dificuldades ao interpretá-las, já que obedecem a uma taxinomia que responde a um discurso cientificista. As árvores paradigmáticas e sintagmáticas utilizadas para análise sêmica, bem como para a representação, indicam hierarquias caracterizadas.

Na Pedagogia, o conceito mapa conceitual é trabalhado por J.D.Novak e D.B. Gowin, (1991:63-80) sustentado no pensamento sistêmico de educação. O *mapa conceptual,* segundo esses autores, é a representação esquemática do conjunto de significados conceptuais incluídos numa estrutura de proposições e suas relações. Trata, ainda, de encontrar e mostrar relações entre os conceitos contidos num texto. A partir de dois conceitos podem ser feitos mapas complexos. A *aprendizagem significativa* é produzida quando novos conceitos se *englobam* dentro de conceitos mais amplos, mais inclusivos, respondendo a uma estrutura hierárquica: *"os mapas conceituais servem como uma ferramenta útil para ilustrar idéias-chave na teoria da assimilação. A aquisição de novos conhecimentos pode variar num contínuo desde a aprendizagem por repetição até a aprendizagem significativa"* (Novak, 1991:63-80). Segundo essa proposta para *adquirir e estruturar* conhecimentos, os conceitos gerais situam-se na parte superior do mapa e os mais específicos, na parte inferior. Seja para representar o que já se sabe, como para incorporar um novo conceito no marco do aprendido, trata-se de um recurso importante para o aluno prover-se de informação sobre seus processos de pensamento. O mapa conceptual ilustra estruturas cognitivas ou de significado dos indivíduos, mediante os que percebem e processam suas experiências. Os registros são significados e interpretados usando conceitos, princípios, teorias e filosofia já existentes, e até podendo afirmar-se como funciona o mundo estudado. Isso implica em decisões de valor já que toda afirmação, segundo esta teoria, leva a afirmações ou juízos de valor. Neste sentido, o professor intervém na geração deliberada das hierarquias de conceitos até que se adquira a suficiente experiência e se firme, sem ajuda. Trata-se de uma concepção de construtivismo que pretende redesenhar a construção em ciência e matemática e também a formação de professores. Para atingir essa proposta propõe-se mudar as mentes das pessoas levando em consideração, particularmente, como pode ter lugar o ensino e aprendizagem usando o que já se sabe.

5 Ator-Rede (Actor-Network Theory)

A teoria do Ator-Rede, (Domenéch - Tirado, 1998:13), propõe superar as dicotomias entre o social e o natural a partir de uma sócio-natureza. Essa teoria explica a rede entretecida por atores humanos, fenômenos naturais e técnicos em um processo técnico-científico estabilizado. Uma verdadeira rede de humanos e não-humanos. A filosofia da tecnologia nesta perspectiva reflete e propõe a geração de redes de associações locais e globais. Nessa teoria

as redes se conformam no encontro do humano, com a tecnologia e a natureza em um contexto social simétrico. Os autores, apoiam-se em simetria generalizada com forte influência do pensamento construcionista, a partir pois da sociologia simétrica.

A conformação social, segundo esses autores, seria em redes constituídas por objetos híbridos ou quase objetos, estando a serviço das corporações que constituem as redes corporativas: são redes heterogêneas com forte conotação de algo natural.

O conceito *"conhecer neste reticulado heterogêneo"* significa traduzir as relações do emaranhado entre os diversos objetos humanos e não-humanos intervenientes. Callon (1998: 156) entende que são todas as negociações, intrigas, atos de persuasão ou violência, graças aos quais um ator consegue a adesão de outros atores, ou seja, processos pelos quais um ator tece uma rede. A resolução dos problemas na rede é pela hibridação e não necessariamente pela mudança profunda no sócio-político.

6 Rede em Sentido Figurado

Em sentido figurado, a rede afeta o espaço de relações significativas e de tempo. Moran (1997: 09-228), ao longo da sua obra afirma que:

Ensinar e aprender exigem hoje muito mais flexibilidade espaço-temporal, pessoal e de grupo, menos conteúdos fixos e processos mais abertos de pesquisa e de comunicação Uma das dificuldades atuais é conciliar a extensão da informação, a variedade das fontes de acesso, com o aprofundamento da sua compreensão, em espaços menos rígidos, menos engessados. Temos informações demais e dificuldade em escolher quais são significativas para nós e conseguir integrá-las dentro da nossa mente e da nossa vida. A aquisição da informação, dos dados dependerá cada vez menos do professor. As tecnologias podem trazer hoje dados, imagens, resumos de forma rápida e atraente. O papel do professor - o papel principal - é ajudar o aluno a interpretar esses dados, a relacioná-los, a contextualizá-los.

A REDE, segundo esse autor, é um espaço onde se espalham desejos próprios sem controle, nem quem oriente o consumo, originando um consumo desorientado. Com a dificuldade, algumas vezes, de apresentar-se o uso de *WebPages* pouco aprofundadas, trabalhadas superficialmente e difíceis de serem avaliadas no seu conteúdo.

Essa proposta pressupõe e reconhece a necessidade de mudar 'uma educação centrada nos conteúdos' para um modelo de 'educação centrado na pessoa', promovendo a compreensão de si mesmo e o reconhecimento do entorno. Procura um pensamento 'anti-autoritário de educação' onde o professor é um 'facilitador ou mediador dos conhecimentos' que se passa para os alunos. Neste processo não se despreza os sentimentos dos alunos nem os do professor, sendo ambos eternos aprendizes. A relação se encaminha a uma prática direta com o aluno, face a face ou virtualmente.

Na rede de aprendizagem formalizada a partir desta proposta, o aluno é considerado uma pessoa perfectível, com sentimentos e opiniões, merecedor de confiança para o *desenvolvimento do próprio potencial* humano, das suas condições inatas de aprender, incluídas a apatia, interesse e motivação do aluno e do professor. Assim, a face metodológica de educação está

baseada no apreço e aceitação do aluno em relação com empatia e igualdade. Em certo sentido, esta prática se inscreve no pensamento de Carl Rogers, psicólogo norte-americano (1902-1987), desde que centra o procedimento de ensino no 'sujeito' mais do que no 'conteúdo ou na resolução de problemas'.

Em relação ao uso dos computadores na sala de aula, Moran (1997) enfatiza a importância de respeitar o tempo de aprendizagem de cada um, procurando-se acompanhar verdadeiramente as aulas e as pesquisas dos alunos, fazendo-os mexer no computador e na Internet para obter uma efetiva utilização das tecnologias. Procura-se através da Internet modificar a atitude básica pessoal e institucional diante da vida, do mundo, de si mesmo e de outrem, desde que esteja integrada em contexto estrutural de mudança. No processo de ensino-aprendizagem aberto, a palavra-chave é integrar as diversas tecnologias. Sem descuidar do fato de serem tecnologias interativas, que não implica necessariamente em processos interativos democráticos, já que podem estar a serviço de pessoas para manter interações autoritárias, dependentes, contraditórias.

A educação aberta – por meio da Internet - caracteriza-se, segundo Moran, por estar definindo um novo paradigma educativo que tem, como presente e futuro, educar para saber compreender, sentir, comunicar-se e agir melhor, integrando a comunicação pessoal, a comunitária e a tecnológica. Implica pois em aprendizagem cooperativa, pesquisa em grupo, troca de mensagens com colegas, visita de *sites* com propostas educacionais à distância.

7 Redes Telemáticas de Educação Construtivista

A reflexão em torno do ensino-aprendizagem, no qual a telemática marca presença nos últimos anos, vindo a ocupar o centro das atenções dos educadores e permitindo várias dimensões de análise. As propostas teóricas, originadas das reflexões sobre algumas práticas recentes, implica em abordagem construtivista. A metodologia teórico-prática coloca em discussão até mesmo sobe o caráter das instituições, embora o diálogo comporte dificuldades fundamentais que se resumem em um mesmo problema: identificar o conteúdo semântico das mensagens da lista de discussão aberta para o trabalho cooperativo.

A estratégia utilizada nesta proposta consiste na apresentação das aulas, complementando situações presenciais com atividades acompanhadas à distância, aproveitando os recursos da Internet, FTP, e-mail, listas, videoconferência, construção de home-page, seminários abordando projetos pessoais.

Isto tudo, leva-nos a uma ampla abordagem teórica através da discussão de artigos recentes publicados em revistas científicas dirigidas às ciências da educação. Hábitos de construção de web-pages com os próprios projetos dos alunos, são também desenvolvidos.

À guisa de conclusão, as duas últimas propostas mencionadas incorporam as capacidades da Web e as novas linguagens que incrementam um melhor desempenho e aceitação na rede. Até agora a ferramenta mais utilizada da Internet tem sido o e-mail (Starr & Milheim, 1996:19-28), aprendizado de línguas estrangeiras e de pesquisa, dando es-

pecial importância em alguns cursos à formação de médicos e profissionais outros da área da saúde. Sem pretender a análise detalhada destas propostas recentemente abertas à comunidade educativa, a minha intenção é colocar em evidência a fundamentação pedagógica que sustenta as mesmas, e a partir de uma experiência particular continuar refletindo sobre este novo fenômeno educativo em nível de educação superior em universidades da América Latina, já que representa um universo novo e desafiante.

8 Redes na Proposta de Educação Corporativa

As redes inscritas no corporativismo educativo, em concordância com indivíduos pertencentes a diversas corporações com fins produtivos similares, estando ainda sob supervisão ou fiscalização do Estado. Trata-se de uma rede para a formação de professores de uma Fundação sem fins lucrativos, mantida por uma empresa, uma indústria ou uma universidade com fundos provenientes de organismos internacionais, tais o Banco Mundial ou BID, pode ser um exemplo.

Na atualidade, a expressão 'democratização da informação', aprendizagem cooperativa construída entre todos, envolve os integrantes dessas corporações que já têm acesso aos recursos telemáticos sustentados em projeto pedagógico. Os sujeitos quc não pertençam a uma dessas corporações, em princípio, ficam fora dessas redes educativas e de produção.

9 Pierre Lévy: Redes de Significado

Lévy (1995:102-103) afirma que não há identidade estável na informática porque os computadores são *redes de interfaces abertas* a novas conexões, imprevisíveis que podem transformar radicalmente seu uso. Parte este autor da análise de redes e de sua evolução antes do que a informatização. No centro da rede digital, Lévy localiza quatro polos funcionais que substituirão a imprensa, a edição, a gravação musical, o rádio, o cinema, a televisão, o telefone etc. Essas quatro funções são:

- produção ou composição de dados, de programas ou de representações audiovisuais (todas as técnicas digitais de ajuda à criação);
- seleção, recepção tratamento dos dados, dos sons ou das imagens (os terminais de recepção inteligentes);
- transmissão (a rede digital de serviços integrados e as mídias densas como os discos óticos);
- função de armazenamento (os bancos de dados, bancos de imagens, etc.) .

Esses polos funcionariam como complexos de interfaces. Quanto à relação sujeito e objeto de conhecimento, Lévy (1995:135) afirma que *"a inteligência ou a cognição são o resultado de redes complexas onde interagem um grande número de atores humanos, biológicos e técnicos. Não sou "eu" que sou inteligente, "eu" com o grupo humano do qual sou membro, com minha língua, com toda uma herança de métodos e tecnologias intelectuais (dentre as quais, o uso da escrita) (...) sem o acesso às bibliotecas públicas, a prática em vários programas bastantes úteis e numerosas conversas com os amigos" não seria produzir (...) "fora da coletividade, desprovido de tecnologias intelectuais, "eu" não pensaria".*

Esta breve abordagem inicial sobre redes demonstra a complexidade do tema, aumentado quando o que se procura é incorporar redes informáticas em âmbitos educativos que continuam até o dia de hoje sendo conservadores e tradicionais, continuam a desenvolver disciplinas estáticas em tempos e espaços pouco flexíveis, sem falar dos recursos e condições básicas de sobrevivência humana e material.

Há que se entender que a globalização implica em política econômica, a qual baseada nas tecnologias da informação e da comunicação irão apoiar a constituição de redes. Por outro lado, estará produzindo o maior paradoxo dos últimos tempos: a exclusão da maioria. Neste sentido é que Milton Santos (1996:48) afirma que *"a globalização constitui o estádio supremo da internalização, a amplificação em "sistema-mundo" de todos os lugares e de todos os indivíduos, embora em graus diversos. Neste sentido, com a unificação do planeta, a Terra torna-se um só e único "mundo" e assiste-se a uma refundição da "totalidade-terra".*

10 Rizoma

A metáfora rizoma utilizada por Eleuze e Guattari (1995) é uma resposta à metáfora da raiz que vai se bifurcando, o que representa a lógica clássica e os procedimentos binários e dicotômicos. Para descrever o rizoma (metáfora que recorre a imagem de bulbos e tubérculos), sugerimos algumas características explicativas para designar um modelo semântico oposto às concepções de àrvore com hierarquia, centro e ordem de significação. Ligando um ponto a outro ponto qualquer, o rizoma constitui um sistema acêntrico, não hierárquico e não significante.

O princípio da conexão e heterogeneidade mostra que algum ponto do rizoma pode ser conectado a qualquer outro. Diferentemente da idéia que se baseia na metáfora da árvore ou raiz, e que pressupõe uma certa ordem, aqui se entende que as cadeias semióticas de todo tipo se conectam a modos de codificação bastante diversos. (URL: http://usr.psico.ufrgs.br/~aprimo/metafor/rizoresu.htm).

Gilles Deleuze e Fekix Guattari (1995) afirmam que o mundo se converteu num caos, no qual o livro permanece como imagem do mundo; o múltiplo deve ser feito não agregando sempre uma dimensão superior, mas o mais simples e sóbrio possível para integrar o uno no múltiplo... Para os autores (1983:6-40), os rizomas como tronco subterrâneo se distinguem totalmente das raízes; os bulbos e tubérculos são rizomas. O rizoma possui diversas formas, desde sua extensão superficial ramificada em todos os sentidos, até as suas concretizações em bulbos e tubérculos. O rizoma é uma antigenealogia, o mesmo que acontece com o livro e o mundo. Ele procede por variação, expansão, conquista, captura, abertura, remete-se a um mapa que deve produzir-se, construir-se, sendo demonstrável, conectável, invertível, modificável com entradas e saídas múltiplas, com suas linhas de fuga. Trata-se de um sistema acentrado, não hierárquico e não significante, definido unicamente por uma circulação de estados.

Na reinvenção da cultura há poucas certezas; mais do que salvar o homem trata-se de salvar o planeta integralmente das tecnologias invisíveis. No universo digital, distribuído e rizomático, o homem pode encon-

trar mais um espaço de luta, desde que seja consciente da dimensão. E o educador fará rizoma nesse espaço de múltiplas aberturas e caminhos, ao estabelecer nexos ou conexões com outros educadores, grupos, instituições, negociando com outras culturas, estabelecendo parcerias com fundações para constituir uma rede educativa. Constitui-se em um espaço de relações sinergéticas e simbióticas entre educador-educando e a tecnologia informática que possibilita produzir a própria obra digitalizada, podendo reintegrá-los à cultura com marcado protagonismo. Nas suas incursões individuais podem ir reintegrando-se os fatos histórico-sociais ao seu ser/estar no mundo, correndo o risco de ficar na ilusão. Mas o educador pode libertar-se do ostracismo ao explorar (expor-se em) o ciberespaço. Ao reintegrar a sua produção na rede coloca em movimento outro ou outros em relação aos temas de preocupação em comum, constituindo um depósito vivo de conhecimento (Gomez, URL: http://www.hottoppos.com.br).

11 Rede, Trama, Entrelaçado

Na medida em que o leitor percorre a 'rede de textos', despreza permanentemente o centro e o princípio organizador dessa experiência cognitiva. Abordagem radical que muda o rumo do pensamento em relação ao que entendemos por rede. Estou ciente de que algumas teorias que abordam a textualidade permitem uma compreensão diferente das apresentadas anteriormente. Em decorrência às preocupações sobre redes eletrônicas e hipertexto, Barthes (1996), Derrida (1993) ou Bakhtin (1988), ao conceberem ao texto, como nexo, redes, trajeto, lugar de cruzes, travessia eterna, estavam permitindo uma abertura textual onde não se delimita o que é interno ou externo, mas onde o protagonismo do autor é fundamental. O leitor ao navegar pela descontinuidade descobre e explora o texto e redefine os conceitos de texto e contexto.

O hipertexto ao estar constituído de blocos de palavras e imagens, eletronicamente unidos em trajetos múltiplos, permite o entrelaçado especial e em textualidade inacabada que não se impõe a uma ou a outra rede. O texto significante, não sendo uma estrutura de significados, permite acessos diversos sem ser nenhum deles o principal. Não há correspondência um a um, entre significado e significante. Através dos *links* os leitores se conectam no próprio texto por diversos rumos em caminhada ou aos saltos, tecendo ícones, sons, textos, fotos, imagens fixas e móveis, vozes etc.

12 Rede Freireana

Paulo Freire (1997) permanentemente nos lembra que ninguém é ignorante de todo, mas que ao ignorante político não se encontra a causa.... Entendendo essa idéia, a educação contínua, a pesquisa e a extensão no uso da informática na educação, qualquer que seja o campo específico a desenvolver, deve converter-se numa experiência viva, dialógica para não cair em uma modalidade de educação a distância que enfatiza o relacionamento anônimo, seletivo e estático. Por exemplo: desconsiderando a relação em rede construída no diálogo com o aluno e participantes.

Esses avanços apresentados podem ser entendidos como um modo de provocação a fim de que se reflita sobre a idéia de rede na educação e especificamente na escola e

na sala de aula, quer seja de modo virtual ou presencial. A rede, elemento máximo de ligamento e envolvimento, como também de devoração e pulverização num mundo globalizado, pode ser um pretexto para se repensar outras questões.

Abstract: Multiples concepts on net are discussed aiming to establish a better differentiation, as tree, net-actor, net discourse, human semiosis; or rather, nets are formed by hybrid objects, nearly corporative services. A typology of net points out its potentiality from day-to-day fields directed to science, religion, culture, art and technology, and specifically to education. The idea of net and texture as cobweb, fishing, hunting, searching bows to the divinity, also as common social acts: net of restaurants, children, prostitution, telematics etc. Now, having Internet as the net of nets, it is an extreme form of bowing and biding. The philosophy of the technology is to propose a creation of local and global associations to be able to better understand the concept of net in education and look at it from some pedagogic aims.

Key words: Nets. Chains. Concepts and meanings. Education. Internet.

Referências Bibliográficas

ANDERSON, S., HARRIS, J. 1997, Factors associated with amount of use and benefits obtained by users of a statewide educational telecomputing network. **Educ.Tech.Research and Development**, v.45, n.I, p.19-50, '97.

BARTHES, Roland, 1996, **O prazer do texto.** 4.ed. São Paulo: Perspectiva.

BAKHTIN, Mikhail, 1988, **Filosofia da linguagem e marxismo.** São Paulo: Hucitec.

BIEDERMANN, H., 1993, **Dicionário ilustrado de símbolos.** São Paulo: Melhoramentos.

CALLON, M. 1998, El proceso de construcción de la sociedad. In. DOMENÈCH, M. & TIRADO, F. J.(Comp.) **Sociología simétrica:** ensayos sobre ciencia, tecnologia y sociedad. Barcelona : Gedisa.

CHEVALIER, J. 1988, **Dicionário de símbolos.** Rio de Janeiro: J.Ocampo.

DELEUZE, G.& GUATTARI, Félix ,1983, **Rizoma;** introducción. México: Premia.

DERRIDA, Jacques, 1993, **Gramatologia**. São Paulo: Perspectiva/EDUSP.

DOMENÈCH, M. & TIRADO, F. J., COMP. 1998, **Sociología simétrica**: ensayos sobre ciencia, tecnologia y sociedad. Barcelona : Gedisa.

DUCHASTEL, P. A, 1996, Web-based model for university instruction. **J. Educ. Tech. Systems**, v.25, n.3, p.221-28, '96.

ENCICLOPEDIA Einaudi, 1995, Lisboa: Casa da Moeda, v.31.

FREIRE, Paulo, 1975, **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra.

FREIRE, Paulo, 1979, **Educação e mudança.** Pref. M.Gadotti. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

FREIRE, Paulo, 1997, **A la sombra de este árbol.** Barcelona: El Roure.

FREIRE, Paulo, 1999, **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 12.ed. São Paulo: Paz e Terra.

GARCIA CANCLINI, Ernesto, 1995, *Néstor.* **Consumidores y ciudadanos:**

conflictos multiculturales de la globalización. México: Grijalbo.

GIROUX, H. 1996, **Placeres inquietantes.** Buenos Aires: Paidós.

GOMEZ, Margarita V. 1998, **Alerta... cuatro computadoras en la escuela: maestros abriendo caminos desde la brecha.** Rosario, Arg.: Artemisa.

GOMEZ, Margarita *V. 1999,* Re-leitura de Paulo Freire para uma teoria da informática na educação. Rev. **Contato**, *Brasília, no.3, junho '99.* http://www.eca.usp.br/nucleos/nce/artigos.html

GOMEZ, Margarita V. ***Educador/a fazendo Rizoma na Rede.*** **Internet:** http://www.hottopos.com.br/videtur6/rizoma.htm

GUTIERREZ, Francisco, PRIETO, Daniel., 1994, **A mediação pedagógica:** educação a distância alternativa. Campinas: Papirus.

IMBERNÓN, F. 1998, **La formación y el desarrollo profesional del profesorado:** hacia una nueva cultura profesional. 4.ed. Barcelona: Graó.

KEHOE, Brendan P. 1994, **O zen e a arte da Internet:** um guia para iniciantes. Rio de Janeiro: Campus.

LEVY, Pierre, 1993, **As tecnologias da inteligência:** o futuro do pensamento na era da informática. Trad. Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Ed 34.

LEVY, Pierre, 1998, **Inteligência coletiva.** São Paulo: Loyola.

LEVY, Pierre, 1995, As árvores de conhecimentos. São Paulo: Escuta.

LDB, Brasil. **Lei de Diretrizes Básicas.** Art. 80, 1999.

MORAN, J.M. 1997, Como utilizar a Internet na educação. **Ci.Inf.,** Brasília, v.26, n.2, p.109-228, maio/ago.'97.

MORAN, J.M. 1993, ***Leitura dos meios de comunicação.*** São Paulo: Pancast.,

NOVAK, J. 1991, Constructivismo humano: un consenso emergente. Rev. **Planteamientos** 1(2), 63-80 '91.

PLASTINO, C. 1995, **A crise dos paradigmas e a crise do conceito paradigma.** 2.ed. São Paulo, Córtez.

SANTOS, M. 1996, **A natureza do espaço.** São Paulo: Hucitec.

SANTOS, M. 1996, **Técnica espaço tempo: globalização e meio técnico-científico informacional.** 2.ed. São Paulo: Hucitec.

SCHON, D. 1994, **La formación de profesores reflexivos:** hacia un nuevo diseno de la ensenanza y el aprendizaje en las profesiones. Buenos Aires: Paidós.

STARR & MILHEIM, 1996, Educational uses of the Internet: na exploratory survey. **Ed.tech.** p.19-28 Sept./Oct.,' 96.

SUAREZ, D. 1994. ***La formación de maestros:*** un aporte crítico para el estudio de su complejidad. Buenos Aires: IICE.

SERRES, M. 1995, **Atlas.** Madrid: Cátedra.

VAZQUEZ GOMEZ, G. 1991, Formación en ejercicio del profesorado. In: **Tec.de la Educ. Santillana.**

VIRILIO, P. 1993, **O espaço crítico.** Trad. Paulo R. Pires. Rio de.Janeiro: Ed34.

ZIBAS, D. 1993, **Paulo Freire:** la pedagogia del oprimido treinta años después. Rev. v.5, n. 9, Oct.'93.

Serviços ao Cliente em Bibliotecas Universitárias Brasileiras, com Estudo de Caso sob Enfoque na Melhoria da Qualidade

Waldomiro Vergueiro*

Resumo: Ênfase na importância de se buscar o ponto de vista dos clientes como elemento de definição da qualidade nos serviços bibliotecários. Estudo de um caso de serviço ao cliente em biblioteca universitária, leva à conclusão de que os profissionais de informação precisam modificar seu posicionamento em relação aos serviços prestados, permitindo que os usuários participem mais ativamente em sua concepção e produção.

Palavras-chave: Bibliotecas Universitárias. Brasil. Serviços aos Clientes. Usuários. Qualidade.

1 Entendendo padrões de atendimento na biblioteca universitária

Para os profissionais de informação em bibliotecas universitárias brasileiras – principalmente, mas não exclusivamente, aqueles que trabalham em instituições ligadas à administração pública - ver os professores e alunos como os clientes de seu serviço nem sempre é uma tarefa fácil. Em geral, pode-se vislumbrar uma atmosfera de insatisfação dos profissionais quanto às exigências dos docentes, normalmente consideradas descabidas, bem como em relação à forma de utilização de acervo e serviços por parte dos estudantes, que consideram indevida e/ou equivocada. Na prática, níveis de serviço diferenciados são oferecidos para cada um desses segmentos, uma diferença que nem sempre é explicada de maneira lógica ou claramente esclarecida para a comunidade. Muitas vezes, isto gera incompreensão e até mesmo ressentimento por parte daqueles menos privilegiados. Em alguns casos, inclusive, ela não está muito clara até mesmo para o corpo técnico e os páraprofissionais da biblioteca.

Neste ambiente de provável indefinição, muitas vezes pode ocorrer que os bibliotecários se deixem guiar por suas preferências pessoais quanto a membros específicos da

* Livre-docente do Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. wdesverg@usp.br

comunidadc docente ou discente, com os quais sentem maior afinidade; ou, no lado oposto, alguns profissionais podem sentir-se constrangidos para a correta aplicação das normas estabelecidas pela biblioteca, quando têm que se defrontar com aqueles membros da comunidade investidos de autoridade formal (diretores, chefes de departamentos, presidentes de comissões, etc.). Assim, professores com maior freqüência a biblioteca conseguem obter maiores facilidades no empréstimo de materiais. Alunos mais simpáticos têm maior probabilidade de ter suas dívidas por atraso perdoadas. Os diretores das faculdades obtêm o material que necessitam por intermédio de um simples telefonema à diretora da biblioteca, normalmente feito por sua secretária. Por outro lado, professores mais exigentes em relação aos serviços correm o risco de receber a pecha de *reclamantes contumazes* e ser tratados com menor disposição pelo pessoal de atendimento, pelos bibliotecários de referência ou mesmo pela direção do serviço.

Poucas bibliotecas universitárias brasileiras parecem ter demonstrado a preocupação de incorporar padrões de atendimento aos clientes como uma estratégia regular de atuação institucional... No cotidiano, o que se observa são atitudes empíricas ou intuitivas, baseadas muito mais no *feeling*, na sensibilidade de cada profissional quanto às necessidades dos clientes e seu papel individual – dele, bibliotecário -, como provedor de serviços. Desta forma, os clientes dependem quase que exclusivamente de fatores pouco controláveis externamente, como o bom humor, a gentileza inata, a aptidão para o trato com pessoas, a preocupação com os sentimentos dos outros etc. que possa ou não ter aquele que o serve. Levando a situação a extremos indesejáveis, muitas vezes o ambiente burocrático, em sua pior manifestação, consegue dominar as relações humanas e gerar um nível de serviço abaixo do satisfatório para os clientes – algo que os bibliotecários sequer se dão conta, pois estão crentes de que fazem o melhor possível, dentro das circunstâncias. E muitas vezes o estão fazendo. Sob o seu ponto de vista.

Não seria exagero afirmar, por exemplo, que *todos* os bibliotecários estão convencidos de que tomam e implementam suas decisões tendo em vista o benefício maior de seus clientes (a quem, em geral, chamam de *usuários*). Assim, munir-se de instrumentos que permitam atingir a percepção dos clientes quanto aos serviços recebidos pode trazer benefícios para todos os envolvidos, tanto para os profissionais como para a própria clientela. A análise de casos específicos da relação com o cliente, por exemplo, pode possibilitar a adoção de códigos de conduta mais gerais que visem orientar os profissionais na prestação de serviços. Este artigo propõe-se a discutir essa questão e, pela apresentação de um caso demonstrativo, evidenciar a metodologia de estudo de caso pode constituir-se em proposta factível de utilização na maioria dos ambientes de bibliotecas universitárias.

2 Serviços aos usuários... ou aos clientes?

Um dos aspectos mais destacados de todas as iniciativas sistemáticas de busca da qualidade em serviços é o enfoque na satisfação do cliente, ponto que parece obter o consenso de praticamente todos os teóricos do assunto (Sirkin, 1993:). De fato, a

importância de se buscar uma relação cada vez mais estreita entre o fornecedor do produto/serviço e aquele para quem esse produto/serviço é dirigido, como elemento essencial para a melhoria da qualidade, jamais poderá ser minimizada. Em serviços de informação, essa importância não será menor do que em outras áreas, devendo caracterizar-se como uma das principais preocupações de qualquer proposta de melhoria. Não fazê-lo significará manter a busca da qualidade em parâmetros já ultrapassados, tendo-se uma abordagem unilateral da questão, ou seja, priorizando-se apenas a visão do fornecedor dos serviços.

Este tipo de mudança de enfoque não deveria, em princípio, representar grande dificuldade para os profissionais da informação que atuam em bibliotecas universitárias. E nem haveria motivos para esperar qualquer tipo de resistência por parte deles quanto a isso. Estudos de usuários já têm pelo menos cinco décadas de existência e podem ser encontrados em grande quantidade na literatura especializada (Siatri, 1999), demonstrando a importância que o receptor dos serviços e produtos de informação sempre recebeu daqueles que tinham por objetivo atender a suas necessidades nessa área. No entanto, às vezes essa expectativa se mostra excessivamente otimista, a idéia sendo recebida com alguma reserva pelos profissionais. Isto talvez ocorra porque, de uma certa forma, o ambiente de serviços de informação é caracterizado quase que por um consenso em relação ao domínio das técnicas e processos como espaço único e exclusivo do bibliotecário. Por tradição, é ele quem deseja sempre ter a última palavra a respeito de todas as questões que envolvem, tanto direta como indiretamente, o seu conhecimento especializado, ou seja, as técnicas de organização e recuperação da informação, a definição de estratégias de busca e até mesmo a avaliação dos resultados obtidos.

Em geral, estes específicos profissionais da informação parecem ter alguma dificuldade para ver aqueles a quem servem no papel de clientes. Tradicionalmente, como comentam Brophy & Couling (1996:39), têm optado por outras denominações, tais como as de leitores ou de usuários. Esta postura talvez não represente simplesmente uma questão de preferir um termo a outro (se fosse apenas isso, a questão não seria absolutamente relevante...), mas talvez algo muito mais complexo: preferir o termo *usuário* para definir o cliente do serviço de informação pode representar a adesão a uma filosofia de serviço que reconhece o prestador – e apenas ele -, como o árbitro maior de sua qualidade.

É preciso também compreender que, sob muitos aspectos, o termo usuário tem uma acepção demasiado passiva, dando a idéia de alguém que apenas utiliza um serviço por não ter qualquer outra alternativa disponível, além de indicar uma atitude de adequação a um sistema pré-definido. Ao contrário, vê-se que o termo cliente pode ter um viés pró-ativo. Como diz McKee (1989:2), *"um cliente é alguém que escolhe utilizar um serviço ou produto específico, ao invés de fazer alguma outra coisa"*.

De uma forma geral, os profissionais da informação parecem entender que seus clientes não têm uma idéia muito clara daquilo que querem e tampouco condições de avaliar corretamente o que recebem em termos de informação. É muito comum, lançarem sobre os últimos a culpa pelo

pouco uso ou utilização inadequada das facilidades físicas e do acervo que disponibilizam. Ao fazer isso, partem da premissa de que o serviço que proporcionam é bom e desejável por princípio e que qualquer discordância se deve a falhas de entendimento ou deficiências na formação educacional do cliente. Nem sempre lhes ocorre considerar que esta pode se dever à inadequação do serviço de informação às necessidades de sua clientela.

É claro que, muitas vezes, os bibliotecários podem estar com a razão. Mas isso, certamente, não é o ponto crucial a ser discutido. Muito mais que isso, trata-se de questionar a visão dos serviços de informação em geral e das bibliotecas universitárias em particular como instituições socialmente sagradas, boas por 'si próprias'. Hoje, cada vez mais, todas as instituições, principalmente aquelas ligadas à administração pública, têm que justificar socialmente sua existência.

As tendências predominantes neste final de século mostram que essa justificação social vai passar pelo viés do cliente. Isso significa dizer que, cada vez mais, os responsáveis pelas bibliotecas universitárias têm que se convencer de que aqueles para quem seus serviços são direcionados estão em melhor posição que quaisquer outros para julgar a qualidade do que recebem. E, mais que isso, devem ter consciência de que este julgamento é realizado a todo momento, quando os clientes comparam os benefícios efetivamente recebidos com os custos que tiveram para obter os serviços (o que pode incluir fatores variados, como o tempo gasto, a o esforço pessoal despendido e até mesmo a frustração por não ter encontrado exatamente aquilo que desejavam; além, é claro, do dispêndio econômico-financeiro propriamente dito). Da mesma maneira, eles vão avaliar o serviço e suas partes componentes, de forma tanto positiva como negativa, a cada vez que visitam o ambiente da biblioteca e *"tomam decisões sobre o uso continuado baseados nas experiências passadas"* (Hernon, Altman, 1995:7).

É claro que, para atingir o objetivo da plena satisfação do cliente, os responsáveis pelas bibliotecas universitárias deverão encontrar formas de inseri-lo na própria filosofia de serviço que utilizam. Isto significa colocá-lo não apenas no papel de destinatário dos esforços coletivos da equipe profissional - onde ele, de uma certa forma, sempre esteve -, mas definir e estruturar mecanismos que possam permitir ao grupo *"ver o serviço através dos olhos do cliente"* (ST. Clair, 1993).

Internacionalmente, essa percepção parece já estar muito mais avançada. Várias alternativas de atuação estão sendo aplicadas para a adoção do ponto de vista do cliente em bibliotecas universitárias, como as narradas por Nitecki (1996) e Wehmeyer, Auchter, Hirshon (1996). Em geral, não se tratam de opções complexas, exigindo apenas o firme compromisso da administração em desenvolver os serviços *"não sob um ponto de vista 'profissional' ou especializado, mas para atender às necessidades do usuário"* (Brophy, Coulling, 1996:39). No entanto, para ser bem sucedida, qualquer iniciativa desenvolvida pelos bibliotecários vai exigir um maior nível de conhecimento sobre as metodologias para priorização dos clientes adotadas tanto por empresas como por instituições de informação no mundo inteiro, buscando adaptá-las à sua realidade específica.

Dentre as possibilidades existentes, é importante retomar a idéia de identificação das horas da verdade, conforme vistas por Carlzon (1994) e Albrecht (1994b:34), bem como a organização de ciclos de serviço centralizados na visão do cliente. Para esses autores, cada oportunidade de contato que o cliente tem com uma empresa vai deixar nele uma impressão específica, colaborando para o conceito geral que tem sobre ela. E essas oportunidades nem sempre vão se constituir em contatos físicos, presenciais, com a empresa, embora a maioria delas talvez o seja. Assim, todas as vezes que um cliente experimenta qualquer aspecto do serviço, por menor que seja, ele tem a vivência efetiva de uma hora da verdade e *"com base nesse contato, forma uma opinião sobre a qualidade de seu serviço e, potencialmente, da qualidade de seu produto"* (Albrecht, Bradford, 1990a:30).

A análise das horas da verdade pode ser realizada em qualquer dos serviços prestados, bastando apenas que os profissionais da informação tentem colocar-se na posição dos clientes, enfocando o serviço sob um ponto de vista oposto ao que normalmente utilizam. O conjunto de horas da verdade de uma determinada atividade constitui o que se chamou de ciclo de serviço, ou seja, a *"cadeia contínua de eventos pela qual o cliente passa à medida em que o serviço é prestado"* (Albrecht, Bradford, 1990a:33).

Em bibliotecas universitárias, a prática de elaboração e análise regular dos ciclos de serviço pode possibilitar que os profissionais assumam uma nova postura em relação às suas atividades e àqueles que atendem. Trata-se, então, de identificar atividades específicas das bibliotecas que se considere afetam mais diretamente o cliente ou que podem ser objeto de melhoria sob o seu ponto de vista. Teoricamente, parece uma tarefa muito fácil de ser realizada. No entanto, a experiência tem demonstrado que, em muitos casos, deve-se quebrar algumas barreiras para se atingir esse objetivo. Existem resistências naturais por parte dos bibliotecários, que se apoiam em seu conhecimento especializado para chamar para si todas as decisões e se recusam até mesmo a se ver como prestadores de um serviço (o que, sob seu ponto de vista, os colocaria em posição desvantajosa ou inferior).

Uma forma um pouco mais natural de inserir a preocupação com os clientes nos serviços é, talvez, identificar casos em que a visão que eles possuem sobre a qualidade do serviço e aquela possuída pelos bibliotecários mostraram-se nitidamente discordantes, causando algum tipo de diferença de opinião entre eles (muitas vezes, até mesmo um choque de personalidades). Tradicionalmente, os profissionais da informação, tanto os de bibliotecas universitárias como os de outros tipos de bibliotecas, experimentam situações diversas que envolvem relações de conflito ou desconforto com seus clientes. Dependendo da situação, essas relações podem ser bem ou mal resolvidas, mas sempre deixam como resultado um impacto negativo sobre o serviço que às vezes leva anos para ser totalmente absorvido.

Assim, a troca de informações entre profissionais de instituições diversas pode constituir-se em um fértil manancial de casos para análise e aprofundamento, visando desenvolver práticas que permitam melhor eqüacionar as necessidades dos clientes. Essa análise também pode ser realizada em casos vividos no próprio ambiente em que o fato se deu; quando tal ocorre, no entanto, é

necessário deixar passar um tempo razoável entre o fato e a análise, de forma a garantir que as emoções, que possam eventualmente ter sido acirradas naquele momento conflituoso, estejam já devidamente amainadas. Acima de tudo, a iniciativa de tal tipo de estudo de caso exige uma postura isenta dos bibliotecários, de modo a não caírem na tentação de se justificar ou arrumar desculpas para a sua atuação, mas, sim, procurar encarar todo o processo sob o ponto de vista do cliente, sem qualquer tipo de mascaramento da realidade. E não se trata, tampouco, de admitir que o cliente sempre tem razão, mas de entender que um pouco mais de atenção à forma como ele encara a realidade do serviço de informação pode representar uma grande diferença na qualidade com que os serviços são disponibilizados.

Estudos de caso podem ajudar a atingir essa postura.

3 A METODOLOGIA DE ESTUDOS DE CASO E SUA APLICAÇÃO EM BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS

3.1 Princípios metodológicos

Métodos de pesquisa qualitativos começam a ser cada vez mais discutidos na literatura de biblioteconomia e ciência da informação. A última década propiciou o aparecimento de pelo menos dois fascículos específicos sobre esse tema em periódicos especializados (The Library Quarterly, 1993; Library Trends, 1998), em que tanto aspectos teóricos como práticos dessa metodologia de pesquisa são abordados, tendo em vista o benefício que podem trazer para a área. Os estudos de caso enquadram-se nessa categoria de pesquisa, caracterizando-se como estudos descritivos.

Especificamente, os estudos de caso representam uma *"forma de se fazer pesquisa social empírica ao investigar-se um fenômeno atual dentro de seu contexto de vida real, onde as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidas e na situação em que múltiplas fontes de evidência são usadas"* (Yin *apud* Campomar, 1991:96). Sua aplicação mais freqüente tem ocorrido no campo dos estudos de administração, talvez por se constituir em um instrumento apropriado para lidar com a complexidade do fenômeno organizacional. Segundo Campomar (1991), um estudo de caso pode envolver a análise intensiva de um número relativamente pequeno de situações, às vezes reduzindo-se até mesmo a um único caso. Desta forma, seu caráter científico estaria não propriamente no que foi observado mas, muito mais, naquilo que o caso pode sugerir sobre o fenômeno estudado.

A pesquisa em biblioteconomia e documentação realizada em universidades brasileiras tem utilizado os estudos de caso com uma certa freqüência, entendendo que sua aplicação à área produz resultados proveitosos para a evolução desta especialidade científica. Das várias pesquisas realizadas nos últimos anos, pode-se citar, entre outras, as desenvolvidas por Cornelsen (1999), enfocando a gerência da informação como recurso estratégico em empresas e analisando o caso de uma indústria do setor de revestimentos cerâmicos na cidade de Londrina, PR; Machado (1998), que se debruçou sobre o planejamento e implementação de projetos em algumas bibliotecas da Universidade de São Paulo; e Valls (1998), que enfocou o papel do profissional da informação no sistema da qualidade em empresas, tendo como caso a atuação

profissional em uma indústria da área petroquímica do nordeste do país.

Por intermédio da realização de estudos de caso, a avaliação da qualidade dos serviços prestados aos clientes pode tornar-se mais fácil para os profissionais responsáveis. Isto acontecerá devido a características intrínsecas a eles, que, segundo Ludke, André (*apud* Cornelsen, 1999), podem ser assim resumidas:

a) visam à descoberta: ainda que o investigador tenha alguns pressupostos iniciais como ponto de partida, ele procurará se manter constantemente atento a novos elementos que podem se colocar como importantes durante o estudo;

b) enfatizam a interpretação do contexto para compreender melhor a manifestação geral de um problema, ações, percepções, comportamentos e interações das pessoas relacionadas à situação específica;

c) buscam retratar a realidade de forma completa e profunda, possibilitando que uma multiplicidade de dimensões presentes em uma determinada situação ou problema seja revelada;

d) usam uma variedade de fontes de informação, permitindo que se lance mão de uma variedade de dados, coletados em diferentes momentos e variadas situações;

e) revelam experiências, permitindo que o leitor faça suas generalizações;

f) procuram representar pontos de vista diferentes numa mesma situação social, permitindo ao leitor chegar às suas próprias conclusões; e

g) utilizam linguagem e forma de apresentação mais acessíveis do que os relatórios de pesquisa, adotando um estilo mais informal, narrativo e ilustrativo.

Segundo Marchiori (1995:133), *"o estudo de caso é a alternativa para a escolha de estudar algo singular que tenha valor em si mesmo"*, constituindo-se em uma unidade significativa de um todo e permitindo julgamentos fidedignos. Trata-se, assim, de um estudo intensivo que tem sido visto como bastante apropriado para a resolução de problemas e comportamento de grupos.

No caso da avaliação de serviços aos clientes em bibliotecas universitárias, o estudo de casos, por todas as características acima apontadas, parece especialmente apropriado. A seguir, apresenta-se um caso de serviço ao cliente nesse ambiente específico, seguido por sua avaliação, realizada visando privilegiar o ponto de vista do cliente.

3.2 Estudo de Caso: o apego às normas burocráticas

3.2.1 Descrição do caso

Um professor procurou a diretora da biblioteca da faculdade onde lecionava há quase vinte anos. Sendo um freqüentador assíduo do serviço de informação, ele já conhecia a diretora há muito tempo, por quem sempre nutrira grande simpatia pessoal e com quem sempre mantivera ótimas relações. Naquela ocasião específica, estava acompanhado por um colega, que apresentou como sendo um pesquisador-visitante em seu departamento, sob o âmbito de um convênio inter-institucional recentemente firmado com a instituição à qual seu acompanhante estava filiado. Salientou que a estadia do colega seria de

dois anos, com forte probabilidade, inclusive, de ser prorrogada por um período semelhante, após a conclusão da primeira etapa de trabalho. Sendo assim, explicou à administradora que desejava inscrevê-lo na biblioteca, para que ele pudesse utilizar o acervo e os serviços de forma cotidiana, fator essencial para a pesquisa realizada em conjunto.

Por sua vez, a diretora, de forma bastante simpática, informou-lhe que não havia qualquer problema quanto a isso, bastando apenas que o chefe de seu departamento enviasse à diretoria da biblioteca uma carta formal apresentando o professor; após o recebimento da carta, a inscrição seria realizada sem maiores delongas.

Um pouco descontente com a orientação, o professor perguntou à diretora se a sua palavra apresentando o colega não era suficiente para satisfazer os trâmites burocráticos iniciais e possibilitar a ele o imediato acesso ao acervo em condições de igualdade com todos os outros clientes; comprometeu-se, além disso, a providenciar, junto à chefia de seu departamento, que encaminhasse o documento solicitado naquele dia mesmo.

A diretora, no entanto, manteve-se firme em sua recusa, explicando-lhe que uma vez, alguns anos atrás, a pedido de um professor, ela havia aberto uma exceção para um aluno de graduação em iniciação científica e este havia abandonado o projeto dois meses depois, levando consigo alguns livros da biblioteca, que jamais devolvera, e deixando-a de mãos atadas quanto a formas de realizar a cobrança. Assim, sem o documento formal encaminhando o professor, ela não poderia atender o pedido e liberar o empréstimo de materiais do acervo, embora isso não o impedisse o visitante de utilizá-los no espaço físico da biblioteca.

Após insistir mais alguns minutos e ver que não conseguia demover a diretora de sua posição, o professor se retirou, bastante contrariado.

3.2.2 Discussão e análise do caso

A formalização dos processos administrativos é necessária para garantir que as atividades ocorram de maneira programada e que não aconteçam imprevistos que possam gerar prejuízos para o serviço e para os clientes. É perfeitamente natural para qualquer biblioteca universitária estabelecer procedimentos em relação à inscrição de novos clientes, solicitando algum tipo de comprovante quanto ao vínculo legal do solicitante à inscrição com a universidade. Não fazer isso seria uma atitude no mínimo imprudente, colocando a administração do serviço em sérios riscos não só em relação à segurança do acervo como em outros aspectos de sua atividade. Neste sentido, os procedimentos têm uma inquestionável justificativa e a diretora tinha, sob o ponto de vista do serviço, todas as razões para tentar cumpri-los.

É evidente que a experiência da diretora com o estudante de graduação interferiu em muito na sua tomada de decisão a respeito do professor visitante. Afinal, ela havia mostrado alguma magnanimidade em uma situação parecida àquela que estava agora sendo confrontada e o resultado havia sido desestimulante. De alguma forma, sua confiança na palavra dos professores ficara irremediavelmente comprometida. Ela não acreditava mais que a promessa de qualquer professor poderia merecer sua confiança porque uma vez firmara com um deles um

compromisso verbal que não havia sido honrado. Sua prudência baseava-se em uma experiência real, pela qual pagara um preço: tivera que substituir os títulos não devolvidos, onerando de forma desnecessária o parco orçamento da biblioteca. Sem dúvida, suas razões para seguir estritamente os procedimentos formais tinham uma razão de ser bastante lógica, também.

Ao tentar analisar a situação pelos olhos do cliente, no entanto, essa lógica deixa de ser tão evidente assim. De uma certa forma, o professor tinha todo o direito de esperar que a diretora tomasse a sua decisão baseada nos relacionamentos que *ele* tivera com a biblioteca nos vários anos em que atuara naquela universidade e não com base na atitude de um outro docente. Ele era, afinal de contas, um professor antigo na escola, freqüentador assíduo e regular da biblioteca, que jamais deixara de entregar um livro fora de prazo. No entanto, nada disso fora considerado na decisão da diretora. Ela simplesmente o colocara no mesmo nível de todas as dezenas de anônimos clientes que a biblioteca atende diariamente. E, talvez pior que isso, julgara-o a partir de uma situação que tinha alguma similaridade com a sua mas que não era, absolutamente, idêntica: ele não estava buscando autorização de uso regular da biblioteca para um aluno de graduação em um projeto de iniciação científica, mas para um pesquisador ligado a uma instituição com a qual seu departamento - e, através dele, a própria universidade -, estabelecera um convênio formal de cooperação. E nem se tratava de um relacionamento ocasional e rápido, de uma visita técnica como costuma ocorrer muitas vezes na área de pesquisa, mas de um período prolongado de atuação conjunta, que poderia estender-se por até quatro anos.

Ao recusar aceitar sua palavra e o compromisso que ele se propunha, a diretora feriu-o profundamente, dizendo-lhe, por intermédio de seus atos administrativos, que ele não era digno da sua confiança. Não admira que o professor tenha se sentido ofendido com o encaminhamento dos fatos e saído muito agastado do recinto da biblioteca. Esta, sem dúvida alguma, havia caído muitos pontos no seu conceito.

De fato, talvez a biblioteca tenha perdido o apoio de um cliente que até então sempre estivera ao seu lado em todas as situações. E isso porque a diretora se prendeu talvez demasiadamente a procedimentos impessoais e utilizou uma experiência passada como modelo para julgar uma situação presente, sem atentar para as questões individuais envolvidas. Embora, sob o ponto de vista da biblioteca, ela possa considerar ter agido corretamente, sob o ponto de vista do cliente ela deixou muito a desejar. Seu apego aos procedimentos e mesmo seu medo às conseqüências de se afastar deles fez com que ela não visse o que estava trazendo a seu cliente atual. Existiam outras alternativas que talvez pudessem atender aos procedimentos e não causar tantos transtornos para ele. Sendo um cliente antigo e conceituado do serviço, ele merecia uma chance por parte da diretora. Ela poderia ter, por exemplo, autorizado a inscrição do pesquisador em base condicional, estipulando um prazo para que o departamento encaminhasse o documento solicitado; caso o prazo não fosse cumprido, ela cancelaria a inscrição e exigiria o documento regulamentar. Considerando-se as relações anteriores com o professor que solicitava a inscrição do colega, nada indicava, naquele momento, que uma decisão como essa iria gerar qualquer problema para a biblioteca.

Os clientes têm o direito de ser julgados por si mesmos, enquanto indivíduos, não como uma categoria indiscriminada.

É certo que, mesmo assim, a biblioteca ainda correria o risco de ter algum prejuízo, caso o pesquisador visitante, por algum motivo, deixasse de devolver os materiais emprestados (de uma certa forma, ela continuaria correndo um risco semelhante mesmo com o envio do documento, apenas teria mais tranqüilidade em termos de justificativa da perda dos itens, nos relatórios administrativos...). Isto, sem dúvida, representaria um custo para a biblioteca. No entanto, caberia perguntar: quanto custou para a biblioteca a perda da simpatia daquele professor? Talvez ninguém jamais vá ter uma resposta para isso. Ela poderá eventualmente ter algum reflexo prático algum dia, como a não aprovação de um pedido por uma comissão da qual aquele professor faça parte. Poderá até mesmo se refletir na diminuição da utilização do acervo por parte daquele cliente e dos que lhe são ligados (alunos, orientandos, colegas de departamento, etc.). No mínimo, a imagem que aquele ele tinha da biblioteca de sua faculdade ficou manchada, uma mancha que talvez leve anos para ser apagada. Naquele dia, por uma demasiadamente rígida fixação às normas burocráticas, a diretora destruiu anos de bom relacionamento. A biblioteca pela qual ela é responsável perdeu um bom amigo. E Deus sabe como as bibliotecas universitárias deste país necessitam de amigos...

4 Considerações finais

Analisar de forma crítica as práticas correntemente utilizadas para atendimento ao cliente em bibliotecas universitárias pode ser uma alternativa viável e pouco dispendiosa para melhoria dos serviços e aumento da satisfação dos clientes. No entanto, como se procurou demonstrar neste artigo, para surtir efeito esta análise deve ser feita buscando-se compreender o ponto de vista de quem recebe o serviço e afastando-se da ótica daquele que o está prestando. Evidentemente, é preciso também ter claro que apenas esta opção já pode representar um elemento complicador de dimensões ainda não suficientemente dimensionadas. Para o profissional da informação, implica em abandonar uma forma de encarar a sua atuação que provavelmente o acompanhou desde o início de suas atividades, ou seja, a de justificar seus atos com base em seu conhecimento profissional. Trata-se, assim, em última instância, de uma verdadeira mudança do paradigma que internamente guia as ações de cada bibliotecário. Para assumi-lo em plenitude, no entanto, é imprescindível que os profissionais, como comenta Weingand (1997:107-08), reconheçam que *"os clientes freqüentemente têm um papel a desempenhar na concepção e produção do serviço que eles consomem"*.

É evidente que as bibliotecas universitárias têm que continuar a se dedicar ao aprimoramento da suas atividades e ao cumprimento de seus objetivos institucionais. No entanto, como se tentou demonstrar neste artigo, devem compreender a necessidade de fazê-lo, cada vez mais, tendo como parâmetro o ponto de vista de seus clientes. Não o fazer poderia significar colocar-se em uma situação de fragilidade perante o ambiente competitivo que caracteriza este final de século, no qual as verbas a cada dia passam por diferentes questionamentos e os orçamentos necessitam sempre ser melhor justificados. Não o fazer, poderia

representar a perda do mínimo apoio necessário para atingir seus objetivos institucionais. Não o fazer, poderia implicar em conseqüências talvez não previstas pelos profissionais da informação. Sem esta compreensão, os serviços correm o sério risco de não satisfazer as necessidades dos clientes. E, neste caso, deixariam de estar cumprindo a sua *única* razão de existir.

Abstract: Focus on the importance of having the customer's point of view as a factor of quality in the library services. A case study of customer service in an academic library draw the conclusion that information professionals must change the posture relating to work performed, allowing customers to participate more actively in its design and production.

Key words: University Libraries. Brazil. Customer Services. Users. Quality.

Referências Bibliográficas

ALBRECHT, Karl, BRADFORD, Lawrence J., 1990a, **The service advantage: how to identify and fulfill customer needs**. Homewood, Ill: Dow Jones-Irwin.

ALBRECHT, Karl, 1994b, **A revolução dos serviços; como as empresas podem revolucionar a maneira de tratar os seus clientes.** 4.ed. São Paulo: Pioneira.

BROPHY, Peter, COULLING, Kate, 1996, **Quality management for information and library managers**. Aldershot: Aslib Gower.

CAMPOMAR, 1991, Do uso de "estudo de caso" em pesquisas para dissertações e teses em administração. **Revista de Administração,** São Paulo, v.26, n.3, p.95-97, jul./set.

CARLSON, Jan, 1994, **Hora da verdade**. 10.ed. Rio de Janeiro: COP.

CORNELSEN, Julce Mary, 1999, **Gerência da informação como recurso estratégico nas empresas:** o caso Eliane Paraná. São Paulo, Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, USP.

HERNON, Peter, ALTMAN, Ellen, 1995, **Service quality in academic libraries**. Norwood: Ablex.

THE LIBRARY QUARTERLY , 1993, v. 63, n. 4, p. 405-580, Oct.

LIBRARY TRENDS, 1998, v. 46, n. 4, p. 597-789, Spring.

MACHADO, Elisa Campos, 1998, **Planejamento e implementação de projetos em bibliotecas universitárias:** um estudo sobre as bibliotecas da Universidade de São Paulo. São Paulo. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, USP.

McKEE, Bob, 1989, **Planning library service**. London: Bingley.

MARCHIORI, Marlene Regina, 1995, **Organização, cultura e comunicação: elementos para novas relações com o público interno**. São Paulo. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, USP.

NITECKI, Danuta A, 1996, Changing the concept and measure of service quality in academic libraries. **Journal of Academic Librarianship**, v. 22, n. 3, p. 181-90, May.

ST. CLAIR, Guy, **1993, Customer service in the information environment.** London: Bowker Saur.

SIATRI, Rania, 1999, The evolution of user studies. **Libri**, v. 49, n. 3, p. 132-41, Sept.

SIRKIN, Arlene Faber, 1993, Customer service: another side of TQM. **Journal of Library Administration**, v. 18, n. ½, p. 71-83.

VALLS, Valéria Martin, 1998, **O profissional da informação no sistema da qualidade nas empresas:** um novo espaço para atuação com ênfase no controle de documentos e registros da qualidade. São Paulo. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, USP.

WEINGAND, Darlene, 1997, **Customer service excellence:** A concise guide for librarians. Chicago / London: American Library Association.

WEHMEYER, Susan, AUCHTER, Dorothy, HIRSHON, Arnold, 1996, Saying what we will do, and doing what we say: implementing a customer service plan. **Journal of Academic Librarianship**, v.22, n.3, p.173-80.

Experiência Brasileira em Edifícios Inteligentes de Bibliotecas Universitárias*

Antonio Miranda **

Resumo: Análise de experiências na construção de prédios de bibliotecas universitárias no Brasil a partir de pesquisa acadêmica de Valci Augustinho (1987) ressalta problemas com materiais de construção e a desconsideração à regionalização climática, bem como os estudos de José Galbinsky e Antonio Miranda (1993) que rogam por planejamento prévio sobre estruturas sistêmicas para modelagem do uso do espaço físico. Conseqüentemente, considera-se que o prédio do futuro deva ser flexível, compacto, acessível, suscetível de ampliação, variado, organizado, confortável, dotado de constância do ambiente, seguro e econômico, sem esquecer ainda da questão da ecologia e da ergonomia. O impacto das novas tecnologias no *design* é também focalizado. Afirma, em conclusão, que ser mais ou menos inteligente não depende apenas de quanto mais ou menos tecnologias sejam introduzidas nos projetos arquitetônicos, e sim da capacidade de garantir a renovação dessas mesmas tecnologias sem causar traumas aos prédios mais antigos. O conceito de biblioteca inteligente pressupõe tanto a sua modernização tecnológica quanto a sua capacidade de contínua renovação, de forma sustentável.

Palavras-chave: Arquitetura. Bibliotecas. Brasil. Bibliotecas Universitárias. Edifícios Inteligentes.

1 Introdução

Partindo da premissa um tanto provocativa de que se existem edifícios considerados inteligentes (por razões técnicas e operacionais), em contrapartida, podemos também admitir a existência de edifícios ditos "burros", ou que não têm as condições ideais de uso. Analisar as características inteligentes das novas construções não significa ignorar os prédios já construídos, que exigem adaptações a novos paradigmas onde se propõem transformações inevitáveis provocadas pelo advento das novas tecnologias no setor da informação e da documentação.

Buscas na Internet revelam a escassez de artigos sobre o conceito de "edifício inteligente de biblioteca" (*intelligent library building)* para não falar da inexistência de trabalhos mais específicos sobre edifícios inteligentes de bibliotecas universitárias. Certamente existem trabalhos sobre o tema, mas provavelmente como tópicos de outros

* Trabalho em preparo para o XII Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias, a ser realizado em Florianópolis, entre 25 a 28 de abril de 2 000.

** Professor Doutor do Depto.de Ciências da Informação e Documentação da UnB.

mais abrangentes. O que é encontrável na rede é a idéia de "sistema inteligente de biblioteca" (*intelligent library system*) ou "biblioteca inteligente" como sinônimos para as instrumentalizações tecnológicas avançadas em níveis administrativos e técnicos.

A revolução que estamos presenciando no campo dos sistemas de informação, com conseqüências profundas nas concepções arquitetônicas dos edifícios de bibliotecas, está vinculada a muitos fatores mas podem ser resumidas na dialética e nas correlações entre os fenômenos da **disponibilidade** e na **acessibilidade** ao documento primário, como veremos mais adiante.

A construção de grandes bibliotecas, surpreendentemente, vem tendo um ímpeto extraordinário na época do advento das "bibliotecas virtuais". Enquanto as novas tecnologias apontam cada vez mais para a digitalização e virtualização de grandes massas documentais, alguns países dedicam-se à construção das maiores e mais modernas bibliotecas do planeta, para albergar seu patrimônio bibliográfico (e de novas mídias) como são os exemplos das quatro grandes torres da *Bibliothèque Nationale George Pompidou* de Paris, da monumental e complexa nova sede da *British Library*, já inauguradas mas ainda em obras, e ainda da reconstrução da Biblioteca de Alexandria, no Egito, com recursos internacionais. Pode parecer uma contradição. Todavia, sinaliza uma convivência necessária entre os acervos acumulados e sua melhor organização e o aparelhamento para sua difusão em massa, o que era impossível com os recursos tecnológicos tradicionais. Ou seja, a tecnologia não apenas aponta para o futuro como também resgata e reorienta o passado.

Os acervos acumulados em muitos países, mesmo com a previsão da *paperless society*, continuam aumentando e requerendo crescentes espaços para seu armazenamento e disponibilização para o público. Trata-se de um patrimônio inestimável que, com os recursos de informatização em processo, vão permitir o acesso quase ilimitado a fantásticos estoques, tornando-se em trunfo inestimável nas relações de oferta e demanda, numa sociedade cada vez mais dependente do insumo informação.

No Brasil, não são muitos os projetos em andamento. O mais ambicioso de todos – o da construção da Biblioteca Nacional de Brasília - projetada pelo arquiteto Oscar Niemeyer, que foi incluído no programa de campanha do Governador Joaquim Roriz, continua sem perspectivas de realização, já que a prioridade tem sido para as obras de apelo mais "popular" (do tipo viadutos, metrô e áreas de lazer) em detrimento das iniciativas de interesse cultural. Há várias décadas. O centro da cidade continua com enorme espaço vazio nas proximidades da Catedral, vazio também na perspectiva intelectual. A população do Distrito Federal - capital da república - não dispõe de um sistema de bibliotecas consoante com suas necessidades e com sua vocação político-social não obstante a existência de muitas bibliotecas ministeriais e de outros órgão públicos, nos moldes mais conservadores.

As bibliotecas universitárias, construídas na última década (por exemplo, as bibliotecas da Universidade Federal de Uberlândia, da Universidade Católica de Curitiba, da Universidade Católica de Brasília, da Universidade Metodista de Piracicaba), são da iniciativa de instituições privadas ou de universidades públicas que conseguiram

verbas excepcionais, porquanto não existem mais programas institucionais ambiciosos como aqueles que animaram as edificações de *campi* nos anos 70 e 80, com financiamento de agências internacionais de desenvolvimento. Durante mais de um década, programas como o PREMESU, depois CEDATE, com recursos consideráveis do Banco Mundial, permitiram o projetamento e a construção de prédios de bibliotecas centrais e setoriais na maioria das universidades federais: Universidade de Brasília, Universidade Federal de Goiás, Universidade de Alagoas, Universidade Federal do Amazonas, Universidade Federal do Espírito Santo, para citar apenas algumas daquelas com as quais estivemos diretamente envolvidos como consultor. Excepcionalmente, a Caixa Econômica Federal, através do FAZ, que apoiava edifícios de bibliotecas públicas, também apoiou a construção de bibliotecas "comunitárias" (como aconteceu na Universidade de São Carlos). Hoje não existe nenhuma linha aberta para o financiamento de construções novas nem para reformas de prédios (exceção para obras menores com o apoio da FAPESP, em São Paulo), embora nem todas as universidades tenham conseguido verbas naquela época e continuem demandando novas instalações ou reformas de edifícios antigos para a expansão de suas coleções e de seus serviços.

2 Experiência Brasileira

A primeira grande avaliação da experiência brasileira de construção de prédios de bibliotecas universitárias teve lugar no Curso de Mestrado (à época de Biblioteconomia, hoje de Ciência da Informação) da Universidade de Brasília. Sob a orientação da Dra. Kira Tarapanoff, Valci Augustinho (1987) estudou em sua dissertação a "Aclimatação ambiental dos prédios de Bibliotecas Centrais Universitárias: especificações de construção seguidas após a Reforma". A hipótese que animou o pesquisador era a de que os prédios de bibliotecas centrais construídos no período não levavam em consideração o clima da região. Conseqüentemente, teriam sido empregadas aos prédios inadequadas especificações e/ou soluções de **iluminação, ventilação e/ou materiais de construção**.

Levando em conta a vastidão territorial continental do Brasil, Augustinho desconfiou que os arquitetos e engenheiros, assim como os bibliotecários que participaram dos projetos, e ainda os consultores internacionais trazidos pelo Banco Mundial, não consideraram **o meio ambiente** como variável decisiva nas especificações gerais para as construções. A amostra levou em consideração princípios básicos que compreendiam:

* **a estrutura administrativa** (se centralizada ou descentralizada em relação à concepção dos sistemas locais de bibliotecas nas diversas universidades visitadas);
* **a estrutura física** (se os prédios eram monolíticos: bibliotecas centrais únicas ou se setoriais de qualquer tipo;
* **os materiais de construção** utilizados (madeira, vidro, metal, concreto, alvenaria, tipo de cobertura).

O corte para a formulação do universo foi naturalmente o regional, com a amostra assim distribuída:

- Região Norte :
  Fundação Universidade Federal do Acre
  Universidade Federal do Pará
- Região Sul:
  Universidade Federal de Santa Catarina
  Fundação Universidade Federal de Pelotas
- Região Nordeste :
  Universidade Federal da Paraíba
  Universidade Federal do Ceará
- Região Sudeste :
  Universidade Federal de Minas Gerais
  Universidade Federal do Espírito Santo
- Região Centro Oeste:
  Fundação Universidade de Brasília
  Fundação Universidade Federal de Mato Grosso

Foram objeto de análise os **parâmetros independentes** relativos à **umidade do ar, temperatura, ventos, nebulosidade** e, como **parâmetros das variáveis dependentes**, as questões da **ventilação**, da **iluminação** e dos **materiais de construção**.

As equipes multidisciplinares que participaram do planejamento dos edifícios compreendiam engenheiros civis, engenheiros elétricos, arquitetos, bibliotecários, urbanistas e paisagistas, técnicos em refrigeração, pessoal administrativo e representantes de docentes. Como o país ainda vivia em regime ditatorial final, a participação discente não foi considerada, pelo menos nas bibliotecas da amostra. Certamente que a constituição de tais equipes constituíam um extraordinário avanço na experiência brasileira de planejamento físico de bibliotecas. No entanto, conforme a constatação de Augustinho (1987: 64), somente em 20% das equipes havia técnicos especializados nas questões de umidade, temperatura e urbanismo, daí os problemas conseqüentes. Por outro lado, os arquitetos responsáveis por alguns projetos nem sempre eram da região, ou seja, sem a experiência relativa ao clima, aos hábitos, a variações de iluminação características do local. Em 10% dos entrevistados revelou-se que nenhum aspecto climático foi levado em consideração; 40% acreditavam que houve preocupação com o problema, porém sem nenhum estudo prévio realizado.

Um dos problemas mais graves detectado, foi o do **controle da umidade do ar**, que requer a utilização de meios para garantir uma certa estabilidade, questão que não foi considerada por 30% da amostragem, embora, de forma completar ou a posteriori, 90% acabaram apresentando algum tipo de solução. O desgaste rápido de alguns materiais empregados na construção, o desconforto ambiental, a incidência do cupim nas madeiras, o mofo ou fungo, o apodrecimento das madeiras, a deterioração de documentos, goteiras, traças e baratas foram conseqüências detectadas.

Assim também, *"os materiais de construção que foram utilizados no prédio da biblioteca, além de terem sido determinados pela temperatura da região, também exercem papel preponderante no controle desta temperatura no interior do prédio, tornando o ambiente mais agradável"*, reconhece o autor (Augustinho,1987:87). No entanto, 50% informaram que o uso dos materiais empregados, mesmo seguindo as recomendações do fabricante, não foi satisfatório.

Outra questão séria, a da **ventilação** natural, que requer soluções adequadas para a captação de vento de modo a arejar os ambientes, também causou problemas. Sabe-

se que muitos prédios foram projetados para terem ar condicionado e acabou sem este conforto, sem condições de uma ventilação natural adequada, valendo-se de ventiladores insuficientes e não adequados às situações. Apesar disso, o autor acredita que 70% dos casos encontraram condições satisfatórias para captar ventilação natural, embora nem todas as regiões do país sejam tão generosas neste quesito, exigindo a utilização de meios mecânicos para tornar o ambiente interno arejado, além de soluções de partido arquitetônico mais criativos com jardins internos e outras idéias mais inventivas (portas, janelas, espaços livres, jardins externos, clarabóias etc.). Dentre os problemas resultantes estão a ventilação direta forte no interior, falta de ventilação em certas áreas, acúmulo de ar saturado, etc.

O uso da **luz natural** foi outra questão estudada. Artifícios para contornar os problemas foram variados, incluindo o uso de tinta clara nas paredes internas, grandes áreas de vidro, grandes aberturas frontais, clarabóias no teto, jardins interiores, pisos claros etc. e sobretudo o emprego do *brise-soleil* em larga escala, que tanto ajudaram a aumentar a incidência da luz como criaram problemas de conservação de materiais de construção quanto ao do patrimônio bibliográfico. O emprego de cortinas, vidro fumê escuro, pequenos brises nas janelas, etc., tentaram ajudar a contornar os problemas ambientais e, em certa medida, também os relativos à preocupação com a segurança do patrimônio contra furtos.

O estudo em questão é muito rico no detalhamento tocante à enumeração de soluções, e nossa pretensão aqui é apenas chegar a algumas conclusões:

* a maioria das bibliotecas pesquisadas expressou o desejo de levar em consideração o clima, porém grande parte das soluções e dos materiais empregados na construção foram inadequados, uma vez que todos, sem restrição, apresentam algum tipo de problema;

* as soluções e materiais utilizados não obedeceram a regionalização climática;

* os materiais e soluções de partidos arquitetônicos foram utilizados indiscriminadamente como se fossem os mesmos para todas as regiões sem considerar o clima de cada região (Augustinho,1987: 166).

O prédio mais elogiado - o da Fundação Universidade de Brasília - foi visto como exceção "*por ter desenvolvido soluções próprias com base no estudo das condicionantes climáticas*" (Augustinho, 1987:167) também apresenta, hoje em dia, dificuldades. Obviamente, todos os prédios foram construídos com as possibilidades técnicas do momento. Nas últimas décadas, alguns prédios vêm sofrendo reformas para adequação às novas necessidades e puderam valer-se de novas tecnologias e de novos materiais, como, por exemplo, os prédios das bibliotecas centrais da Universidade Federal de Santa Catarina e da Universidade Federal do Espírito Santo, para citar apenas as obras de reforma empreendidas pelo arquiteto José Galbinski.

E muitos outros problemas, alguns inesperados, continuam surgindo. Por exemplo, a Biblioteca Central da UnB constatou a existência de um verdadeiro rio subterrâneo que provocou o afundamento de suas estruturas e exigiu obras de engenharia corretiva complexas e caras, só concluídas no presente ano..

O segundo estudo, compreendendo a análise de dados de 401 bibliotecas universitárias brasileiras, empreendida por José Galbinski e Antonio Miranda (1993), respectivamente arquiteto e bibliotecário, ambos da Universidade de Brasília, por encomenda do II. Simpósio Nacional sobre Arquitetura de Bibliotecas Universitárias, com o patrocínio CNPq e do MEC/CAPES e publicado em 1993.

Na primeira parte, discute-se amplamente a questão da "equipe de planejamento" do prédio através da análise dos tópicos a serem executados: a questão da linguagem, a estrutura administrativa, a definição da tipologia funcional, a escolha do sítio, o uso de equipamentos mecânicos, recomendações gerais (ex.: espaço para as novas tecnologias, recursos para portadores de deficiências físicas, etc.), a programação das necessidades arquitetônicas e a avaliação de projetos.

Uma questão ainda polêmica foi a do grau de centralização das bibliotecas universitárias, e que fôra muito bem equacionada por estudo de Lusimar Silva Ferreira (1980), tendo constatado a dependência a uma série de variáveis, concluindo que as bibliotecas mais centralizadas pertencem a universidades mais novas, universidades com bibliotecas centrais mais novas, universidades que possuem menor número de bibliotecas no sistema e universidades que já funcionam totalmente na Cidade Universitária. Em outras palavras, quanto mais antigas as universidades, mais descentralizados os prédios de bibliotecas embora todas elas estivessem (e continuam) em processo de integração sistêmica em redes, o que implica em considerar tais tendências no planejamento da infra-estrutura física.

A idéia central da obra de Galbinsky & Miranda (1993) é a convicção de que o planejamento prévio das estruturas sistêmicas norteará o planejamento arquitetônico, modelando o uso do espaço físico, porém com a flexibilidade capaz de ajustar-se a uma cultura em desenvolvimento, a mudanças estruturais ditadas pela evolução dos costumes e das tecnologias.

A análise do processamento de dados das 400 bibliotecas distribuídas em todo o território nacional e abarcando todos os tipos de bibliotecas existentes, desde as setoriais até as centrais únicas, chegou a resultados que ainda espelham a realidade do setor.

Utilizando-se o SPSS para o tratamento dos milhares de dados coletados através de questionários, foi possível chegar a alguns resultados dignos de registro.

2.1 Centralização X Descentralização

Pelos indicadores de rendimento, as bibliotecas centrais apresentam certa vantagem sobre as setoriais. Neste caso, a taxa de ocupação dos postos de leitura é maior em 20,5% nas bibliotecas centrais. Deve-se levar em consideração que esta taxa tem efeitos positivos na diminuição da área total do prédio com reflexos na diminuição dos custos. A taxa de oferta de livros por posto de leitura é de 34% maior nas bibliotecas centrais, bem como a relação livro/leitor é de aproximadamente 11% maior nas centrais.

2.2 Dimensionamentos e condições ambientais

O estudo revela o dimensionamento das bibliotecas setoriais e as diversas áreas por

ambientes nas bibliotecas. A conclusão a que se chegou, pelas análises de regressão, foi que existe uma fraca influência na áreas desses ambientes causada pelo tamanho da coleção. Em outras palavras, as dimensões do espaço físico das bibliotecas não guarda uma relação necessária com o volume do acervo, o que é paradoxal, isto é, temos muitas bibliotecas relativamente grandes com acervos modestíssimos e muitas bibliotecas com espaços mínimos em relação às necessidades de estocamento. Ou seja, estão superlotadas.

2.3 Condições de conforto ambiental

A situação ilustrada, indica a existência de algum tipo de desconforto ao usuário em 53% das bibliotecas setoriais e em 47% das setoriais, sendo que os valores extremos ocorrem com "desconforto térmico" e "insuficiência da aeração" em 79% e 78% dos casos, o que comprova o estudo de Augustinho, em 1993. No tocante às bibliotecas setoriais, os problemas correm por conta do "desconforto térmico"(65%) e da "perturbação sonora" (61%).

Um outro problema detectado foi a deficiência de iluminação artificial que decorre de uma certa rigidez das instalações elétricas que não acompanham modificações na disposição do mobiliário e estantes de livros.

2.4 Planta física

As respostas aos questionários revelaram que os dimensionamentos de ambientes de todas as bibliotecas são considerados exíguos. Também preocupante é a constatação de que 50% a 58% das bibliotecas têm relacionamentos inadequados entre suas várias funções, em outras palavras, todas estão instaladas mas algumas em condições piores do que outras.

2.5 Manutenção

Os problemas de infiltrações pela cobertura ocorrem em mais de 24% das bibliotecas universitárias, o que reclama especificações mais acuradas e mais cuidadoso detalhamento arquitetônico. Os pisos predominantes são os tacos e madeiras (29%) e do tipo vinílico (27%), que são relativamente econômicos mas não isentos de problemas de conservação, criando problemas em 31% das bibliotecas. Os desgastes são maiores em escadas e sanitários, sujeitos a um fluxo mais pesado. No caso das madeiras, os problemas são o descolamento dos tacos e as madeiras, que não completamente secas, acabam deformando-se.

2.6 Segurança e outros problemas

Referem-se a questões relacionadas principalmente com a existência de guarda-volumes, revista de usuários na saída, existência de vigias nos prédios e proteção contra roubo nas janelas. Constatou-se que a revista de usuários é praticada em somente 17% das bibliotecas universitárias brasileiras. Em poucas bibliotecas existem sistemas modernos de detecção, códigos de barra e de outros mecanismos de prevenção ao furto. Verificou-se que algumas bibliotecas têm mais de um acesso ao público - de 1,25 a 1,46 em média.

Uma das regras básicas do projeto arquitetônico – a questão do controle da umidade – mereceu destaque na análise, constatando-se que em 12% dos casos existe o perigo de inundação.

3 Os requisitos Básicos

Keyes Metcalf (1965) é considerado o maior especialista em matéria de prédios, cuja obra – *Planning academic and research library buildings* - é um clássico no assunto. Apesar da mudança nos paradigmas, as **missões** para as bibliotecas indicadas por ele (constantes da 2. ed. da obra, lançada em 1986) ainda são válidas:

- *Proteger os livros e as coleções* contra os elementos, o meio ambiente e a deterioração.
- *Posicionar os livros e outras coleções* de diferentes formas para permitir ao público e ao pessoal ter acesso a eles com facilidade.
- *Alojar os diferentes catálogos* e instrumentos bibliográficos pertinentes que permitam ao leitor encontrar o que busca nas coleções locais e acervos suplementares em outras instituições.
- *Acolher os leitores* e outros usuários que tenham necessidade de um acesso imediato ou freqüente às coleções e aos serviços.
- *Acolher o pessoal* encarregado de selecionar, adquirir, organizar, manter e administrar as coleções, e de ajudar os leitores a encontrar a informação desejada.
- *Reservar locais adequados para as funções pertinentes,* tais como serviços de reprografia, informação bibliográfica, preparação de material audiovisual, instalações de apoio informático.
- *Reservar locais adequados* para a administração e salas da biblioteca para as funções ligadas à administração de pessoal, às finanças, à obtenção de fundos, às publicações, à segurança, aos móveis, ao correio e aos serviços de expedição etc.
- *Oferecer um espaço de estudo e pesquisa* para os estudantes, professores e universitários externos.
- *Proporcionar um espaço para garantir a publicidade* dos meios ou dos serviços do edifício por meio de exposições, conferências, publicações etc.
- *Proporcionar uma estrutura que sirva* como monumento comemorativo de um indivíduo ou como símbolo da vida acadêmica da instituição em sua busca de metas intelectuais.

A questão que se coloca é a de analisar a adaptação destas instalações às novas exigências impostas pelas novas tecnologias e, não menos importante, pelos novos paradigmas na montagem das redes de informação e das novas estratégias de ensino (incluindo os conceitos de universidades abertas e interativas).

Antes, convém recordar que a construção de prédios de bibliotecas universitárias, como de resto qualquer outro tipo de edifício, requer um programa de necessidades com todas as exigências que ele "*deve satisfazer, com a finalidade de que a equipe encarregada da construção esteja corretamente informada; é também necessário que seja elaborado progressivamente, durante um longo período de consulta (às vezes o fazem, no início, os especialistas em redigir programas*"(Faulkner-Braw, 1999: 83). Ou seja, a única mudança no planejamento corre por conta das exigências impostas

pelos novos equipamentos e pelas novas possibilidades de interrelação com as redes internas e externas.

Uma diferença significativa com os prédios construídos no passado - e que continuamos ainda construindo, por inexperiência ou ignorância - é que antes projetávamos para **funções fixas**, baseados na tradição de serviços que vêm sendo oferecidos sempre e que acreditamos deverão ser oferecidos no futuro, tais como referência, coleção geral, cabines para leitura individual e em grupo, sala de obras raras etc. É até previsível que muitos desses espaços continuarão tendo público no futuro. Resta saber que dimensões eles terão em relação a novos espaços criados pelas novas tecnologias e pelos novos comportamentos dos nossos usuários.

Até recentemente, era considerado razoável projetar um edifício para os próximos 5 ou 10 anos, bastando prever o crescimento dos acervos e da demanda. Hoje não ocorre exatamente assim, embora esses dois fatores continuem sendo considerados importantes (mas não com o peso de antes). Conforme o testemunho de Faulkner-Brawn (1999:84) arquiteto inglês que esteve envolvido em projetos em todo o mundo, inclusive o da nova Biblioteca de Alexandria:

O edifício modular flexível constitui, na atualidade, um tipo de construção bem evoluído e bem estabelecido, que é o resultado de muitos decênios de progresso e melhorias.

Alguns edifícios não conseguiram adaptar-se às mudanças ocorridas em matéria de atividades e acesso à informação, embora outros tenham conseguido, mas até que ponto estes edifícios e os que estão para ser construídos continuarão tendo êxito nesta adaptação, quando as necessidades e as atividades avançam tão rápido e em direções tão imprevisíveis. É difícil, se não impossível, predizer como evoluirão os edifícios de bibliotecas no futuro; a única coisa de que temos certeza é que o farão.

Muita gente não sabe, mas estivemos envolvidos na edição do **World Information Report**, da Unesco, na condição de um de seus coordenadores-editores e fomos responsáveis, em parte, pela inclusão do tema da arquitetura de bibliotecas no citado documento, o qual, em boa hora, foi traduzido e publicado no Brasil, onde estão os trechos do texto de Harry Faulkner-Brawn que estamos citando. E é o próprio Faulkner-Brown que nos fala das "qualidades desejáveis" ou seus "dez mandamentos" que merecem ser registrados aqui e analisados por quem se aventure no projetamento de bibliotecas do futuro:

O edifício de biblioteca deve ser:

- *Flexível* – em disposição, estrutura e serviços, sendo fácil de modificar,
- *Compacto* – para facilitar a circulação de leitores, do pessoal e dos livros,
- *Acessível* – do exterior e da entrada para todas as partes do edifício, com plano fácil de compreender que somente necessite um mínimo de indicações complementares.
- *Suscetível de ampliação* – para permitir a ampliação posterior, com um mínimo de perturbações,
- *Variado* – na colocação de livros e nos serviços aos leitores, para oferecer grande liberdade de escolha,

- *Organizado* – para permitir contato fácil entre livros e leitores,
- *Confortável* – para promover uma utilização eficaz,
- *Dotado de meio ambiente constante* – para preservação dos acervos da biblioteca,
- *Seguro* – para permitir vigilância dos usuários e evitar perda de livros,
- *Econômico* – para que se possa construir e manter com mínimo de recursos financeiros e humanos.

As qualidades propostas merecem ser consideradas para qualquer tipo de biblioteca e, certamente, para as universitárias. Para os interessados em mais elementos de análise, o texto de Faulkner-Brown (1999) analisa em profundidade cada uma das propostas e até mais: oferece padrões para edifícios de bibliotecas universitárias (a partir da experiência da Amerika-Gardenkbibliothek, de Berlin). Os dados chegam a esmiuçar questões como iluminação artificial, umidade relativa, peso das estantes, ventilação natural etc.

4 O Lugar da Ecologia e da Ergonomia

Outra grande questão em destaque é a dos edifícios "ecológicos" para as bibliotecas.

Até recentemente, estivemos inclinados para a construção de prédios fechados de bibliotecas universitárias, com pouca visibilidade para a face exterior. A origem dessa linha de planejamento deve ter sido muito influenciada pela construção do prédio da Biblioteca Central da Universidade de Brasília, no início da década de 70. Nem tanto pela sugestões do arquiteto José Galbinsky , a julgar por outros projetos de bibliotecas que constam de sua exitosa carreira de especialista. A orientação, na verdade, foi dada por especialista estrangeiro, que defendia bibliotecas fechadas, quase sem janelas, não apenas para facilitar a concentração dos leitores em suas tarefas mas para evitar luz natural, ou mesmo do sol direto dos trópicos.

O que se vê, hoje em dia, é exatamente o contrário: evitar bibliotecas-túmulos, caixotes de vidro, evitar até mesmo o ar condicionado tradicional e aproveitar a luz do ambiente circundante, não só integrando o prédio na paisagem mas tirar partido das paisagem para o deleite dos usuários. Vai-se até ao extremo de prever *que os usuários controlem diretamente o ambiente que os rodeia* (Faulkner-Brown, 1999:91), valendo-se do aproveitamento da ventilação natural e da luz do dia mediante o uso de pátios, mesmo sem perder de vista as preocupações com a acústica, com a segurança do patrimônio etc.

Estaríamos saindo do padrão norte-americano do edifício quadrado, com as estantes no centro e os leitores nas áreas circundantes, onde se oscilava entre as paredes de concreto (com o apoio da luz artificial) e as grandes janelas expostas ao sol (amenizadas pelas cortinas, ar condicionado ou dos caros mas esteticamente bem trabalhados brise-soleils). Com o agravante, como já vimos no caso da experiência brasileira, que em nada difere da experiência estrangeira, do padrão arquitetônico ter sido copiado *ad nauseum* em diferentes regiões sem levar em conta as condições e hábitos locais.

Hoje em dia, há preocupação com o aproveitamento dos elementos que barateiem não só a construção mas sobretudo o funcionamento da biblioteca, principalmente nas situações de crises energéticas e também por pressão dos ambientalistas que vetam o uso de materiais ecologicamente impróprios.

Outra preocupação que está na pauta dos edifícios inteligentes, é o da ergonomia. O *design* de móveis, a definição dos fluxos dos usuários e dos funcionários, as distâncias dos locais de trabalho e residência, espaços integrados com outras atividades essenciais (telefones públicos, acesso a áreas de lazer, exposições, livrarias, centros de convivência, tudo está em discussão. No caso dos móveis, chega-se a pensar até na altura média dos usuários, que varia muito de uma região para outra, em estratégias de interatividade serviços e usuários levando em consideração seus hábitos, suas predileções, suas cores preferidas, seus ícones, seus valores básicos. Sem cair no exagero, os novos edifícios parecem querer assemelhar-se a clubes, livrarias, cafés, *shopping-centers,* com o lar das pessoas, mas nunca semelhantes às próprias bibliotecas...

5 O Impacto das Novas Tecnologias no Design

Devemos reconhecer que as novas tecnologias, principalmente a telemática, exercem uma força imperativa no aproveitamento do espaço físico das bibliotecas modernas, de qualquer tipo, incluindo as universitárias. Os equipamentos de última geração impõem condições próprias para sua instalação e uso, as quais estão mudando as concepções arquitetônicas tradicionais. Com bem diz Cunha (1999) "*nos últimos anos, a mudança tecnológica tem sido cada vez maior num espaço temporal cada vez menor*". As mudanças são cada vez mais freqüentes e imprevisíveis e elas implicam em alterações no espaço físico das bibliotecas de forma aleatória, ou seja, que não contemplam mudanças futuras no *design* dos prédios. Exatamente porque as inovações não são previsíveis e controláveis.

Exemplos podem ser destacados quando do inicio do processo de automação de bibliotecas. Estávamos pensando na época em grandes espaços para abrigar os servidores mas, nos últimos anos, eles cresceram em potência ao mesmo tempo que foram reduzindo de tamanho. Também não tínhamos noção do espaço que iríamos reservar para os terminais que serviriam aos usuários porque, à princípio, não tínhamos certeza de que eles mesmos iriam operar os nossos terminais instalados nas bibliotecas. E no futuro? Talvez eles o façam mais de sua casa ou de seus locais de trabalho e menos nas bibliotecas, levando a nova redução de espaços...

A mudança, na verdade, é visível nas instalações físicas. Segundo o testemunho de Murilo Bastos da Cunha, em duas oportunidades diretor da Biblioteca da Universidade de Brasília, é que:

Em geral, a automação de bibliotecas enfrenta dois importantes desafios para o planejamento físico. O primeiro é causado pelo fato de que muitos prédios de bibliotecas foram planejados para dar suporte a programas tradicionais que não utilizam muitos equipamentos e, como conseqüência, não possuem a infra-estrutura requerida pelos sistemas de comunicação, elétrico e de iluminação para apoiar os modernos

programas informacionais. O segundo desafio é que essas instalações foram projetadas para abrigar programas que, pensava-se, mudariam muito lentamente (Michael, apud Cunha,1999: 257).

Na opinião ainda de Cunha, vamos combinar, por alguns anos, numa forma híbrida, com o uso do suporte tradicional em papel com a ampla variedade dos suportes digitais, além das facilidades que queiramos instalar para acessar os acervos externos.

Em outras palavras, as bibliotecas do passado estavam centradas no esforço da **disponibilidade documentária,** isto é, em desenvolver estoques informacionais para o atendimento de seus usuários e, pouco a pouco, vão mudando de paradigma, na direção oposta da **acessibilidade documentária**, em que desenvolvem condições para compartilhar acervos externos até ao limite extremo de nem terem acervos próprios. Para cada uma destas fases, o espaço físico deverá ser adaptado para as novas funções previstas.

Reportando-nos mais uma vez em Cunha (1999:257) :

Como resultado da idéia da estabilidade e constância da biblioteca tradicional, os prédios projetados com base nessa premissa reservaram generosos espaços para o catálogo público em fichas, para o processamento técnico e para as estantes. Aquelas poucas instituições que, tempos atrás, instalaram terminais e/ou microcomputadores precisam agora furar paredes e tetos para colocar as calhas onde serão alojados os cabos de fibras óticas. Além disso, provavelmente, não previram rede elétrica com aterramento e tomadas que permitam a ligação de computadores portáteis dos usuários.

Outra questão não menos desprezível implica na estruturação organizacional das bibliotecas. No planejamento de edifícios nas décadas mais recentes desenvolvemos uma cultura no sentido de que a um novo projeto físico de biblioteca deve corresponder também um novo projeto administrativo de biblioteca. Ou seja, não valia a pena passar velhas estruturas burocráticas para novos espaços arquitetônicos, impondo-se, sim, o replanejamento das bibliotecas concomitantemente com o projetamento do novo espaço físico. Foi um tremendo avanço, que permitiu tirar as nossas bibliotecas tradicionais e estanques para um estágio de integração sistêmica em redes de serviços, otimizando espaços e potencializando seus recursos.

Entretanto, o processo continua... Novas transformações virão e elas terão um impacto necessário no planejamento de novas bibliotecas e na reformulação daquelas mais antigas. Aquela departamentalização a que estamos acostumados pode dar lugar a novas concepções organogrâmicas até revolucionárias. Cunha(1999:258) lembra ser possível haver uma *"fusão administrativa entre os setores de aquisição e de comutação bibliográficas, pois, a partir de agora, a ênfase será na organização e reempacotamento da informação"*. O mesmo raciocínio pode levar-nos a pensar em acabar com as separações entre o salão do catálogo público e o setor de referência, em mudar o conceito de livre acesso a determinados acervos quando os mesmos estiverem digitalizados e acessíveis na própria biblioteca nos terminais públicos, assim por diante...

Todos os autores concordam em que o tamanho do acervo não será mais decisivo para a garantia de serviços mais amplos, e

que o desenvolvimento de acervos passará a ser mais estratégico do que patrimonialista, principalmente em uma nova cultura a ser baseada na cooperação, no compartilhamento e na interação não só entre as bibliotecas mas diretamente com outras instituições e com os próprios clientes. Biblioteca deixa de ser lugar (se é que alguma vez desejou sê-lo) para converter-se em canal de acesso ao universo do conhecimento disponível.

6 Conclusões

É certo que a fixação das capacidades físicas de uma biblioteca é questão controversa. Os indicadores internacionais sugerem tamanhos de acervo jamais atingidos no Brasil em decorrência dos custos envolvidos. O estudo revela fraca correlação entre as variáveis "Número de alunos da IES" e "Acervos de livros", com grande diversidade nas diversas universidades e isso tem reflexos no planejamento da capacidade de armazenamento dos prédios porquanto o volume de acervos é reduzido e seu crescimento é relativamente moderado.

As bibliotecas das universidades federais, estaduais e mesmo muitas de setor privado, saíram dos centros urbanos para áreas novas na periferia, em concepção mais integrada e racional de sua organização conceitual e física.

Outro fator positivo nesta "diáspora" foi a participação crescente de arquitetos e bibliotecários no planejamento das novas bibliotecas, o que deve ser ampliado em experiências futuras. Esta participação nem sempre inclui outros segmentos da comunidade, como sejam os professores e estudantes e teria havido até abusos de autoridade nas decisões críticas, como é a denúncia de Gico (1990).

Pode-se concluir dizendo que a experiência revelou problemas tais como

- falta de experiência de equipes locais na fase de planejamento dos edifícios;
- baixa participação da comunidade nas definições do partido arquitetônico;
- dificuldades de negociação com autoridades e burocracia das instituições, o que pode ter levado à tomada de decisões unilaterais por parte das agências financiadoras e das equipes externas de planejamento e construção;
- baixa capacitação de arquitetos e bibliotecárias em questões específicas.

A estas dificuldades acrescentamos agora a necessidade de permitir a incorporação de novas tecnologias, numa escala de complexidade crescente, que vai exigir dos planejadores o máximo de flexibilidade e modularidade, para seguir permitindo as adaptações que se irão impor, de forma menos problemática.

A necessidade de subsídios realistas e confiáveis para a formulação de projetos de bibliotecas continua sendo a questão central prioritária, com informações reais sobre os planos de desenvolvimento de atividades universitárias, crescimento de matrículas, pesquisas, professores, assim como definições quanto a questões de planejamento físico dos *campi* e dos organogramas institucionais.

Aquilatar a própria experiência e detectar os problemas de forma mais científica já faz parte da própria solução que acreditamos apontar para um amadurecimento da

atividade de planejamento físico de bibliotecas universitárias no Brasil. Vir a ser mais ou menos inteligente não depende apenas de quanto mais ou menos tecnologias sejamos capazes de introduzir nos partidos arquitetônicos, mas sim da capacidade de garantir que essas mesmas tecnologias possam renovar-se sem os traumas dos prédios mais antigos. A biblioteca mais moderna de hoje vai, fatalmente, ser a biblioteca ultrapassada do futuro. O conceito de biblioteca inteligente pressupõe tanto a sua modernização tecnológica quanto a sua capacidade de continuar renovando-se de forma sustentável.

Abstract: Analysis of the experiences in the construction of university library buildings in Brazil includes the revision of academic research carried by Valci Augustinho (1997), that reveals problems related to construction materials and the disconsideration of regional climate aspects, and by Antonio Miranda & José Galbinsky's (1993) studies that asking for previous planning of the library system and its infrastructure as a condition for modelling physical spaces. Consequently, the future library buildings must be flexible, compact, accessible, adaptable for amplifications, varied, organized, comfortable, stable weather conditions, secure and economic, not forgetting the ecological and ergonomical aspects. The impact of new information technologies in the design is also considered. In conclusion, to be or not to be more or less intelligent is based not only in the degree of technologies used into architectural project, but also in the capacity to guarantee the constant renovation of these technologies, without causing new problems for the buildings. The concept of intelligent library building considers at the same time the technological updating as well as the capacity for continuing reorganization, in a sustainable basis.

Key Words: Architecture. Libraries. Brazil. University Libraries. Intelligent Buildings.

Referências Bibliográficas

AUGUSTINHO, Valci, 1987, **Aclimatação ambiental dos prédios de bibliotecas centrais universitárias;** especificações de construção seguidas após a Reforma. Brasília: UnB. 255 p.

CUNHA, Murilo Bastos da, 1999, Desafios na construção de uma biblioteca digital. **Ciência da Informação**, v. 28, n. 3, p. 255-66, set./dez.'99.

FAULKNER-BROWN, Harry, 1999, Design de grandes edifícios de bibliotecas. In: **A Informação:** tendências para o novo milênio. Brasília: IBICT. p 82-93.

FERREIRA, Lusinar Silva, 1980, **Bibliotecas universitáris brasileiras**: análise de estruturas centralizadas e descentralizadas. São Paulo: Pioneira/Brasília, INL. 118 p.

GALBINSKI, José, MIRANDA, Antonio,1993, **Planejamento físico de bibliotecas universitárias** Brasília: PROBIB. 176 p.

GICO, Vânia de Vasconcelos, 1990, **Contexto social, estrutura universitária e biblioteca, o caso da UFPE.** Recife. 213p. Diss. (mestr.) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Sociais.

Conforto Lumínico na Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba*

Maria das Graças de Sousa e Sousa**
Joana Coeli Ribeiro Garcia***
Jean Carlo Fechine Tavares****

Resumo: Estudo de caso sobre sistema de iluminação da Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraiba, Campus I, tendo em vista a verificação do conforto de ambientes de trabalho. Utilizando o luxímetro, em horários diurno e noturno, nos vários setores da BC, compara o maior nível de iluminância, adotando como referência o nível determinado pela NB-57, ABNT. Entre os vários resultados, destacam-se: a) iluminação inadequada aos padrões exigidos, resultando em monotonia no ambiente e indisposição para usuários e funcionários; b) características e entorno da edificação como outros agravantes, comprometendo iluminação diurna e noturna. Recomendações foram apresentadas para reversão do quadro crítico, visando, pois, ao conforto no ambiente, conservação do acervo e bem-estar dos recursos humanos desta Biblioteca Central.

Palavras-chave: Conforto ambiental. Iluminância. Luxímetro. Bibliotecas. Biblioteca Central, Universidade Federal da Paraiba, Brazil.

1 Introdução

A insatisfação de usuários e funcionários frente as precárias condições de conforto da *Biblioteca Central* da *Universidade Federal da Paraíba* (BC/UFPB) se faz sentir há algum tempo. Essas condições, na sua maioria, são resquícios do projeto arquitetônico e estão ligadas à edificação, mais do que às atividades ali desenvolvidas. No entanto, ainda que os problemas estejam diretamente relacionados ao padrão construtivo há alguns que podem ser minimizados a médio e curto prazos e outros que devem ser corrigidos e portanto demandam um prazo mais longo.

Considerando as insatisfações, e os problemas existentes, analisamos a BC do ponto de vista do **conforto lumínico**, nos horários

* Originado da monografia de conclusão do *Curso de Graduação em Biblioteconomia* na *Universidade Federal da Paraíba.*

** Aluna especial do *Curso de Mestrado em Ciência da Informação* da *Universidade Federal da Paraíba.*
*** Professora do *Curso de Mestrado em Ciência da Informação* da *Universidade Federal da Paraíba.*
**** Professor do *Departamento de Arquitetura* da *Universidade Federal da Paraíba.*

diurno e noturno, tendo em vista sua importância para o conforto visual e para a ambientação como um todo. Assim, ao chamarmos a atenção para essa temática, pretendemos contribuir para restabelecer o conforto no ambiente de trabalho, propondo uma reversão no quadro lumínico da BC. Propositadamente, deixamos de lado o conforto térmico, acústico e climático, ou a interferência de agentes químicos e biológicos. Não questionamos a importância dessas outras variáveis, mas afirmamos a importância da iluminação para a ambientação de bibliotecas, visto que nesse local a visão é exigida na grande maioria das atividades. Portanto, quando os níveis de iluminação deixam de atender às exigências humanas, resultam, em princípio, em desconforto para usuários e funcionários, afetando suas habilidades para o trabalho, gerando baixa produtividade nas atividades, acarretando acidentes e uma série de doenças.

Esses danos, na maioria das vezes, não são atribuídos à iluminação inadequada dos ambientes de trabalho, e integram as chamadas doenças profissionais, que têm como principal característica o longo tempo que passam desapercebidas até que se manifestam e são diagnosticadas. A mais freqüente é o *stress,* responsável por uma série de desconforto como: sonolência, irritabilidade, fadiga, cefaléia, distúrbios de memória etc.

2 Conforto

Há quase dois mil anos Vitrúvio (citado por Tavares,1995:.5) afirmava que

nos países do norte as casas deveriam ser totalmente forradas e protegidas tanto quanto possível e não localizadas em lugares abertos. Por outro lado, onde a força do sol é grande, nos países do sul que sofrem com o calor as casas devem ser construídas em locais mais abertos com fachadas para o norte ou nordeste.

Esta afirmação nos faz perceber que a preocupação do homem com o conforto na edificação é bastante antiga. Segundo Dul, Weerdmeester (1995) durante a Segunda Guerra Mundial houve, pela primeira vez, uma união sistemática de esforços entre tecnologia e ciências humanas. Profissionais das diversas áreas do conhecimento trabalharam em conjunto para solucionar os problemas causados pela utilização de equipamentos militares complexos. Esse esforço interdisciplinar resultou satisfatório e foi aproveitado pela indústria do pós guerra. Imediatamente aumentou o interesse por esse novo ramo do conhecimento, na Europa e nos Estados Unidos, surgindo na Alemanha a primeira lei do risco profissional, que não continha características de prevenção e o definia como inerente à execução de atividades ocupacionais Equivocadamente, admitia-se que o dano físico causado aos trabalhadores resultava inevitavelmente do trabalho. Essa teoria foi sendo substituída gradativamente, dando espaço a uma preocupação prevencionista. (Tavares, 1995). A preocupação com o conforto no *habitat*, expandiu-se aos locais de produção. Estudos foram empreendidos neste sentido, resultando em técnicas e na criação de normas regulamentadoras relacionadas aos limites de exposição ao calor ou ao frio, ao ruído, as vibrações, aos níveis de iluminância com objetivo de assegurar conforto, garantindo a qualidade de vida, produtividade no trabalho e saúde ao homem. (Tavares, 1995). Ainda que

essas normas sejam eficientes, observa-se que são freqüentemente desrespeitadas, quer por desconhecimento, quer por simples negligência. Em virtude disso, deparamo-nos, constantemente, com edificações inadequadas, resultando em desconforto, pondo em risco a saúde e o desempenho das atividades humanas.

2.1 Conforto lumínico

Às condições ambientais que proporcionam ao ser humano desenvolver suas atividades com o máximo de perspicácia e precisão visual, submetendo-se ao mínimo esforço e ao menor risco para a visão, chama-se conforto visual, determinado por iluminância suficiente; boa distribuição de iluminação; ausência de ofuscamento; contraste adequado; bom padrão de direção de sombras. Ou seja: o que determina o conforto visual é a iluminação perfeita, que permita boa definição de cores, sem ofuscamentos, com direcionamento adequado e intensidade suficientes, pois o propósito de iluminar um ambiente, é permitir um bom desempenho nas tarefas da visão.

As preferências humanas pelo tipo, e quantidade de iluminação variam conforme o sexo, idade da pessoa, hora do dia e a harmonia contextual com o ambiente.

A NB 57, da *Associação Brasileira de Normas Técnicas* (ABNT), fixa as iluminâncias mínimas para o uso de cada tarefa visual. Enquanto Lamberts, Dutra, Pereira (1997) classificam a iluminação baixa, situada entre 100 a 200 *lux*, sendo possível circular; reconhecer rostos; ler; armazenar objetos; alimentar-se. A média variando entre 300 a 500 *lux*, permite ler e escrever documentos com alto contraste; conferir dados. Na alta, a variação ocorre entre 500 a 1.500 *lux*, possibilitando ler e escrever documentos de baixo contraste e fontes pequenas, e desenhar. As medições de nível de iluminação são realizadas com o luxímetro, aparelho constituído a partir de uma fotocélula (elemento sensível a luz).

De modo bastante simplificado podemos verificar o nível de iluminação que um ambiente necessita para o conforto dos seus ocupantes, relacionando-o às tarefas.

2.2 Sistemas artificiais de iluminação

Segundo Silva (1992), basicamente, são quatro os sistemas de iluminação utilizados:

- Iluminação Geral - tendo como características o *iluminamento horizontal* decorrente da distribuição uniforme das luminárias que por sua vez criam um grau de uniformidade. Este sistema causa monotonia, sendo inadequada para os ambientes com postos de trabalho fixos.

- Iluminação Direcional - a luz incide numa só direção. O efeito monótono gerado pelo sistema de iluminação geral pode ser minimizado ou eliminado, quando os dois sistemas são empregados em conjunto.

- Iluminação Localizada - utilizado nas situações que requer iluminância em altos níveis, pelo fato de fornecer iluminamento concentrado nos pontos pré-determinados.

- Iluminação Local - caracterizado por fornecer iluminamento em pequenas áreas, provenientes das luminárias que são instaladas próximas à tarefa visual. Para utilização desse tipo faz-se

necessário o complemento de um dos sistemas anteriormente citados. A sua aplicação é especifica para beneficiar pessoas com desempenho visual reduzido, como o operário cm relação a tarefa visual; características construtivas da edificação, disposição de máquinas e equipamentos.

Utiliza-se a iluminação suplementar, nos postos de trabalho, para trabalhos minuciosos e delicados e para evitar o encandeamento pela luz direta ou por reflexão. Nos locais utilizados para escrita e leitura é recomendável a instalação de lâmpadas ou faixas luminosas próximo às janelas e do mesmo lado, de forma que os ocupantes dos postos de trabalho não fiquem de frente ou de costas para elas, como mostra a **FIGURA 1**. Nos locais muito profundos é necessário instalar uma segunda faixa luminosa. (Neufert [19–])

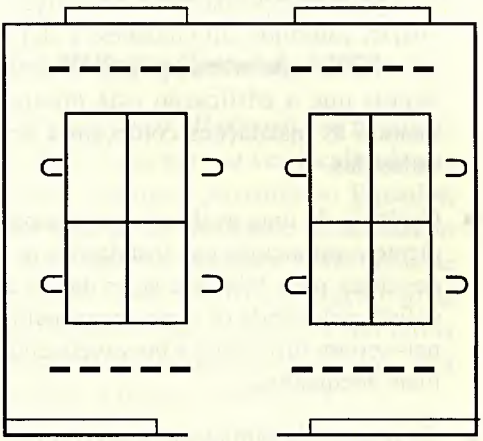


Figura 1 - Posição das luminárias (1) em relação à mesa de trabalho (2) e desta em relação às janelas(3). FONTE - Neufert, [19—], p.93

Corujeira (1971) entende que a luz natural e a artificial, por possuírem raios ultravioleta, quando incidem com intensidade nos documentos, provocam graves danos aos papéis, por conterem lignina (substância que lhes dá consistência). Quando, por exemplo, estes documentos são expostos a um elevado calor, tornam-se amarelados. O calor provocado pela temperatura da luz, além de deteriorar o papel, o couro e têxteis, contribui também para a proliferação de insetos e roedores no ambiente.

Observamos também que, além da cor amarelada dos documentos, eles ficam fracos e com impressão ilegível, reduzindo o tempo de vida útil quando submetidos ao calor intenso da luz.

Luccas, Seripierri, (1995:.17) afirmam que

a luz não é inconveniente para a boa conservação do papel, desde que sua intensidade seja controlada. Ela exerce uma importante ação germicida sobre determinados microorganismos e é, igualmente, nociva para alguns insetos. Mas o excesso de iluminação e sobretudo certas radiações são importantes agentes de deterioração [...] a luz altera a cor das tintas, atua sobre a matéria-prima e impurezas do papel através de reações fotomecânicas e de oxidação, fazendo com que as fibras se rompam em unidades cada vez menores até se tornarem insuficientes para manter a unidade estrutural do papel.

3 Objeto de Estudo: A Biblioteca

Para Aragão (1974:167), o conceito que se tem sobre biblioteca é *"de um edifício com amplas salas, estantes, mesas, cadeiras, fichários, etc. com a função de guardar e organizar um acervo para servir ao público"*. Em conseqüência do desenvolvimento

da biblioteconomia, podemos dizer que a biblioteca de hoje é uma biblioteca versátil que se adapta as necessidades da comunidade a que pertence, para onde se destinam pessoas com as mais variadas necessidades que, pelo menos naquele momento e para a grande maioria dos usuários, devem ser satisfeitas através da leitura ou da escritura de algum documento.

Para pôr em prática essas atividades, algumas metas indispensáveis precisam ser atingidas, como estrutura dos serviços, edificação adequada à essa estrutura, e equipamentos apropriados para seu funcionamento. Portanto, no planejamento da construção de uma biblioteca o primeiro passo é delimitar seu campo de atuação, após o que se inicia a elaboração do projeto arquitetônico. Todos os componentes essenciais a um perfeito funcionamento devem ser considerados nessa estrutura, que por outro lado precisa também ser flexível para que haja possibilidade de ampliação dos serviços da biblioteca.

Mosqueira (1981) aponta que, na montagem de um projeto de biblioteca em uma universidade, a integração bibliotecário e arquiteto é indispensável para se conseguir um resultado satisfatório na utilização da edificação. O bibliotecário deve ter capacidade de análise crítica do projeto, conhecimento das necessidades específicas da universidade, do grau de requinte dos equipamentos e tarefas, do público a ser atendido, dos funcionários destinados aos serviços etc. A firmeza e exatidão desses dados, aliadas a um apoio político das áreas de decisão da universidade, oferecerão um chão sólido onde o arquiteto pode caminhar livremente no desenvolvimento do seu projeto.

Ainda que as associações de bibliotecários, os órgãos do governo e as administrações de bibliotecas se esforcem nesse sentido, percebe-se que em vários aspectos o processo de planejamento e construção de bibliotecas apresentam constantemente alguns pontos controversos. Por exemplo:

- Um certo culto à monumentabilidade que não comprometendo o funcionamento, comprometerá os custos da construção e da manutenção.
- As exigências primárias, como localização e orientação adequadas, paisagismo do entorno do prédio ou sistema estrutural compatível, são postas em segundo plano, gerando fatalmente complicações técnicas, com soluções mais caras e de difícil manutenção.
- Inexistência de compreensão mais ampla e profunda do processo de implantação, funcionamento e manutenção e do próprio papel da biblioteca universitária, causando dificuldades, e deficiências de toda ordem, principalmente depois que a edificação está pronta, quando as instalações começam a ser utilizadas.
- Carência de uma avaliação mais consciente e minuciosa das instalações necessárias para bibliotecas, evitando a sofisticação, onde os meios convencionais seriam suficientes e provavelmente mais adequados.
- Os prédios de bibliotecas convivem de maneira geral, com insolação, umidade excessivas, ventos indesejáveis, com desconforto e conseqüentemente com riscos.
- Quanto à ambientação, sente-se a necessidade de tornar a biblioteca local o mais

agradável possível, apesar de as edificações atuais já apresentarem elementos inovadores, com esse objetivo.

Acreditamos que para eliminar a monotonia seja de bom alvitre utilizar formas, cores e materiais que proporcionem este efeito. Além disso, faltam ambientes onde as pessoas possam estar mais à vontade, sem perturbar os demais usuários. A ausência de vegetação e outros elementos naturais, além do descaso com o paisagismo do entorno do prédio, acarretam conseqüências negativas ao controle ambiental.

De modo geral os novos projetos arquitetônicos de bibliotecas configuram-se dentro de concepção inovadora no que concerne às mais modernas tecnologias; entretanto, é preciso lembrar que ainda convivemos com problemas de edificação de biblioteca, relacionados ao projeto, o que acontece com a situação da Biblioteca Central da UFPB.

3.1 A Biblioteca Central da UFPB

O *campus* I da UFPB encontra-se na cidade de João Pessoa, por sua vez localizada nos trópicos internos, próximo ao Equador, numa faixa de baixa latitude do hemisfério sul, com aproximadamente 3 000 horas de insolação, com nível de radiação solar significante, o que caracteriza um clima com temperaturas médias anuais por volta dos 26° C. (Tavares, 1995).

Como instituição de ensino, pesquisa e extensão, vinculada ao Ministério da Educação a UFPB, busca o desenvolvimento sócio-econômico da região e do país, através da formação e treinamento de profissionais de níveis superior e médio, do progresso das letras, das artes e das ciências e da prestação de serviços a comunidade. Claro que todas essas atividades para serem operacionalizadas dependem, em sua quase totalidade, de informações. Portanto, faz-se necessário contar com uma unidade especializada que reuna, organize, trate e dissemine a informação. Obviamente: a Biblioteca.

Em 11 de agosto de 1967, os primeiros passos foram dados para a criação da Biblioteca Central da UFPB. O que então levava o nome de biblioteca, era uma estante metálica retirada do gabinete do Reitor, com alguns livros, que depois de arrumados não ocupavam duas prateleiras.

Naquela época a *Universidade Federal da Paraíba* deu um passo decisivo na implantação de uma biblioteca universitária, adotando como obra prioritária a construção de um prédio. Já na construção do *campus*, esta idéia demonstra a seriedade com que se desejava tratar o problema referente à documentação e informação. O renomado professor Edson Nery da Fonseca, foi convidado para a elaboração de um projeto intitulado "Teoria da Biblioteca Central", trabalho este que se constituiu na primeira proposta de estruturação da Biblioteca.

A construção da edificação foi iniciada, mas não foi concluída. Anos se passaram, e a idéia de se ter na UFPB uma Biblioteca que fosse a expressão viva da cultura universitária, não esmoreceu. Provisoriamente foi instalada, em condições precárias, numa pequena sala do Departamento de Matemática, depois para a Biblioteca da Escola de Engenharia, transferida para o prédio da antiga Faculdade de Educação e, por fim, para um edifício anexo à Reitoria. Nesses prédios impróprios, as condições de confor-

to da biblioteca eram precárias e insatisfatórias tanto para seus usuários como para o acervo que diminuia a cada mudança.

No final da década de 70 iniciou-se a construção do prédio atual. A época o Ministério da Educação e Cultura (MEC) financiava e ainda contratava o arquiteto.

"O autor foi convidado pela PREMESU para realizar dois projetos de bibliotecas centrais, Universidade Federal do Espírito Santo e Universidade Federal da Paraíba" (Galbinsky, 1981: 106).

Em 1976, dá-se o processo de estruturação e implantação da BC, a partir da junção das 13 bibliotecas departamentais. Inicia-se a contratação de bibliotecários, atualização do acervo, elaboração e aprovação do regulamento, criação de novos serviços, dos processos técnicos, entre outros, culminando com o edifício definitivo da BC e a aprovação pelo Conselho Superior de Ensino Pesquisa e Extensão (CONSEPE) do Regulamento do Sistema de Bibliotecas (SISTEMOTECA), em 1980.

Com área construída de 3.500m2, atualmente, o prédio que abriga a *Biblioteca Central*, é uma edificação com localização frente norte, circundada pela Mata do Buraquinho[5]. Está estruturado em três pavimentos, portando paredes, pilares, vigas no teto com revestimento de concreto aparente na maioria dos setores, especialmente na parte do acervo. As paredes (de cor branca) localizam-se em outras áreas. As portas apresentam-se em madeira nas cores verde, amarela e vermelha, e algumas em vidro. As paredes externas alternam-se em alvenaria e vidros transparentes sustentados por brises com acabamento de concreto aparente.

O piso é variado: paviflex em algumas áreas, em outras partes granilite na cor chumbo, e no hall de entrada o revestimento mármore travertino. No 1º e 2º pavimentos variam materiais e cores, incluindo áreas acarpetadas.

Quanto ao mobiliário, as estantes são metálicas, também na cor chumbo, as mesas e bureaux em madeira marrom escura, e mesmo algumas mesas com tampo de vidro, da *Seção de Referência*, têm cor escura. Há cabines de estudos, de alvenaria, em tijolo aparente e, de madeira, revestidas de cor verde escuro e marrom escuro.

Em alguns setores utiliza-se sistema de ar condicionado. A iluminação adotada é composta por lâmpadas fluorescentes, luz do dia. Apenas na entrada principal existe um sistema complementar com luminárias redondas que se adiciona ao sistema geral.

Todas as cadeiras das áreas de estudo e do acervo são de plástico, em cor chumbo.

Acentuamos as cores na descrição da estrutura física e do mobiliário da Biblioteca por serem elementos que influenciam sobremaneira na iluminância de uma edificação.

4 Procedimentos de Coleta e Tratamento dos Dados

Observamos o sistema de iluminação da BC, com a finalidade de realizar este estudo.

[5] É uma das maiores reserva de floresta natural localizada em zona urbana, comárea de 515 hectares de Mata Atlântica, recentemente transformada no segundo jardim botânico federal do Brasil.

A partir da literatura sobre conforto decidimos medir o iluminamento dos setores. Como aparelho de medição, utilizamos o *lux*ímetro, e como unidade de medida, o *lux* (lx), que corresponde "*ao iluminamento de uma superfície plana cuja área é de 1 m2, e que recebe perpendicularmente um fluxo luminoso de um lúmen uniformemente distribuído*" (Ferreira, 1975: 857).

Diante dos dados coletados, comparamos o maior nível de iluminação encontrado em cada setor da *Biblioteca Central* com o nível de iluminação médio (prescrito na NB 57), o qual estabelece os valores do nível de iluminação em interiores onde se realizam atividades de comércio, indústria, ensino (leitura e escrita) e esporte dentre outras atividades.

Em alguns setores não foi possível a medição do nível de iluminação, entre meio dia e treze e trinta horas, ocasião em que fizemos as medições. Esse horário diurno foi escolhido por ser o de maior incidência de luz. No horário noturno, também não foi possível medir todos os setores por se encontrarem fechados.

5 Resultados

O sistema de iluminação encontrado na *Biblioteca Central* caracteriza-se como sistema geral porquanto é utilizado sem metodologia complementar, não recomendado a locais com postos fixos de trabalho. Outros agravantes comprometem o quadro lumínico da BC: a má conservação do sistema elétrico; as cores escuras das superfícies internas da edificação (paredes e pisos) e do mobiliário; o fungo nas coleções e a ferrugem nas estantes disseminados pela umidade e pela proximidade da *Mata do Buraquinho*. São fatores que causam a perda de reflexão da luz emitida, e bem observados nesta pesquisa. Há que se considerar ainda o dimensionamento de grande profundidade da edificação, resultando num distanciamento das entradas de luz natural, contribuindo para a deficiência de aclaramento no ambiente.

O acervo torna-se vulnerável a danos, cm virtude de as luminárias, instaladas no teto, estarem muito próximas das coleções, impedindo que a luz se espalhe no ambiente, provocando enfraquecimento do papel, e tornando-o amarelado, o que causa o desaparecimento da impressão, em virtude do calor emitido.

Quanto à relação entre o maior valor do nível de iluminação encontrado, e o valor médio estipulado na NB 57, encontra-se nas **TABELAS 1, 2** e **3**. Dos 23 setores que compõem a BC, e que se acham discriminados na tabelas referidas, oito deles atingem um índice de deficiência na iluminação de mais de 50%, e 14 setores se aproximam dos 50%. Apenas o ambiente da *Seção de Coleções Especiais* alcança um pouco acima de 100% do nível de iluminação médio recomendado na NB 57 que é de 400 *lux*. Estes valores são referentes à medição diurna. Mesmo nesse período e numa região com 3000 horas de insolação por ano a penumbra é patente. Ainda durante o dia também se encontrou, nas cabines individuais, uma deficiência de *lux* no valor de 99,52%. Como estamos referindo a iluminação de dia, significa luz natural mais a possibilidade de uso da luz artificial, o que agrava sobremodo a situação.

Tabela 1 - Nível de iluminância dos setores do andar térreo da Biblioteca Central da UFPB.

Ambientes	Ilum. Diurno	Ilum. Noturno	Valor Méd. Ilum. NB 57	% Ilum. Diurno	% Def. Ilum. Diurno	% Ilum. Not.	% Def. Ilum. Not.
Diretoria	249	–	400	62,25	37,76	–	–
Vice-Diretoria	203	–	400	50,75	49,25	–	–
Secretaria	298	–	400	74,5	25,50	–	–
Contabilidade	300	–	400	75,00	25,50	–	–
Sala de Reunião	160	–	400	40,00	60,00	–	–
Seção de Referência	252	102	400	63,00	27,00	25,50	74,50
Progr. e Divul. Cultural	120	–	400	30,00	70,00	–	–
Sala de Leit. 1° e 2° Graus	298	–	400	74,5	25,50	–	–
Cabines de Datilografia	–	–	400	–	–	–	–
Seção de Periódicos	220	160	400	55,00	45,00	40,00	60,00
Seção de Col. Especiais	415	–	400	104,00		–	–
Seção de Inf. e Docum.	254	–	400	63,50	36,50	–	–
Circulação	252	86	400	63,00	37,00	21,50	78,50
Div. de Des. Coleções	208	–	400	52,00	48,00	–	–
Div. de Proc. Técnicos	217	–	400	54,25	45,75	–	–
Sala de Proc. de Dados	117	–	400	29,25	70,75	–	–

Fonte: Pesquisa Direta
Nota: a Unidade de medida utilizada foi o *lux*.

Tabela 2 - Nível de iluminância dos setores do 1° andar da *Biblioteca Central* da UFPB.

Ambientes	Ilum. Diurno	Ilum. Noturno	Valor Méd. Ilum. NB 57	% Ilum. Diurno	% Def. Ilum. Diurno	% Ilum. Not.	% Def. Ilum. Not.
Circulação	206	165	400	51,50	48,5	41,25	56,75
Coleção de Reserva	221	–	400	55,25	44,75	–	–
Seção de Multimeios	168	–	400	42,00	–	–	–
Fonoteca	–	–	400	–	–	–	–
Fototeca	–	–	400	–	–	–	–
Matoteca	–	–	400	–	–	–	–
Salas de Projeção I e II	–	–	400	–	–	–	–
Projeto Arte na Escola	166	–	400	41,50	58,5	–	–
LínguaPhone	149	–	400	37,25	62,75	–	–

Fonte: Pesquisa Direta
Nota: a Unidade de medida utilizada foi o *lux*.

Tabela 3 - Nível de iluminância dos setores do 2º andar da *Biblioteca Central* da UFPB.

Ambientes	Ilum. Diurno	Ilum. Noturno	Valor Méd. Ilum. NB 57	% Ilum. Diurno	% Def. Ilum. Diurno	% Ilum. Not.	% Def. Ilum. Not.
Circulação	224	138	400	56,00	44,00	34,50	65,50
Cab. de Estudo Grupo	–	–	400	–	–	–	–
Cab. de Estudo Individual	19	–	400	0,475	99,52	–	–
Salas para Seminário	–	–	400	–	–	–	–
Armazenagem Secundária	–	–	400	–	–	–	–
Prog. e Pesq. e Leit. Pop.	–	–	400	62,00	38,00	–	–
Assoc. de Est. Portugues.	232	–	400	58,00	42,00	–	–

Fonte: Pesquisa Direta
Nota: a Unidade de medida utilizada foi o *lux*.

A coleta da sala destinada a *Seção de Coleções Especiais* refere-se às mesas próximas das janelas de vidro, ou seja, frente da biblioteca, não encoberta pela mata, e por isso área bastante beneficiada com a luz natural. No entanto, na mesma seção, próximo às estantes, encontramos níveis de iluminação assustadores, atingindo 5 a 10 *lux*, o que perfaz um percentual ainda mais baixo do que o encontrado nas cabines individuais.

No horário noturno só mensuramos a iluminação de cinco setores, e em todos encontramos uma deficiência de mais de 50%, dois dos quais acima de 70%.

A *Seção de Referência* utiliza mesas com tampo de vidro, o que, pela refração da luz, ofusca a visão dos usuários que estão a ler ou a desenvolver alguma tarefa.

Ressaltamos, mais uma vez, que consideramos na análise apenas o maior valor encontrado em cada setor. Porém, de uma forma geral, em algumas cabines de estudo, em todo o acervo e em todas as mesas de estudo, encontramos níveis que variam de 5 à 10 *lux*. Isso é mais do que penumbra. Usuários e funcionários da *Biblioteca Central* estão expostos ao desconforto e ao risco de adquirirem doenças profissionais, como problemas visuais graves, entre outras.

Tavares (1995), tomando como base iluminação x acuidade visual x produtividade, afirma que ao elevar-se os níveis de iluminação aumenta-se a capacidade do "*ver*". Portanto, ao se elevar o nível de iluminância no ambiente de trabalho de 90 para 500 *lux*, por exemplo, há um acréscimo médio de 15,9% na memória, de 9,4% no raciocínio lógico e de 5% na eficiência e rapidez na execução das atividades de cálculos matemáticos.

6 Considerações Finais

A literatura e a observação realizada na *Biblioteca Central*, possibilitaram-nos entender que o sistema de iluminação geral, quando não adicionado a um outro sistema

suplementar, como é o caso estudado, provoca uma indesejada monotonia ao ambiente, resultando em indisposição a seus ocupantes, prejudicando-os na agilidade e na eficiência das tarefas visuais.

As características físicas e o entorno do prédio que abriga a BC são desfavoráveis a variável **conforto lumínico**, comprometendo tanto a iluminação diurna quanto à noturna, conseqüentemente transgredindo as normas brasileiras referentes a níveis de iluminação, bem como podendo afetar a acuidade visual de usuários e funcionários. A conclusão não pode ser outra, senão que o sistema de iluminação entrou em *black out*. Isso é visível. O arquiteto responsável pelo projeto já previa isso:

[...] *perguntas surgiram novamente dez anos mais tarde nos Projetos da UFES e UFPB, com mais propriedade ainda, devido ao avanço do tempo e suas implicações. Problemas como o energético, custos e gastos, como resolvê-los? [...] variando assim a capacidade de acervo e outros, mas com as mesmas implicações; estas persistem* (Galbinsky, 1981, p.106).

No entanto, o mais importante de nossas constatações é que existe reversão factível. Por acreditar nesse fato, permitimo-nos apresentar algumas recomendações a longo, médio e curto prazos, e devidamente encaminhá-las a Diretora da *Biblioteca Central*, a Ouvidoria Geral, e ao Reitor da *Universidade Federal da Paraíba*. Essas recomendações - se entendidas como contribuição e proposta para início de um estudo de maior amplitude - poderão reverter não somente ao que foi detectado mas também como soluções a outras questões. Ressaltamos, todavia, que algumas delas - se aceitas - deverão buscar a solução com a pareceria de profissionais das áreas afetas ao problema.

Abstract: Case study on the illumination system of the Central Library of Federal University of Paraíba, Brazil, with special attention to the comfortable aspects in the work environment. Using a light meter [luximeter], during day and night schedules, the lightning level of BC's each sector was measured, based in the ABNT standard [NB-75]. Result data of this research pointed out: a) illumination system in BC is inadequate according to required standards, resulting in a monotonous environment and consequently no pleasure for users and employees to work or to use the library; b) physical characteristics and the environment where the building is located, as well as other aggravating causes, compromising the night and day illumination. For reversing the problems detected, recommendations were presented aiming to improve the comfort of users and library personnel.

Key words: Comfortable environment. Lighting in libraries. University Library, Paraiba, .Brazil. Research. Luximeter.

Referências Bibliográficas

ARAGÃO, Adalgisa Muniz de, 1974, A biblioteca e seu meio ambiente. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v.3, n. 4/6, p. 167-68, abr./jun.'74.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, Rio de Janeiro, 1985, ***NBR 5382*; verificação de iluminação de interiores**. Rio de Janeiro. 6p.

_____. ***NB 57*; iluminância de interiores.** Rio de Janeiro, 1991. 13p.

CORUJEIRA, Lindalva Alban, 1971, **Conservar e restaurar seus documentos**. Salvador: Itapuã. 92p.

DUL, Jan, WEERDMEESTER, Bernard, 1995, **Ergonomia prática**. São Paulo: Edgard Blücher. 147p.

GALBINSKY, José, 1981, **O projeto arquitetônico da Biblioteca Central da Universidade do Espírito Santo.** In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 2, 1981, Brasília. *Anais...* Brasília: CAPES. p.106-07.

GUINCHAT, Claire, MENOU, Michel, 1994, **Introdução geral às ciências e técnicas da informação e documentação.** Brasília: IBICT. 540 p.

LAMBERTS, Roberto, DUTRA, Luciano, PEREIRA, Fernando O.R.,1997, **Eficiência energética na arquitetura.** João Pessoa: PW. 122p.

LUCCAS, Lucy, SERIPIERRI, Dione, 1995, **Conservar para não restaurar;** uma proposta para preservação de documentos em bibliotecas. Brasília: Thesaurus. 128p.

MOSQUEIRA, Claudio Mafra, 1981, **Aspectos do planejamento e construção de bibliotecas universitárias no Brasil.** In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 2, 1981, Brasília. ***Anais...*** Brasília: CAPES. p. 97-105.

NEUFERT, Ernest, 19...., **Arte de projetar em arquitetura.** 7. ed. São Paulo: G. Gili, p. 93-07.

NOÇÕES sobre conservação de livros e documentos, 1997, Brasília: Superior Tribunal de Justiça. 35p.

SILVA, Francisco de A. Gonçalves da, 1992, **Conforto ambiental:** iluminação de interiores. João Pessoa: A União. 183p.

TAVARES, Jean Carlos Fechine, 1995, **Conforto ambiental:** correção termo lumínica da oficina mecânica. João Pessoa: UFPB/CT. 33p. (Monografia, Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo-UFPB).

THOMPSON, Godfrey, 1997, **Planning and design of library buildings**. 2.ed. New York: Nichols Publ. Co. 185p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. Biblioteca Central, 1996, **Guia do usuário.** João Pessoa. 43 p.

Dimensão Social das Bibliotecas Públicas no Brasil, trabalhando para o pleno exercício da cidadania

Valéria Aparecida Bari *

Resumo: Apesar de recair na biblioteca pública um grande potencial transformador da sociedade, sente-se falta de mais claro conceito sobre dimensão social da mesma no Brasil. É esperada uma atuação biblioteconômica mais voltada para as necessidades sociais da comunidade, ou seja, para a busca da democratização dos bens culturais e catalização de evolução social. Exercício da cidadania é requerido.

Palavras-chave: Bibliotecas Públicas. Brasil. Dimensão social. Conceito e ação. Cidadania.

1 Preliminares

O tratamento da informação define para muitos a identidade da profissão do bibliotecário. Esta função é de vital importância porque se constitui na atividade de maior especificidade ao ramo. Entretanto, outras facetas da prática e do saber biblioteconômico não são devidamente contempladas pelas reflexões da comunidade da área, sendo uma delas a dimensão social.

As bibliotecas públicas no Brasil não têm conseguido definir claramente algumas de suas funções em relação aos grupos sociais não hegemônicos, assim como não têm atuado plenamente na neutralização de certos fatores que dificultam o desenvolvimento social.

Muito embora a atuação social das bibliotecas públicas não seja contemplada claramente em nenhuma diretriz ou política nacional, é desejável que se reflexione sobre a significação da dimensão social da biblioteca pública.

A questão mais urgente neste particular não é a sua familiaridade, mas sim o poder de decisão para atuar em conformidade com os interesses da comunidade servida, a qual precisa ter clara visibilidade desta dimensão social para que possa "vestir a camisa da biblioteca pública", melhor dizendo para que possa estabelecer parceria de trabalho e evolução. Para isso, a biblioteca pública não deve apenas lidar com os problemas

* Bibliotecária-dirigente da Biblioteca Pública de Ibiúna. Mestranda em 'Comunicação e Educação' na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Valbari@attglobal.net

de formação e informação daqueles que desejam aprimorar-se cognitivamente, mas também investir na solução dos problemas daqueles que precisam viver dignamente em sociedade.

2 A INTER-RELAÇÃO BIBLIOTECA E SOCIEDADE DEFINIDA COMO "DIMENSÃO"

No início dos anos trinta, estudiosos de questões biblioteconômicas voltaram sua atenção para a relação entre esta área e a sociedade, vindo a defini-la como a função ou missão social das bibliotecas e dos bibliotecários. As novas propostas da "Escola de Chicago", assim como os estudos do filósofo espanhol Ortega y Gasset, foram ao encontro da formulação de uma filosofia profissional de responsabilidade social, fundamentando-se na relação "biblioteca / sociedade" (Cysne, 28-29:1993). Os profissionais não poderiam comprometer-se exclusivamente com as elites do saber, mas sim com a sociedade como um todo. A democratização da cultura e o comprometimento com a produção do saber popular deveriam integrar as ações dos bibliotecários.

A missão social das bibliotecas foi originada pela determinação de funções e atribuições, assim como de encargos e incumbências profissionais do bibliotecário, estabelecendo uma relação unilateral com a sociedade. A definição da inter-relação Biblioteca e Sociedade exclusivamente como missão, traz consigo um caráter funcionalista e paternalista, inadequado à relação participativa que legitima os processos democráticos. A missão, portanto, é diretriz, ou seja, conceito aberto e generalizante para conduzir questões de planejamento e avaliação.

A dimensão social amplifica a relação entre bibliotecário e usuário interno, levando a uma mentalidade profissional voltada para toda a comunidade. Na verdade, a biblioteca deveria estar atuando no desenvolvimento de competências e habilidades do usuário (ou cliente como querem alguns), assim como na programação de atividades que visem a preparação de multiplicadores de conhecimentos, não se limitando, por conseguinte, a atender necessidades imediatistas de informação aos usuários.

O desenvolvimento de um projeto humanizante para a biblioteca, que resulta na realimentação de seus bens culturais pela comunidade, é parte integrante do desenvolvimento de atitudes profissionais em uma dimensão social.

A conotação da função social evoluindo para dimensão social, passou a significar o âmbito ou esfera de inter-relação biblioteca e sociedade. Ao considerar a dimensão social, inclui-se nela a participatividade de todos os membros da sociedade neste contexto biblioteconômico.

3 LEMBRANDO O MANIFESTO DA UNESCO

Em 1994, a UNESCO aprovou em Paris o Manifesto das Bibliotecas Públicas, elaborado pela equipe de Bibliotecas Públicas da IFLA. Nele, estão apregoadas oportunidades igualitárias de acesso e fruição de uma instituição que " proporciona condições básicas para a aprendizagem permanente, autonomia de decisão e desenvolvimento cultural dos indivíduos e grupos sociais"

(Unesco, 01:1998). Ainda propõe como missões essenciais: o fortalecimento do gosto pela leitura, o lazer cultural, a educação contínua, a preservação da memória da comunidade e da diversidade cultural, a educação para a comunicação (com ênfase nos uso da informática), a alfabetização e a informação de cidadania.

A questão que determinará a transformação dessas diretrizes em práticas de trabalho biblioteconômico no Brasil constitui-se num dos principais problemas para a definição das próprias atribuições do bibliotecário. Devemos refletir se é suficiente a disponibilização dos diversos bens culturais, principalmente os bibliográficos, em seus suportes físicos ou eletrônicos, acompanhados de uma gama de recursos, produtos e serviços de excelente qualidade para a devida democratização dos mesmos e a realização das missões propostas internacionalmente.

A democratização destes bens culturais, que supostamente deveriam estar disponíveis nas bibliotecas públicas, antes mesmo da preocupação com o desenvolvimento das coleções, esbarra na questão da própria "dignidade da pessoa humana".

Portanto, o desafio da Biblioteconomia brasileira reside no fato de como disponibilizar e tornar acessível uma gama de bens culturais para pessoas que não têm instrumentalização mínima para esta utilização plena.

Se desejamos realmente alcançar a comunidade a que servimos, sobrepujando a distância abismal entre as condições de vida das populações carentes e o pleno exercício da cidadania, devemos reconhecer a dimensão social da biblioteca pública, como catalizadora de processos de desenvolvimento social.

A impossibilidade inicial de teorização e diálogo entre a biblioteca pública e seus usuários se dá devido a impossibilidade deste profissional "tocar-se"como um usuário dos serviços que oferece. De fato, o bibliotecário brasileiro, na maioria das vezes, não se caracteriza como um educador, como um mediador de leituras de lazer, como um comunicador, nem como cliente da bilbioteca, porém como um "curador de acervos". Acervos compostos por coleções que não são selecionadas pelos interesse de seu público. Profissional este que muitas vezes não sabe ao menos exercer seus direitos de cidadania e se sente um intruso indesejável nas dependências da própria biblioteca, dos chefes e diretores...

A questão então se concentra na transformação de proposições teóricas sugeridas para uma política mundial de formação e uso de bibliotecas públicas, em práticas adequadas para a realidade do contexto brasileiro. Perguntamos pois: - Bastaria então só formar um acervo de excelente qualidade, submetê-lo a uma representação temática e descritiva exaustiva, disponibilizá-lo num prédio dentro dos padrões internacionais de funcionalidade a fim de democratizar seu acesso e oferecer leitura? - Ou temos diante de nós o desafio de intervir nesta sociedade, lutando pela educação, condição social e ocasião de fruição destes bens culturais para a comunidade servida? – Enfim, sermos com letra maiúscula Agentes Sociais?

Fátima Portela Cysne (1993:55), no desenvolvimento de sua pesquisa sobre a dimensão social e educativa da Biblioteconomia no Brasil, enfatiza que a prática biblioteco-

nômica *"precisa direcionar seus objetivos para a ampliação dialética da difusão/ criação do conhecimento do conjunto da sociedade, fazendo da própria difusão um momento de criação"*.

A progressiva democratização política do Brasil tem aberto frentes de atuação social compatíveis com as funções das bibliotecas públicas brasileiras, se entendidas estas funções como geradoras de práticas e ações sociais.

4 A FORMAÇÃO DE LEITORES

Numa sociedade que sofre sérios problemas sociais e, pelas contingências da vida, vai atribuindo às atividades intelectuais um progressivo valor utilitário, falar sobre o prazer da leitura não soa adequadamente, mesmo nos meios onde este deveria ser um conceito arraigado, tanto em família como na escola e biblioteca pública.

Evoluindo da postura passiva de aguardar o usuário chegar ao balcão de atendimento e/ou daquele que fica perambulando pela biblioteca como "barata tonta" (acanhado para fazer uma pergunta ao atendente ou ao bibliotecário de referência quando ele existe) para aquela postura de profissional de qualidade que busca, com antecedência, identificar os desejos e/ou necessidades da clientela específica, as bibliotecas públicas podem e devem assumir o papel de promotoras da leitura de lazer em sua comunidade, dando orientação para tal. E por que não ir mais adiante... organizando atividades comunicativas, lúdicas e até de redação – principalmente no caso de bibliotecas infanto-juvenis!

A leitura de lazer não é uma atividade de resultados mensuráveis, mas é de efeitos surpreendentes, na implementação de um pensamento melhor fundamentado, ativo, crítico e instrumentalizado no leitor. Afinal, um domínio do suporte bibliográfico que o torne um espaço de fruição estética, corresponde ao máximo da decodificação da mensagem veiculada, no que ela possui de mais abstrato e conceitual.

Dentro do tempo/espaço de atuação desta entidade mista: pública, educacional e social, o bibliotecário e sua equipe podem trabalhar ativamente a mediação da leitura. Deixando assim de simplesmente atender às solicitações de seus usuários como se faz "numa loja", para estabelecer uma relação de educação ou comunicação, que resulte na formação de um fenômeno que compreende uma participação afetiva, uma interação comunicativa e uma determinada hierarquização.

Segundo o paradigma sócio-histórico da educação, o fenômeno da educação ou da comunicação só acontece realmente através da mediação. Solange Jobim Souza (1994:125), ao discorrer sobre Vygotsky [teórico que definiu o paradigma sócio-histórico e reelaborou o conceito de mediação como a conhecemos hoje] descreve como este teórico distingue o ser humano das outras espécies, através da ênfase nas qualidades únicas de realização ativa nos diferentes contextos culturais e históricos.

Vygotsky trabalhou criativamente o conceito inicial de Engels, sobre o trabalho humano e o uso de instrumentos, estendendo a concepção de mediação na interação homem-ambiente, pelo uso de instrumentos ao uso de símbolos (Apud Souza, 125:1994:). Jesus Martin Barbeiro trabalhou filosoficamente a mediação, afirmando que a comunicação é uma questão de

cultura e não só de ideologias, questão de sujeitos (atores) e não só de aparatos e estruturas: questão de produção e não só de reprodução (Barbero, 1997:288).

A mediação também compreende o estabelecimento de laços afetivos. Portanto, a reunião e o diálogo também fazem parte desta atividade. A organização de grupos de discussão de temas bibliográficos, de roleplay-games (RPG), de teatro e leitura dramática, de leitura e produção poética, de pesquisa e estudo em grupo, podem representar um espaço de familiaridade e inserção no mundo literário a partir de atividades sociais e lúdicas compatíveis com as atividades da biblioteca pública.

Mais uma vez, apesar de todo o aparato e nível organizacional e informacional que uma biblioteca pública possa dispor, a disposição do bibliotecário e sua equipe para trabalharem com "roupagem social" pela comunidade, pode determinar a diferença entre um acervo vivo e significativo, ou um acervo cristalizado e distante, comparável a uma rica jóia exposta numa vitrine de museu.

5 Serviços de extensão

Outras ações podem aproximar a leitura de seus leitores, em tempos/espaços externos à biblioteca pública, mas se utilizando de sua estrutura e acervo. São os chamados Serviços de Extensão. O bibliotecário e sua equipe devem buscar alternativas de tempo / espaço onde este usuário poderia usufruir de momentos de leitura. Estudar a clientela e criar novas investidas...

Infelizmente, os serviços de caixa-estante e ônibus-biblioteca são muito dispendiosos e nem sempre costumam funcionar da maneira esperada. Não basta apenas deslocar o acervo, mas fazer com que este se acompanhe da mediação de leitura, das atividades de animação cultural, tocando sensivelmente àqueles que desejamos atrair para a interessante experiência da leitura. É a luta necessária do passivo x ao próativo!

As cidades menores ainda contam com agradáveis praças, onde atividades de leitura para crianças e adultos poderiam representar deliciosos momentos de entretenimento e um trabalho muito agradável para os agentes envolvidos. Nos centros comunitários e nas associações de bairros, sempre é possível organizar uma sala de leitura, ou simplesmente uma estante com livros interessantes, para uso dos moradores próximos. Estas estantes de livros são um excelente acompanhamento para programas de alfabetização solidária e podem conter obras infanto-juvenis, para os momentos de leitura em família.

A leitura nos hospitais, sempre tão esquecida, constitui-se num serviço de extensão muito importante, auxiliando inclusive no conforto, entretenimento cultural e recuperação dos pacientes atendidos. A formação de um corpo de voluntários, em convênio com a própria instituição hospitalar, também proporciona momentos gratificantes para aqueles que cooperam com a atividade. Não esquecendo também dos idosos, dos solitários presos em casa... quão agradável seria chegar um bibliotecário com uns livrinhos e revistas e/ou para estabelecer "uma marcada hora do conto" com este esquecido grupo de clientes!

As escolas também precisam de suas salas de leitura, mas geralmente não contam com

alguém que possa organizá-las. A equipe da biblioteca pode estabelecer uma parceria com os educadores interessados em auxiliar na montagem e funcionamento destes espaços, que podem obter até auxílio dos próprios alunos. Estruturas como o "cantinho da leitura" ou o "baú de leitura" para uso em salas de aula são pouco dispendiosos e muito interessantes para a educação infantil e as primeiras séries do ensino fundamental, sendo que os educadores podem tomar emprestados da biblioteca pública uma certa quantidade de livros infantis para esta finalidade. Nem sempre, os bibliotecários aceitam esta situação de salas de leitura! – e talvez até os próprias associações bibliotecárias!

6 Biblioteca Pública e a parceria com a educação formal

A biblioteca pública no Brasil tem sido sobrecarregada com funções de outra instituição: a biblioteca escolar. Esta, apesar de ter existência legal, verbas destinadas e outras provas de existência, teima em não sair do campo teórico. Acaba por prejudicar, sobretudo, a formação do status da biblioteca pública e o estabelecimento de suas funções reais, uma vez que se encontra em constante desafio para suprir a existência de um outro espaço de informação, sem que outros atores do processo educativo tomem contato ou ciência do que está ocorrendo. No entanto, o atendimento das necessidades da comunidade sob o ponto de vista social contempla a busca de soluções para suprir esta carência.

Com a introdução do paradigma construtivista no campo teórico e da nova LDB no campo legal, os educadores estão seguindo nova proposta pedagógica e plano de trabalho que atualmente apoia a construção de uma nova educação, respeitando a realidade local e as aspirações dos educandos e da comunidade escolar. Na verdade, este é o momento ideal de aproximação entre os profissionais da Biblioteconomia e da Educação no Brasil.

Ao invés de perpetuar a estrutura perversa de pesquisa escolar, que transforma o ato da descoberta num mero exercício de cópia de enciclopédias, o bibliotecário pode partir para a ação, oferecendo desde já a possibilidade de um trabalho conjunto com os educadores. É o que podemos chamar, neste caso, agregar valor ao ato informacional. E lembrar aos mestres os conceitos, princípios metodológicos da pesquisa bibliográfica, ensinando o leitor desde alunos do ensino fundamental aos de segundo graus a fazer referências bibliográficas corretas (Macedo, 1996).

O bibliotecário, mais do que qualquer outro profissional, pode oferecer informações sobre metodologia da pesquisa bibliográfica (muito escassas na formação dos professores na ativa), desenvolvendo até mesmo cursos de qualificação para os professores-coordenadores, que se tornam agentes multiplicadores das informações metodológicas em suas escolas. A parceria com a Secretaria Municipal da Educação, quando é bem administrada, resulta até em atividades certificadas para os educadores da comunidade e uma repercussão muito positiva no âmbito educativo. De outro lado, a parceria entre bibliotecários e educadores, levaria aos primeiros conhecimentos e práticas didático-pedagógicas de real importância.

A complementação dos conhecimentos dos educadores é apenas uma parte do

estabelecimento de uma nova relação de trabalho. O bibliotecário e sua equipe também devem preparar-se melhor para atender o estudante, mesmo não sendo esta a primeira prioridade da biblioteca pública. O ideal é que a comunidade estudantil seja sensibilizada para reivindicar a criação da Biblioteca Escolar, com espaço e acervo adequados para a realização de estudos formais. Se houver, pelo menos uma sala de leitura escolar, administrada pela APM ou pelo grêmio estudantil, a demanda pela biblioteca pública será a de um público estudantil melhor formado e informado, tornando a pesquisa muito mais produtiva.

7 Educação contínua e Educação para a comunicação

A educação contínua (ou permanente) é uma das funções reconhecidas pelas bibliotecas públicas, onde vem sendo tratada com seriedade. O desenvolvimento das coleções tem sempre uma clara preocupação em contemplar a atualização profissional com ênfase na aptidão econômica da comunidade servida. Porém, a biblioteca pública não tem trabalhado com a mesma intensidade uma questão muito importante da educação contínua, na atualidade, quer seja por meio de apropriação dos bens culturais eletrônicos.

A busca social pela apropriação destes bens culturais tem ênfase na informática. Os cidadãos da comunidade, principalmente os já escolarizados e adultos, que buscam em cursos profissionalizantes o entendimento dos conceitos essenciais deste universo de conhecimento para a sua vivência social plena, geralmente pagam por um ensino superficial, de grande carga informacional, mas de pouca carga formativa e cultural.

Os problemas básicos, em relação à informática, são determinar como e de que modo os produtos e serviços dos atuais e futuros multimeios, com finalidades didáticas, páradidaticas e comerciais, serão integrados à sociedade, condenando à marginalização aqueles que definitivamente não tiverem um entendimento claro dos mesmos.

A nova e importante questão da educação contínua na biblioteca pública é a forma de incrementar a competência cultural da população para que a inserção da informática na sociedade represente também uma evolução cultural e uma nova cidadania. Sem esquecer do papel da Internet como fonte e meio de comunicação e informação; ensino e pesquisa.

Esta é uma forma de atuação biblioteconômica que dependerá tanto de recursos materiais, representados pelos equipamentos de informática adequados em atualização e quantidade, quanto do próprio nível de apropriação do bibliotecário e de sua equipe de trabalho.

Esta atividade, que está sendo chamada por educadores e comunicadores de "educação para a comunicação", deve ser desenvolvida para tornar os cidadãos pensantes, preparando-os para potencializar suas idéias e interesses para que estes se avistem dialogicamente em novo espaço público, de maneira dialógica e igualitária.

As pesquisas sobre a educação para a comunicação no mundo, principalmente concentradas na América-Latina, segundo o pesquisador José Martinez de Toda (1997:06), apontam para seis enfoques principais, de maneira que haja efetivamente uma recriação de sentidos e inserção de mensagens no contexto do receptor e seu

grupo, através da capacitação do educando no ambiente escolar. São estes enfoques, também chamados de dimensões: Alfabetizador e Conscientizador Ativo (resistente a hegemonia), Crítico, Socializador e Criativo. Estas dimensões não se constituem em meros rótulos, mas em diretrizes para a problematização das discussões sobre os bens culturais multimediáticos, que devem ser contempladas como catalizadoras do processo participativo e constituído da prática biblioteconômica.

Assim, não se está falando em ministrar aulas de informática na biblioteca, mas vincular o uso das novas tecnologias aos produtos, serviços, eventos e animação cultural, mediando de forma clarificadora a potencialidade destas novas tecnologias da comunicação.

8 O desafio do exercício pleno da cidadania e o apoio aos Conselhos Municipais

A cidadania é a capacidade de participar, influindo na discussão e na tomada de decisões em assuntos públicos. O exercício pleno da cidadania significa então o desenvolvimento da capacidade de participar da construção e evolução da sociedade. Trata-se da participatividade como condição para a cidadania e, sem uma, a outra é mera potencialidade.

O exercício pleno da cidadania, deve constituir-se numa condição de dignidade humana para todos os membros da comunidade. O direito ao estudo, a ocupação remunerada, a moradia, a vida saudável, a assistência médica e o lazer saudável efetivamente não estão sendo exercidos pela maioria dos brasileiros. As práticas biblioteconômicas no âmbito das bibliotecas públicas podem representar um grande avanço na evolução da qualidade de vida da comunidade, sem a perda das características dos serviços da mesma.

Para que a Administração Pública se torne progressivamente mais participativa, as atuais sistemáticas estaduais e federais de repasse de verbas para as prefeituras, além da simples elaboração de planos e orçamentos pela equipe dirigente da Prefeitura e sua aprovação pela Câmara de Vereadores, prevêem acompanhamento e aval de um Conselho Municipal. Um exemplo de espaço de atuação que pode ser plenamente ocupado pelas bibliotecas públicas é o tipo de auxílio na formação, regulamentação e sustentação destes Conselhos Municipais, que são órgãos colegiados e paritários.

O bibliotecário pode efetivamente apoiar o funcionamento pleno dos Conselhos e na legitimação de suas ações, fornecendo dados essenciais para que estes consigam se registrar nas Secretarias Estaduais. Em seguida, é de grande importância a disponibilização de dados para que o Conselho planeje coerentemente sua linha de atuação. A elaboração de planejamento, projetos, estratégias para o melhor aproveitamento dos recursos disponibilizáveis para a comunidade, também pode encontrar apoio nas atividades do bibliotecário, que tem conhecimentos curriculares de administração e metodologia científica. Quando for possível, a este profissional, em geral, o acesso e a pesquisa à Internet, ele certamente agilizará a obtenção das sistemáticas de financiamento de projetos, que sempre estão disponíveis em sites governamentais.

A veiculação nos jornais locais de informações procedentes sobre a existência e o

funcionamento dos Conselhos também são igualmente importantes para a população, no sentido de serem encontradas alternativas para a sua representação junto aos órgãos governamentais competentes. É evidente que a biblioteca pública deverá lutar pelo seu espaço nos jornais locais e utilizá-lo dentro de uma proposta informacional e cultural que contemple os gostos e necessidades de sua comunidade.

A parceria, tanto na elaboração de programas, campanhas educativas e culturais, como nos eventos, cursos e em outras atividades condizentes com o ambiente da biblioteca pública, constituem-se em outra forma de atuação importante para o efetivo funcionamento dos Conselhos Municipais.

9 Ação e animação cultural

Os eventos promovidos pela biblioteca pública, devem representar oportunidades de lazer cultural enriquecedor, onde a comunidade tome contato com diferentes manifestações culturais locais e globais, num claro equilíbrio entre a erudição e o popular em que sempre busque a vinculação na identidade. O usuário só poderá ressignificar os conteúdos dos elementos culturais novos que se apresentam no evento, através de uma participação afetiva, uma interação comunicativa ou educativa, sob uma determinada hierarquização, que determinará sua própria identificação com o que lhe é apresentado. Assim, também deve-se considerar a animação cultural enquanto mediação de novos conhecimentos.

O planejamento da animação cultural não deve simplesmente ater-se ao calendário, as chamadas datas comemorativas, mas também às presenças e ausências estéticas e cognitivas da comunidade, pontuando novidades culturais como momento evolutivo da cultura local. Mais uma vez, é preciso lutar para que os meios de comunicação de âmbito local colaborem na divulgação dos eventos e até realimentem a biblioteca pública com os questionamentos culturais expostos pela comunidade nos meios. É importante a preparação da biblioteca pública para ocupar seu espaço nos meios de comunicação, pois além dos rádios e jornais locais muitas comunidades logo terão à disposição canais de TV, que oportunizarão espaços de animação cultural de grande importância e eficaz acessibilidade a todos.

A animação cultural na biblioteca pública deve então ser repensada pela comunidade e também em direção a ela, deixando de ser uma simples outorga de cultura diferenciada, para ser parte de um processo evolutivo e de fortificação da identidade da comunidade. Conhecimento do que é realmente ação cultural, é outro enfoque a ser avaliado.

10 Considerações Finais

A implantação dos princípios do Manifesto da UNESCO para as Bibliotecas Públicas, desde que interpretada dentro de uma dimensão social nacional / regional, local das práticas biblioteconômicas, terá como efeito a interação desta instituição dentro de pecularíedades e necessidades reais de sua comunidade, marcando sua presença nas relações de vida e trabalho dos cidadãos, em busca da dignidade humana.

Na diversidade de pontos de vista com que nos deparamos na Biblioteconomia brasilei-

ra e mundial, certamente estarão aqueles profissionais que, com outros tipos de inquietação, discordarão da dimensão social das bibliotecas públicas, assim como das formas de atuação sugeridas. O importante, no entanto, é que a unanimidade esteja na vontade de atuar pela comunidade para a sociedade em geral. Cada profissional deve escolher o seu caminho, tentando livrar a cultura brasileira da estagnação, movimentando culturalmente seu espaço de atuação na biblioteca pública. É essencial que a união e o respeito dos profissionais da Biblioteconomia se implantem na diversidade de opinião, no trabalho em parceria, tornando classe mais democrática, plural e forte, numa cultura e atuação que os habilite à integração definitiva na sociedade, acontecendo pois a Biblioteca Pública como instituição alavancadora dos processos de evolução social.

Abstract: Despite public library carrying a potential force for society transformation, there is a lack of social dimension in its conception and action in Brazil. Expectation regarding this accomplishment by a real library behaviour in favour of social needs is urgent. Librarians must move towards a better contribution of cultural goods and catalysis of social evolution.

Key words: Public Libraries. Brazil. Social Dimension. Conceito e ação. Political Citizenship.

Referências Bibliográficas

BARBERO, Jesus Martin, 1997, **Dos meios às mediações.** Rio de Janeiro: UFRJ.

BENJAMIN, Walte, 1984, **Reflexões: a criança, o brinquedo, a educação.** São Paulo: Summus (Novas Buscas em Educação, 17)

CYSNE, Fátima Portela, 1993, **Biblioteconomia: dimensão social e educativa.** Fortaleza: Editora da Universidade Federal do Ceará.

FEATHERSTONE, Mike (org.), 1994, **Cultura global: nacionalismo, globalização e modernidade.** Petrópolis: Vozes, 1994.

LAJOLO, Marisa, 1993. **Do mundo da leitura para a leitura do mundo**. São Paulo: Ática (Série Educação em Ação)

MACEDO, Neusa Dias de, 1996, **Iniciação à pesquisa bibliográfica**: guia do estudante para a fundamentação do trabalho de pesquisa. 2.ed. revista. São Paulo: Loyola.

MARTINEZ DE TODA, José, 1997. **Las seis dimensiones en la educación para los medios.** Bogota: DECOS CELAM.

SOUZA, Solange Jobim e, 1994. **Infância e Linguagem:** Baktin, Vygotsky e Benjamin. Campinas: Papirus, 1994. (Coleção Magistério, Formação e Trabalho Pedagógico)

TAILLE, Yves de la, OLIVEIRA, Marta Kohl de, DANTAS, Heloisa, 1992. **Piaget, Vygotsky, Wallon:** teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus.

UNESCO. 1994. **Manifesto UNESCO para Bibliotecas Públicas;** prep. Seção de Bibliotecas Públicas da IFLA; trad. Fundação Biblioteca Nacional, 1994. São Paulo:Edição do CRB-8, 1998.

Comunicações

Depoimentos (1999)

Diretrizes Curriculares em Ciência da Informação/Biblioteconomia - Brasil

1 – Depoimento de JOANNA W. SMIT – Coordenadora do Curso de Pós-Graduação do Departamento de Biblioteconomia e Documentação – ECA-USP, São Paulo, SP

O ensino de graduação passa neste momento por imensas transformações, causadas tanto pela entrada em vigor da nova "Lei de Diretrizes e Bases"(no. 9 394, de 20.12.1994) como também por enormes mudanças ocorridas neste final de século num mundo *globalizado e interconectado.*

Em função da LDB, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) forma uma Comissão de Especialistas, designada para elaborar Diretrizes Curriculares que substituirão a figura do "currículo mínimo" obrigatório para os cursos de graduação. Preconiza, assim, uma flexibilização do ensino pela adoção de diretrizes que, como o próprio nome indica, devem nortear o ensino de graduação mas não encerrá-lo numa camisa de força, válida do Oiapoque ao Chuí.

O MEC propõe, ainda, outra inovação, ao determinar que as diretrizes curriculares devem ser elaboradas para áreas do conhecimento, subordinando desta maneira a formação profissional a uma inserção em áreas de conhecimento científico. Designa pois uma Comissão de Especialistas para a área da Ciência da Informação, que elabora um documento preliminar de trabalho e o submete a associações e cursos de graduação em biblioteconomia, arquivologia e museologia, para enfim ser analisado pelo MEC.

No que diz respeito, mais especificamente, aos cursos de graduação em biblioteconomia, o processo de discussão foi organizado pela ABEBD, e teve endosso da ANCIB. Embora o processo de elaboração das Diretrizes Curriculares ainda não tenha sido encerrado, dada a importância do assunto para a área, a seção "Depoimentos", nesta retomada da RBBD, inicia suas atividades dando ouvidos ao posicionamento da ABEBD em relação ao processo em curso. Este posicionamento da ABEBD deve ser entendido como uma fotografia instantânea, que congela um momento do processo de discussão, e se refere a detalhes que naquele momento canalizavam as atenções, mas que poderão

ser reformulados no documento final, como conseqüência do debate em curso. Resumindo, passemos portanto ao depoimento da ABEBD sobre um processo em curso, e ainda não encerrado no momento em que a RBBD é encaminhada à gráfica..

2 – Depoimento de MARTA L. POMIM VALENTIM, vice-presidente da ABEBD e docente da Universidade Estadual de Londrina, PR.

Através da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação e do Desporto (SESu/MEC), a Comissão de Especialistas de Ensino de Ciência da Informação elaborou um documento propondo diretrizes curriculares para os cursos de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia ministrados no País.

Este trabalho, desenvolvido e apoiado na essência da LDB – Lei de Diretrizes e Bases para a Educação, isto é, na flexibilização curricular, teve na sua proposta global uma coerência com a realidade e necessidades da área de Ciência da Informação no país.

Processando uma análise do documento divulgado e comunicado à área, bem como através da leitura e debate do referido documento, apresentamos algumas considerações:

Primeiramente, o entendimento com relação ao campo de estudo da área de Ciência da Informação *"que abarca todos os fenômenos ligados à produção, organização, difusão e utilização de informações, nas diferentes áreas do conhecimento [...] a Comissão admitiu a afinidade entre a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia: em primeiro lugar, a partir de seu objeto comum, a informação registrada, acatadas as respectivas formas de vê-la, processá-la e utilizá-la, consoante diferentes tradições e marcos teóricos; e, em segundo, como disciplinas instituidoras de ambientes de mediação entre acervos ("estoques" informacionais) e necessidades do usuário, acentuando uma ou outra extremidade da relação."*

Em segundo lugar, através da otimização curricular é lícito aos cursos fazer *"uma real e produtiva ação multidisciplinar [...] a fertilização mútua no trato com questões cuja complexidade e amplitude são, via de regra, insuficientemente resolvidas no âmbito de uma única disciplina. O pressuposto é que o trabalho conceitual sugerido pela convivência com problemas plurifacetados resulte em desafio para as ortodoxias e em estímulo para novas pesquisas [...] ".*

Terceiro, afirma-se que há necessidade de flexibilização quanto às nomenclaturas utilizadas para a formação deste *profissional "quaisquer que sejam as fórmulas plurais – Ciência(s) da Informação, Ciências Documentárias, Gestão da Informação, Gestão do Conhecimento, Gestão da Memória, Gestão do Patrimônio Cultural etc. – encontradas pelas IES para oferecer os cursos aqui considerados."*

Quarto, no que respeita a outras alternativas de perfis profissionais, *"a Comissão admite também outras possibilidades para as IES, dependendo do perfil institucional desejado e das demandas sociais existentes:*

1) criar ênfases específicas para cada uma das carreiras, justapondo à denominação básica do profissional os termos que identifiquem as modalidades adotadas (a medida supõe, sempre que necessárias, parcerias com diferentes cursos, caso em que as carreiras aqui conside-

radas assumem o caráter de formação complementar a conhecimentos sedimentados em outras áreas);

2) introduzir carreiras novas que mantenham afinidade conceitual com a área;

3) propor, numa perspectiva mais radical e atenta à flexibilidade que hoje se exige do profissional, o próprio bacharelado na área, com a conseqüente transformação das carreiras tradicionais em habilitações e com o processo de verticalização deslocado para estudos pós-graduados."

Quinto, sobre a representação do perfil do egresso, as competências e habilidades desejadas, bem como atitudes e procedimentos, acreditamos estar em sintonia com as pesquisas e estudos realizados junto às escolas de biblioteconomia, documentação e ciência da informação do país. Neste particular, o documento sempre que possível o documento deve ser melhorado e atualizado.

Sexto, quanto aos tópicos de estudo, seja através dos conteúdos básicos (matérias comuns) quanto às matérias específicas, entendemos que o documento deve mencionar apenas as matérias, e não os conteúdos. Desta forma, o documento estará em maior sintonia com a LDB, ou seja, propondo apenas diretrizes. Quando se sugere conteúdos, de alguma forma o que foi flexibilizado anteriormente deixa de sê-lo, e os conteúdos obrigatoriamente passam a ser os regentes da formação. Acreditamos que por meio de ementas mais abrangentes e genéricas possa dar-se abertura e flexibilidade necessárias às proposições da nova LDB.

Sétimo, referente aos conteúdos diversificados, a Comissão dá abertura para cada universidade definir sua necessidade regional/local. *"No caso de as IES adotarem fórmulas pluridisciplinares – seja para promover ênfases específicas em determinados aspectos das carreiras, seja para transformá-las em complementação dos conhecimentos auferidos em outras –, é preciso prever as articulações possíveis com os cursos afins, dentro e fora da instituição".*

Oitavo, em relação aos cursos seqüenciais, novamente a Comissão segue a essência do que propõe a LDB. Ou seja: *"apresentar diferentes níveis de abrangência [...]* "devendo *"ser mais curtos e ágeis, conferindo certificado de nível superior aos que os concluem e habilitando-os a ingressar no mercado de trabalho para o exercício de determinadas profissões ainda não formalmente reconhecidas".*

Nono, conferindo a carga horária, a Comissão estabelece o que já vem sendo adotado pelas IES: *"Os cursos de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia deverão ter uma carga horária mínima de 2400 horas, incluidas as dedicadas a estágios e atividades complementares".*

Décimo, entende-se que as atividades complementares acadêmicas, bem como qualquer modalidade de estágio são fundamentais para a formação dos alunos na área, no entanto, a ABEBD entende que cada IES deve gerenciar e definir a carga horária mínima e máxima para o seu currículo. Caso contrário, pela proposta da Comissão, onde o estágio deve ser 10% do total da carga horária do currículo mínimo, o curso já estará com 2640 horas.

Décimo primeiro, tratando da estrutura geral dos cursos, novamente a Comissão se apoia na LDB; "*Os conteúdos curricu-*

lares deverão ser desenvolvidos com o máximo de flexibilidade, de modo a permitir aos alunos a aquisição de competências e habilidades e a corresponder a seus interesses específicos]...] ".

Décimo segundo, sobre a extensão das turmas de alunos e natureza do corpo docente, apoia-se a Comissão nas exigências do MEC. Deve-se *encarar "na composição do corpo docente, uma preponderância de pessoal com titulação específica na área, tanto quanto possível em nível de pós-graduação (Mestrado e Doutorado), respeitando as proporções indicadas na legislação em vigor."*

Décimo terceiro, quanto à avaliação institucional, temos a mesma opinião do tópico anterior. *"As IES adotarão formas alternativas de avaliação que favoreçam a verificação de: a) desempenho técnico-científico (clareza, fundamentação, perspectivas divergentes, pertinência, inter-relações e domínio de conteúdos, questionamentos, síntese, soluções alternativas); b) desempenho didático-pedagógico (cumprimento de objetivos, integração de conteúdos, procedimentos metodológicos e material de apoio); c) desempenho de aspectos atitudinais (participação, assiduidade, ética, criatividade etc.)"*

Décimo quarto, confirmamos nossa opinião anterior quanto às avaliações periódicas.

"As avaliações têm como foco a melhoria contínua das atividades docentes e discentes, contemplando, a par do desempenho acadêmico, a produção científica, os serviços de extensão à comunidade e a melhoria contínua dos processos de apoio administrativo às atividades acadêmicas."

Décimo quinto, quanto aos padrões de qualidade, os mesmos *"deverão estar atentos para:*

a) a articulação de seus projetos pedagógicos com o projeto global das IES em que estão inseridos;

b) a qualificação permanente do corpo docente;

c) a manutenção da excelência acadêmica e a criação de estrutura de acompanhamento do egresso, no sentido de verificar sua inserção profissional;

d) a constante melhoria das condições estruturais dos Cursos no que se refere a bibliotecas, laboratórios de ensino e pesquisa e serviços de treinamento e aperfeiçoamento profissional;

e) o incentivo à produção docente e discente;

f) a instituição de intercâmbio entre os diferentes programas de formação no Brasil e no exterior, mediante o estabelecimento de parcerias com outras entidades;

g) a promoção de programas de divulgação profissional e de educação continuada em diferentes níveis (extensão, aperfeiçoamento e pós-graduação lato e stricto sensu)."

Décimo sexto, falando-se agora da interface entre graduação e pós-graduação, confirmamos opinião anterior. Conforme a Comissão *"a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, que deverá ser garantida pelas instituições não só pela infra-estrutura material e de pessoal, mas sobretudo pela constituição de ambientes que envolvam alunos de graduação, pós-graduandos e profissionais da área num processo de reflexão crítica e troca de experiências, permitindo a interlocução entre a universidade e a sociedade. As IES devem, nesse sentido:*

a) estimular a disseminação e divulgação da produção científica da graduação e da pós-graduação nos diferentes meios de comunicação;

b) promover seminários, debates, fóruns, oficinas, grupos de pesquisas e outras atividades que integrem os dois níveis;

c) assegurar a participação de mestrandos nas atividades da graduação e de graduandos nas atividades da pós-graduação, visando intercâmbio de experiências e informações;

d) incentivar a discussão dos conteúdos de ambos os cursos, de modo a identificar pontos comuns e a aprofundar conhecimentos."

Acredita-se que com a determinação das Diretrizes Curriculares a área alcançará uma identidade melhor delineada. As funções e o papel deste tipo de profissional da informação, enfim, nossos pares extensivamente, serão mais facilmente reconhecidos e os objetivos da área de uma maneira geral, com maior facilidade e rapidez, serão alcançados.

3 – Depoimento de JOSÉ AUGUSTO CHAVES GUIMARÃES, ex-presidente da ABBD (1991-1995) e Coordenador do Curso de Biblioteconomia da UNESP, Marília, SP.

Os cursos de Arquivologia, Biblioteconomia e Documentação se encontram no momento às voltas com a discussão sobre definição de novas Diretrizes Curriculares, contando-se já com uma Comissão de Especialistas do MEC/SESu para seu desiderato. Especificamente para área da Biblioteconomia, cumpre ressaltar que a referida proposta não surge do nada, mas sim com base em trajetória de quinze anos de discussões. São estudos e eventos que têm ocorrido não só no âmbito do Brasil como do Mercosul, culminando com um documento que ora tramita para estudo e debate.

Rápido histórico

Relebrando pontos históricos, começo pelo ano de 1982, quando ocorre um novo currículo mínimo na biblioteconomia, cuja gênese marca uma tentativa de ruptura com a visão demasiadamente tecnicista de então. De outro lado, em havendo interdisciplinaridade neste currículo, este fator poderia concorrer para a formação mais humanista do profissional e favorecer as transformações tecnológicas que já afetavam a área da informação na época.

Desnecessário dizer o quão difícil significou a implantação de currículos plenos entre as trinta escolas do país, mormente por se tratar de âmbito de formação tradicionalmente técnica. Sem não nos esquecermos da labuta inicial neste movimento de parte do Prof. Alfredo Américo Hamar, destaca-se a efetiva ação, em 1984, da ABEBD – Associação Brasileira de Escolas de Biblioteconomia e Documentação - sob a presidência da Profa. Cléa Dubeux. Já promovendo, em Recife, em fevereiro de 1986,o I Seminário Nacional de Ensino de Biblioteconomia e Documentação.

Objetivava, este primeiro evento, propiciar à comunidade acadêmica da área uma ampla discussão das perspectivas e dificuldades de implantação de tal currículo num país com diferenças marcantes em seus estados. Partiu-se da discussão da demarcação de matérias preconizadas para a abordagem de questões fundamentais de prática pedagógica e capitação de docentes. Focali-

zaram-se tanto os cursos de graduação como os de pós de graduação como questões de pesquisa na área. Dentre as recomendações deste importante encontro, destaca-se a necessidade de continuidade do processo de discussão mais aprofundada nos diferentes campos temáticos do Curso.

Em decorrência, em 1989, já sob a presidência da Profa. Lourdes Gregol Fagundes da Silva (UFRGS), a ABEBD promove o II Encontro em Brasília. Tratou-se, mais de perto, da questão de interdisciplinaridade entre as diversas área, criando-se Grupos Regionais de Estudos Curriculares em Biblioteconomia. Nesse particular, o intuito era propiciar reuniões de estudos periódicas que permitissem troca de experiências e termos de compatibilização curricular nas diferentes regiões. Nesse ambiente, foram instituídos ainda os Seminários Nacionais de Avaliação Curricular – em forma de sessões paralelas aos CBBD - para o devido acompanhamento das discussões curriculares em nível de Brasil.

Em decorrência dos trabalhos dos Grupos Regionais, além do problema dos conteúdos curriculares, transpareceu uma questão crítica mais profunda que era a própria concepção dos currículos – e que se refletia nos projetos político-pedagógicos dos. Cursos. Em, 1992, em São Paulo, esse tema foi objeto do II ENEBCI.

A partir de 1993 em todo o país iniciou-se um grande projeto: *Ensino de Biblioteconomia no Brasil: tendências e perspectivas curriculares.* Apoiado pelo CNPq, puderam ser realizadas reuniões nacionais por áreas curriculares, propiciando a apresentação de propostas de conteúdos minímos em cada uma das matérias, a saber:

1 Controle Bibliográfico dos Registros do Conhecimento [Belém, 1993];

2 Administração de Bibliotecas [Belo Horizonte, 1994];

3 Fontes de Informação; Disseminação da Informação e Produção dos Registros do Conhecimento [São Paulo, 1995].

Tais estudos culminaram com a realização do V ENEBCI, em 1995, em São Paulo. Desta feita, tornou-se possível a comparação dos dados sobre conteúdos curriculares com aqueles perfis profissionais almejados para contexto de mudança.

É importante ressaltar a ocorrência de um processo de aproximação entre cursos de biblioteconomia: Brasil / América Latina. Isto surgiu por ocasião do III Seminário Nacional de Avaliação Curricular, promovido pela ABEBD, em Belo Horizonte, durante o CBBD de 1994. Nesta oportunidade, pudemos estabelecer contatos com Glória Ponjuan (Cuba), Elsa Barber (Argentina), Mariano Maura (Porto Rico), Octavio Castillo Sanchez (Panama) e Maria Teresa Castilla (Uruguai).

Nesta conjuntura, ao final de 1995, as então 30 escolas de biblioteconomia do país já se encontravam em efetivo processo de integração e troca de experiências. Já delincavam-se, com clareza, os objetivos pedagógicos comuns, bem como as especificidades regionais e institucionais – encaradas antes como elementos enriquecedores do processo.

Uma integração valiosa em termos latino-americano acontece, em setembro de 1996, em Porto Alegre. Trata-se de um evento histórico - o 1 Encontro de Dirigentes de

Cursos Superiores de Biblioteconomia do Mercosul - idealizado e coordenado pela então presidente da ABEBD: Profa. Jussara Pereira Santos (UFRGS). Houve representação de quase todos os cursos brasileiros e diretores de várias escolas universitárias da Argentina, Chile, Uruguai e Paraguai. Posteriormente, é criada a Comissão Integrada de Bibliotecários do Mercosul – CIBIM – e a trajetória de intercâmbio, iniciada em 96, hoje se constitui em realidade.

Desse encontro de Porto Alegre, fica não apenas a definição das seis grandes áreas de conteúdo dos cursos de Biblioteconomia – Fundamentos de Biblioteconomia e Ciência da Informação; Gerência de Unidades de Informação; Processamento da Informação; Usos, Recursos e Serviços de Informação; Pesquisa; Novas Tecnologias – como também o compromisso de realização de eventos anuais para aprofundar a questão dos conteúdos e de seus desdobramentos nesse processo de informação. Nasce, assim, o projeto *de Harmonização Curricular em Biblioteconomia no Mercosul.*

Dando prosseguimento aos trabalhos de Porto Alegre, realiza-se, em Buenos Aires, em novembro de 1997, sob a coordenação da Profa. Elsa Barber, o II Encontro de Diretores, I Encontro de Docentes, de Biblioteconomia do Mercosul. Discutiram-se questões sobre as perspectivas de pesquisa conjunta na área, o incentivo à capacitação docente e, principalmente, acabou-se por chegar às ementas básicas para cada uma das seis áreas curriculares do Mercosul.

Em outubro de 1998, coube ao Chile, sob a coordenação da Profa. Carmen Perez, a realização do III Encontro de Diretores e II de Docentes de Biblioteconomia do Mercosul. A ênfase das discussões recaiu no perfil almejado do profissional da área e nos critérios a serem determinados para cada núcleo do currículo.

Nesse espaço de tempo aconteceu o V ENEBCI, em São Carlos, SP, quando, por meio de cinco coordenações regionais, representantes de escolas de biblioteconomia discutiram em profundidade os distintos perfis almejados, mas viáveis à cada escola. Esse processo pautou-se pelo fator "concepção de competências e habilidades" já previsto na Lei de Diretrizes e Bases

Para o ano 2 000, em maio, já está previsto o IV Encontro de Diretores e o II de Docentes de Escolas de Biblioteconomia, a realizar-se em Montevidéu, sob a pauta "fundamentos teóricos e metodológicos de áreas curriculares", ficando claro que será destacada cada uma das seis matérias do currículo.

Nesse processo todo de discussões, nos vários eventos, o Brasil marcou sua personalidade: integração entre suas escolas; experiências de ensino aliado à pesquisa, em vista de contar-se com pós-graduação na área desde os idos 70. Destacou-se ainda o país no tocante às Novas Tecnologias de Comunicação / Informação, por não considerá-las propriamente "áreas curriculares", mas, sim, meios instrumentais a serem aplicados em todas as matérias do currículo.

Diante deste rápido histórico do ensino superior da biblioteconomia / ciência da informação, fica evidente que o documento proposto pelo SESu reflete o resultado de todo um processo de amadurecimento de discus-

sões e eventos à volta do currículo da área, no espaço de quinze anos, agora com respaldo de escolas do Mercosul. São discussões atualizadas que incorporam questões de pesquisa e instumentalidades das NTM/I.

Integração entre Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia

Quanto à esta integração, há que se ressaltar um avanço ousado, como os que intentam concretizar sonhos, reunir as três faces irmãs, sem ferir as suas especificidades. Isto é, propõe-se um núcleo comum de conteúdos, centrado na questão "documento e informação", enverendando-se, em seguida, para a caracterização das particularidades de cada área.

Pessoalmente, vejo na validade dessa proposta o fato de propiciar um diálogo entre as três áreas, ou seja, guardando em si uma interface, proporcionar conhecimento recíproco dos distintos fazeres. Evitar-se-ão pois concepções ingênuas ou enviesadas que uma área, por desconhecimento, pode nutrir em relação a outra.

Levando-se em conta que a tônica científico-profissional se pauta modernamente na interdisciplinaridade, nada mais coerente e oportuno do que propiciar espaço para a consolidação de tais equipes inter ou multidisciplinares, partindo-se das áreas que guardem maior afinidade entre si.

Ressalte, por fim, um aspecto estratégico na proposta em pauta: reunir, sob única grande área, pensares e fazeres que isoladamente até os nossos dias não têm conseguido um verdadeiro impacto e devido reconhecimento social de que são merecedores. Por conseguinte, a perspectiva de uma trajetória de equipes multidisciplinares, parece-me, salvo melhor juízo, um promissor começo de crescimento integrado de toda uma área de documentação, informação e conhecimento.

"Biblioteconomia e Documentação em Revisão, Vista por Docentes do Departamento de Biblioteconomia e Documentação da ECA-USP"/ set.-nov. 1999: um curso de atualização

Programação e Relatório Final

Objetivo: Ser reproduzido em vários pontos do país

I - Visão Geral da Programação e Avaliação

Da Organização

- **Organização e Coordenação didática**: Profa.Dra. Neusa Dias de Macedo e Mirian Salvatore do Nascimento
- **Coordenação funcional:** Departamento de Biblioteconomia e Documentação, Escola de Comunicações e Artes Universidade de São Paulo. Prof. Dr. Edmir Perrotti.
- Promoção conjunta: CBD-ECA-USP e GRUPO SOS FEBAB-São Paulo.
- **Público-alvo: Bibliotecas Públicas Municipais**
- **Apoio didático** dez docentes do CBD–ECA-USP e dois colaboradores, a título gracioso.
- **Objetivo**: Promover atualização profissional e conhecimentos de novos enfoques e paradigmas de ensino, pesquisa e práticas da área, dentro de programações de educação contínua da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecas.
- **Características do curso**: Atualização, em 11 encontros semanais à tarde, num total de 44 horas, em três meses e meio, setembro a novembro de 1999, obrigatório prova final e 75% de freqüência para expedição certificado da USP.
- **Seleção / Inscrição**: Os 50 primeiros inscritos no SAECA, agosto de 1999.
- **Condições**: Atuar em Bibliotecas. **Taxa**: R$100,00, a favor da FEBAB e 10% SAECA.
- **Locais do curso**: Biblioteca Mário de Andrade e/ou Secretaria de. Cultura do Município de São Paulo e/ou Biblioteca de Pinheiros; e Biblioteca do Instituto de Psicologia-USP (visita-treinamento).
- **Horário:** às sextas feiras, das 14:00 às 18:00 horas.

Do Conteúdo programático / nome dos professores / datas

Setembro

1 Conceitos e novos paradigmas da Biblioteconomia, Documentação, Ciência da Informação e interfaces com Informática, Arquivologia e Museologia.
Dra. Johanna W. Smit 03

2 Representação descritiva e temática face a novas tecnologias de informação
Doutorando Fernando Modesto; Dra. Marilda L.G. Lara 10

3 Organização e representação da informação: indexação e resumos
Dra. Nair Yumiko Kobashi 17

4 Desenvolvimento de coleções; direitos autorais; implicações à informação eletrônica
Dr. Waldomiro Vergueiro 24

5 Acesso à informação via redes eletrônicas e Internet: questões básicas e pontuais
Dra. Sueli Soares Pinto Ferreira 30

Outubro

6 Hipertextos e hipermídia: questões básicas e principais projetos
Dra Brasilina Passarelli 08

7 Biblioteca Interativa: paradigmas e questões básicas
Dra.Regina Keiko Obata 15

8 Planejamento estratégico e treinamento de recursos humanos em serviços de informação
Dra. Regina C. Baptista Belluzzo 22

9 Biblioteca e Sociedade; Serviços de Informação em Arte
Dr. Luis Milanesi; Dra. Maria Christina Barbosa de Almeida 29

Novembro

10 Educação a Distância: conceitos e práticas, implicações na educação e informação
Doutoranda Margarita Victoria Gomez 05

11 Prova final : teste de reação e apropriação de conhecimentos ao Curso
Profa. Dra. Neusa Dias de Macedo (manhã) 12

à tarde (em grupos): a) visita orientada aos setores da moderna biblioteca do Instituto de Psicologia e b) treinamento para uso da ambiente de Biblioteca Virtual, sob monitoria de **Maria Imaculada Cardoso Sampaio** (Diretora da Biblioteca do IP-USP); c) reportagem concedida ao *Jornal da USP.*

II - Avaliação do Curso

Quadro sintético dos participantes

Pacote de primeiros interessados: Departamentos de Bibliotecas da Prefeitura da São Paulo.- Arrecadação a favor da FEBAB = R$ 5 467,36 e 10% SAECA = R$270,00

Conteúdo da Prova Didática

Parte 1 – Síntese da Reação dos Participantes:

1 Qual a sua visão de conjunto, em termos de sensibilidade e futura aplicação dos conhecimentos adquiridos, sobre a programação deste curso?

2 Quanto à organização deste curso (planejamento; temática; tempo de duração e carga horária; local de realização e infra-estrutura; docentes convidados, coordenação e outros) descreva sua própria avaliação.

Número de inscritos:	68 (sessenta c oito)
Inscritos com 75% de freqüência, sem a prova final: direito a Declaração expedida pela FEBAB	61 (sessenta e um) , com
Inscritos com 75% de freqüência e com prova final: com direito a Certificado expedido pela USP.	59 (cinqüenta e nove),

Parte 2 – Apropriação e Aproveitamento Pessoal:

3 Dos temas abordados neste curso, indique e descreva até 3 tópicos que mais concorreram para a apropriação de conhecimentos e novas idéias.

4 Dentre os tópicos indicados na questão anterior, descreva como pretende aplicar os conhecimentos e idéias novas em seu cotidiano profissional junto ao setor de atuação.

5 Posicione-se quanto às suas expectativas sobre este curso, e se foram alcançados ou não, justificando a resposta dada.

Parte 3 – Contribuições Pessoais:

6 Ofereça sugestões que poderão contribuir para a melhoria deste curso (temáticas outras; diferentes docentes; lugares para próximas realizações, além de outros detalhes que considerar de importância).

Impressões gerais sobre o Curso

A Prova final - organizada e administrada pela Profa. Dra. Neusa Dias de Macedo – possibilitou interpretações, às quais se integram as observações sobre o comportamento do Grupo feitas *in loco* durante os onze dias do desenvolvimento do Curso, tornando-se subsídios para futuros planejamentos de cursos de atualização.

Avaliação dos itens da prova didática

A Sensibilidade e apropriação de conhecimentos

O Grupo se conscientiza, percebendo as inovações decorrentes da área, principalmente no que concerne às tecnologias emergentes de comunicação/informação [NT/CI]. Provocou-se incentivo à aquisição de mais conhecimentos sobre determinados temas, e reações diversificadas foram notadas. A maioria – Grupo com respostas construtivas – demonstra:

A A necessidade de a biblioteca pública poder incorporar os recursos das tecnologias emergentes da comunicação/informação ao usuário, embora sendo impossível aplicá-los imediatamente. Um pequeno Grupo atesta profunda frustação de estar fora da realidade aos ensinamentos e aplicações apresentadas no Curso.

B *Novas posturas* foram evidenciadas

Grupos já intentando mudanças em contextos de trabalho (produtos e serviços, am-

biente interno, atenção à segmentação de grupos de usuários e melhoria da qualidade de atendimento), expressando desejos, como continuar a formação-em-serviço e treinamentos vários ao pessoal de apoio; avaliar qualitativamente o desempenho dos bibliotecários; formar grupos de estudos/ pesquisas, parcerias diversas; criar demandas e lobbies; aprender e rever como elaborar e administrar projetos, enfrentando (pela pertinência do assunto e competência profissional) o poder público da área; reivindicar (com mais garra) a melhoria de condições e modernização da BP.

Algo preocupava um Grupo, merecendo destacar possíveis questões que gostariam de ter expressado sobre os docentes da USP:
- Não estariam estes docentes desconhecendo a realidade das bibliotecas públicas?
- Não estariam a par da defasagem dos profissionais, do acervo das bibliotecas e, principalmente, do não-uso das NT/CI? – Não estariam sabendo que grande parte dos conhecimentos e demonstrações tecnológicas estavam fora do alcance de imediatas aplicações nas bibliotecas públicas? Todavia, ficou claro aos organizadores do Curso, tanto nesta prova final como no decorrer da apresentação dos temas, que o mais alto objetivo do evento pôde realmente ser alcançado, ou seja, ter sido revisado o que existe de mais moderno na biblioteconomia. Houve perfeita interação, e troca de experiências, entre docentes e participantes do curso; tendo sido obtidos resultados educacionais de valia para os três polos: universidade/serviços públicos/movimento associativo.

De outro lado, os dados concretos colhidos sobre as dificuldades da BP, foi importante não só para os administradores da mesma como para provocar reflexões entre os docentes e seus alunos de biblioteconomia no sentido de tratar questões de BP com mais objetividade.

Enfim, os participantes entenderam que estava no bojo do projeto do Curso a intenção de abrir-lhes os olhos para o que deverão – os bibliotecários dos serviços públicos e comunitários – enfrentar no terceiro milênio, onde se espera muito pela contribuição deste segmento profissional da área da informação e das bibliotecas.

C Assuntos mais apreciados – entre os ***cinco temas mais abordados,*** foram computados:

Organização e representação da informação / indexação / resumos = 51%

Planejamento estratégico / capacitação de recursos humanos = 49%

Desenvolvimento de coleções/direitos autorais / cópias xerox = 32%

Acesso à informação via redes eletrônicas = 31%

Biblioteca Interativa = 31%

D - *Temas para novos cursos* - entre as sugestões para novos cursos, os quatro assuntos acima apontados foram indicados como módulos a serem apresentados de forma mais desenvolvida em cursos específicos; outros tantos - como sugestão final - tiveram a preferência de vários grupos, a saber:

- Biblioteca Pública e sua realidade; Biblioteca Pública e Biblioteca Escolar; Biblioteca Pública em Contexto Social e Político; Especializações em

Biblioteca Pública; Marketing e Biblioteca

- Projetos (em vários sentidos): Projeto para área pública; Projeto de pesquisa; Projeto para captação de recursos e/ou planejamento; Como elaborar e administrar projetos.
- Estudos de usuários / clientes
- Ação Cultural; Diversidade Cultural; Projetos e Oficinas Culturais
- Educação Popular; Mediação de Leitura; Literatura e Redação de Resenhas
- Metodologia de Pesquisa
- Preparo de home pages; Como criar sites.

Fica em aberto a interpretação dos desejos do Grupo!

D - Temas para Educação a Distância

Entre os temas de interesse dos Grupos que se formaram para uma atividade prática de realização de projetos na aula de Educação a Distância, destacam-se: Redação do Trabalho de Pesquisa; Educação de Usuários de Informação em Biblioteca Pública; Curso de Literatura / Mediação de Leitura; Tira-Dúvidas de Rotina de Trabalho; Serviço de Referência / Atendimento ao Cliente; Hemeroteca Eletrônica.

Uma das propostas, termina ressaltando: [....] *somente uma Biblioteca da rede pública da maior cidade da América Latina tem acesso à Internet [a de Pinheiros]. Assim, a proposta é a instalação da Internet em bibliotecas centrais da cidade, primeiramente, e depois em toda a rede de bibliotecas públicas [...].*

III Considerações Finais e Recomendações

Este relato fica em aberto à discussão pelos interessados. Em síntese, reflexões importantes serão arroladas para que daqui saiam recomendações finais dirigidas às autoridades admistrativas direta e/ou de cúpula da BP, a saber:

a) os participantes saem de cabeça feita para novos conhecimentos e tecnologias emergentes da área da comunicação / informação;

b) frustados, porém, porque - ao voltarem para seus postos nas bibliotecas públicas municipais - estes participantes não encontrarão ainda condições de expansão das coleções que formam o acervo das bibliotecas, nem o necessário aparelhamento para introduzir tecnologias emergentes de comunicação / informação necessárias à aplicação desses ensinamentos;

c) alguns grupos já intentam se organizar para finalidades diversas: estudos de determinadas temáticas; planejamento de educação contínua; produção técnico-científica, divulgação das "intenções e do fazer" da biblioteca pública; busca de parcerias; projetos e ações concretas para conseguir o alvo pretendido: a modernização de serviços para melhor atender os diversos tipos de usuários da biblioteca pública;

d) diante de algumas observações de que os professores universitários possam não estar a par da problemática da biblioteca pública e da potencialidade deste profissional, novos cursos de atualização devem ser conduzidos não

só para expor novidades da área e emprego de novas tecnologias, como para oportunizar trocas de experiências e manifestações pessoais do educando ao fim de cada palestra;

e) novos cursos, ainda, devem ser projetados tendo como coordenadas algum conhecimento do contexto bibliotecário e necessidades imediatas do público-alvo, estabelecendo um máximo de 30 alunos por turmas.

Recomendações:

1 Que este Relatório chegue às mãos de todos envolvidos no projeto deste Curso: FEBAB; Departamento de Biblioteconomia e Documentação da ECA-USP; Departamentos de Bibliotecas Públicas da Prefeitura do Município de São Paulo; Secretários de Cultura deste serviço público, pedindo manifestações e retorno aos organizadores.

2 Entre outras providências, sugere-se que uma Comissão, composta de elementos envolvidos neste Curso, examine esta avaliação e prepare um Relatório Técnico para reivindicar a instalação de redes eletrônicas e abertura ao uso da Internet para que a Biblioteca Pública de São Paulo entre na modernidade a fim de contar-se com acesso amplo e global aos usuários da mesma.

São Paulo, 22 de novembro de 1999

Os organizadores e administradores do Curso, representando a FEBAB.

Neusa Dias de Macedo e Mirian Salvatore do Nascimento

Biblioteca Pública/Biblioteca Escolar de País em Desenvolvimento: Diálogo entre Bibliotecária e Professora para Reconstrução de Significados com Base no Manifesto da Unesco

Neusa Dias de Macedo e Idméa Semeghini-Siqueira

Síntese dos Dados Técnicos e da Temática

Caracterização do Trabalho

Diálogo entre uma profissional / docente de Biblioteconomia - Profª Drª *Neusa Dias de Macedo* - e outra, da área da Lingüística e Didática de Línguas / Educacão - Profª Drª *Idméa Semeghini-Siqueira* - no sentido de aproveitar experiências de longa data em suas especialidades para refletir sobre o texto do Manifesto da UNESCO 1994 para Bibliotecas Públicas [Manf. Unesco BP].

Objetivo

Indicar primeiros passos - que estimulem análises mais profundas - a profissionais e interessados em produzir parâmetros para as bibliotecas, em apoio a questões de planejamento e avaliação de bibliotecas públicas e escolares e bem como no que tange às reivindicações de bibliotecários e professores junto a poderes públicos. A intenção inicial foi re-pensar particularidades de países em desenvolvimento, compatibilizando o conteúdo do documento em pauta às necessidades do contexto brasileiro. No que concerne à formação intelectual e ética do cidadão, em particular da criança e do jovem, partiu-se do pressuposto de que a instauração de um diálogo entre bibliotecários e professores possibilitará uma interação profícua seja na escola seja na biblioteca.

Fontes Institucionais

[A] The Sewedish National Council for Cultural Affairs-Home Page, Co. Statens Kulturrad, 1997; 06.09.1997; http://www.se/ibk/english/unesco-eng.html).-

Edição de CRB-8 - São Paulo - Manifesto UNESCO 1994, Bibliotecas Públicas. Durante o "PGI Council Meeting", ocorrido em Paris, em 29/11/94, o Conselho aceitou e aprovou o Manifesto da Biblioteca Pública preparado sob os auspícios da Seção de Bibliotecas Públicas da IFLA. Traduzido pela equipe da Fundação Biblioteca Nacional (Brasil), em 1998.

[B] Biblioteca Nacional e Conselho Regional de Biblioteconomia (CRB-8 Região de São Paulo) assim transcrito:

DIREITOS DO AUTOR

■ **Dados de Curriculum Vitae**

Neusa Dias de Macedo: Bacharel, Licenciada e Doutora em Letras, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP;. MSLS, Catholic University of America, Washington, DC. Docente [aposentada] CBD-ECA- USP. Editora da Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação/FEBAB.

e-mail: nedima@ig.com.br

Idméa Semeghini-Siqueira: Bacharel e Licenciada em Letras, Doutora em Lingüística, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP. Pós-Doutorado em Ciência Cognitiva & Inteligência Artificial no Instituto de Psicologia da USP. Coordenadora do Grupo de Pesquisa "Diversidade Cultural, Linguagem, Mídia e Educação" [USP – 0301 - Plataforma LATTES]. Professora da Faculdade de Educação da USP.

e-mail: isemeghi@usp.br

■ **Publicações das Autoras Relacionadas à Temática**

MACEDO, Neusa Dias de. **Iniciação à pesquisa bibliográfica.** 2.ed. São Paulo: Loyola, 1996.

————————. **A biblioteca universitária: o trabalho de pesquisa e o estudante**. São Paulo, 1980. Tese de doutorado (Filologia Portuguesa) – Faculdade de Filosofia. Ciências e Letras. Universidade de São Paulo.

————————. Das diretrizes para bibliotecas à "Declaração de Princípios da Biblioteca Pública Brasileira.* **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**. São Paulo: FEBAB, vol.25, no.3/4, p.69-78, jul./dez.1992

————————. Bibliotecas Públicas Paulistas: análise de um *survey*. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação,** São Paulo, Nova Série, vol.I, no.I, p.104-18 1999.

———— & MODESTO, Fernando. Equivalências: do serviço de referência convencional a novos ambientes de redes digitais em bibliotecas. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação,** São Paulo, Nova Série, vol.I, no.1, p.55 a 38 a 72, 1999.

MACEDO, Neusa Dias de & SEMEGHINI-SIQUEIRA, Idméa. Subsídios para a caracterização da biblioteca escolar. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**. São Paulo: FEBAB, vol. 20, no.,1/2, 1988.

SEMEGHINI–SIQUEIRA, I. Projeto ARTE-IN: preparando o educador para interagir nas programações da biblioteca escolar. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação.** São Paulo: FEBAB, vol.20, no.I/2, 1988.

———————— SÃO PAULO (ESTADO) SEE.CENP. **Leitura: avaliação e multidisciplinaridade na formação do educador.** São Paulo, 1994. p. 162-191.

————————**A questão da leitura no âmbito da Ciência Cognitiva:** a memória

e consciência São Paulo: Universidade de São Paulo,Instituto de Estudos Avançados, p.168-178, 1995 (Coleção Documentos. Série Cognitiva, 20)

———— Práticas pedagógicas vivenciadas no passado, a formação docente e a atuação do professor de Língua Portuguesa concernente ao ensino fundamental. In: Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação: leitura e escrita. 3., 2000, **Anais.** Lisboa: Universidade de Lisboa, 2000.

▪ *DO* COPYRIGHT

Esta primeira edição especial, está sendo patrocinada por um dos Conselhos Regionais de Biblioteconomia – o de São Paulo: **CRB-8**, em parceria com a **FEUSP** / Grupo de Pesquisa "Diversidade Cultural, Linguagem, Mídia e Educação" [USP – 0301 - Plataforma LATTES]

Procedimento Metodológico

O texto original está sendo segmentado, em 06 blocos, com 10 subdivisões para o terceiro item, e para o resumo da temática, com 18 divisões, sendo 10 subdivisões para o item 09, para a devida inserção dos aditamentos e leituras diferenciadas por crenças e conhecimentos profissionais das respectivas autoras. A forma de expressão é dialogada, adotando-se a sigla **[NDM]** para a análise da bibliotecária e [**ISS**] para a da professora.

RESUMO DA TEMÁTICA

1 Educação e Acesso à Informação e ao Conhecimento - O Direito do Cidadão

São valores humanos fundamentais: liberdade, prosperidade e desenvolvimento dos indivíduos e da sociedade. Capacidade dos cidadãos para exercer direitos democráticos e papel ativo na sociedade, se forem pessoas bem informadas e tiverem acesso irrestrito ao conhecimento, cultura e informação.

BIBLIOTECA é um ambiente de aprendizagem, portanto, um espaço de/para EDUCAÇÃO que, em função das interações, poderá ser de educação formal ou não-formal. O usuário é um aprendiz, pois continuamente "aprende a aprender" enquanto usa a informação.

Entretanto, para que o acesso ao conhecimento se concretize, há uma condição básica, elementar: a educação formal, realizada na escola, deve possibilitar que todo cidadão seja leitor fluente e ativo, capaz de estabelecer inter-relações, reconstruindo significados, exercitando sua capacidade de crítica para formar opinião. Assim sendo, ele conseguirá também ter voz como um cidadão consciente, ser um produtor de textos orais e escritos, coesos e coerentes, portanto, um produtor de cultura e de conhecimento.

2 Biblioteca Pública: "Porta de Entrada para o Conhecimento"

O Manifesto proclama a biblioteca pública [BP] como fator de aprendizagem permanente, autonomia de decisão e desenvolvi-

mento cultural dos indivíduos e grupos sociais por promover acesso ao conhecimento, sendo ainda agente da paz e bem-estar espiritual da humanidade.

Se o espaço da aprendizagem / educação não se restringe mais à escola (educação formal), é urgente que os profissionais atuantes em outras instâncias, como: na biblioteca, na mídia, enfim, em toda a comunidade (educação não-formal) se conscientizem de que são também educadores e que terão de assumir essa responsabilidade ética e social.

3 Compromisso Público da Sociedade e dos Educadores

É um direito do cidadão, da comunidade o acesso à informação e apropriação do conhecimento, bem como a aquisição de competências para lidar com recursos informacionais. É um direito também o acesso à uma cultura geral que favoreça o desenvolvimento da sensibilidade, da imaginação.

As autoridades governamentais e institucionais, em âmbito nacional e local, são convocadas para arcar ativamente ao compromisso do desenvolvimento das bibliotecas públicas e das bibliotecas escolares, devidamente equipadas em todas as escolas.

Se a Biblioteca é um ponto nodal, imprescindível na educação de crianças e jovens, a Biblioteca Pública terá de continuar assumindo, provisoriamente - na maioria dos bairros da cidade de São Paulo, das cidades do interior deste estado e das cidades deste imenso Brasil em desenvolvimento - de forma cada vez mais consciente, a responsabilidade de suprir a precariedade de muitas Bibliotecas Escolares e mesmo a inexistência delas.

É fundamental, inclusive, que os educadores em questão - professores e bibliotecários - conscientizem a comunidade sobre a necessidade de lutar permanentemente para que recursos já estabelecidos por lei sejam realmente aplicados na área social, em particular, na educação e cultura.

Uma tomada de decisão urgente dos governantes dos países em desenvolvimento é a solução para viabilizar as transformações dos espaços educacionais, por meio de recursos e eventos, que propiciem ao cidadão condições para enfrentar os desafios referentes às tendências de aceleração do mundo contemporâneo.

4 Centro Local de Informação

Caracteriza-se a Biblioteca Pública e a Biblioteca Escolar como principais agências locais de informação e centro de aprendizagem para alavancar o nível de literacia do cidadão no que tange à capacidade de utilização da modalidade escrita da língua no processamento da informação, em função das exigências da vida cotidiana, o que pressupõe um domínio das habilidades de ler e escrever. O conceito de literacia está se expandindo de tal forma que, em publicações internacionais, estão sendo utilizadas as expressões: literacia matemática, literacia cultural, literacia tecnológica, literacia informacional (*information literacy*) entre outras.

No ambiente da biblioteca, uma das metas das interações entre bibliotecários e usuários é mediar a construção da competência e da autonomia na busca e uso da informação.

É premente, também, que todo tipo de conhecimento, que se incorpora em um acervo informacional, tratado sob cânones documentários, esteja disponível à comunidade até em fins de semana.

5 Biblioteca Pública sem Preconceitos

Biblioteca aberta em todos os sentidos, privilegiando o sujeito, o cidadão em geral.

A BP tem como princípio basear seus serviços em termos de igualdade de acesso a todos os indivíduos, independente de raça, sexo, religião, nacionalidade, língua ou status social. Portadores de deficiências, inaptos por alguma razão, minorias lingüísticas e pessoas sediadas em hospitais ou prisões, merecem serviços e materiais especiais. Isto implica priorizar o sujeito / o usuário, viabilizando uma nova concepção de biblioteca pública para o atual contexto de país em desenvolvimento.

6 Materiais de Biblioteca Pública para Todos, Adequabilidade às Diferentes Faixas Etárias e às Condições Locais

As coleções e serviços da BP devem privilegiar, com alta qualidade e indistintamente, todas as faixas etárias, com material adequado às suas necessidades e que atenda as condições locais, incluindo ainda todos os tipos de documentos convencionais e os frutos da tecnologia moderna.

Uma questão deve ser discutida. Tudo isto é possível a países em desenvolvimento?

7 Acervo Atualizado e Rico em Informação Histórica, Social e que Documente o Imaginário da Humanidade

O acervo da BP deve refletir tendências atuais, bem como a evolução da sociedade, a memória das conquistas e a imaginação da humanidade. Todavia, selecionado, sob critérios e por equipe multidisciplinar.

8 Biblioteca Pública e Ideologia

Coleções e serviços não podem ser objeto de nenhuma forma de censura ideológica, política ou religiosa, nem de pressões comerciais.

Parte-se do pressuposto que o bibliotecário deva atender indistintamente a todos os usuários que recorram aos seus trabalhos profissionais.

9 Missões da Bibliotecа Pública

São missões básicas da BP: a informação, alfabetização, educação e cultura, devendo estar impressas na essência dos serviços da biblioteca pública.

Uma vez que os termos "alfabetização" e "educação" estão inseridos no elenco dos serviços essenciais da BP, é preciso que ocorra uma alteração substancial na formação dos bibliotecários e no planejamento das atividades nestas bibliotecas.

Por que a inclusão desses termos, como missão da BP, deve ser considerada uma informação relevante, um ponto crucial deste documento? Porque explicita a impor-

tância do processo de letramento, alfabetização e literacia como passaporte para o acesso ao conhecimento.

9.1 Criar espaços para as crianças, fortalecendo as interações que envolvem leitura desde a mais tenra idade

Propiciar espaço-tempo para estimulação precoce de todas as crianças, independentemente da situação sócio-econômico-cultural dos pais, concernente à apreciação estética, à escuta de histórias e à leitura, tanto na escola como na biblioteca. Deve-se considerar, também, que o letramento emergente dependerá do contexto familiar e cultural em que a criança estiver inserida. Nos países em desenvolvimento é fundamental que o direito ao letramento na infância seja gerenciado por instâncias como creches, escolas e bibliotecas.

9.2 Auto-didatismo e educação formal requer atenção das bibliotecas públicas

Apoiar tanto os estudos individuais como as pesquisas concernentes à educação formal, em todos as fases de escolarização, é inerente à concepção de biblioteca pública, voltada para o fortalecimento da cidadania.

É preciso ter consciência da abrangência dos aspectos educacionais e ter conhecimentos sobre aprendizagem, para poder aproveitar todas as oportunidades que possam desenvolver a competência informacional, ou seja, que viabilizem o avanço no percurso dos diferentes níveis de literacia informacional.

9.3 Estimular a imaginação, criatividade e sociabilidade da criança e de jovens

Proporcionar oportunidades para o desenvolvimento criativo pessoal dos sujeitos / clientes de bibliotecas, principalmente das crianças, são atribuições intrínsecas tanto da biblioteca pública como da biblioteca escolar.

Desde o momento da leitura livre à participação nas oficinas culturais e artísticas, devem ser planejadas, para o usuário-criança ou jovem, atividades que estimulem a imaginação, a criatividade e o espírito crítico. Esses são subsídios para que ele se torne cada vez mais independente como usuário da informação e um produtor de conhecimento.

9.4 Promover o conhecimento da herança cultural, apreciação das artes, realizações e inovações científicas

Além de materiais de leitura, a BP deve promover exposições e outros eventos que divulguem assuntos e expressões de caráter cultural, artístico e inovações científicas. Programas especiais para promover a interação, os debates, a leitura do mundo, podem dinamizar ainda mais esse espaço cultural.

9.5 Fomentar o diálogo intercultural e favorecer a diversidade cultural

O Brasil apresenta campo aberto para incentivar as relações interculturais entre os indivíduos das diversas regiões do país, respeitando a diversidade e as diferenças lingüísticas, usos e costumes locais.

A familiaridade com os recursos da *Internet* é uma forma ativa e motivadora para a

prática das interações com parceiros remotos e em nível mundial.

9.6 Apoiar a tradição oral e a interlocução

Cultivar diversos tipos de gêneros a fim de prover o desenvolvimento da oralidade, enfatizando o emprego de cantigas, jograis, jogos e brincadeiras tradicionais em sessões especiais com grupos de usuários infanto-juvenis.

A BP ou a BE deve programar vários tipos de encontros e estimular a formação de equipes de estudo para debater os trabalhos frutos de pesquisa.

9.7 Garantir acesso aos cidadãos a todo tipo de informação comunitária

Em cooperação com agências governamentais, preparar folhetos, guias, *sites* de natureza informativa referentes às várias necessidades dos cidadãos da localidade. Organizar e/ou patrocinar encontros, entre-grupos, para discussões sobre obtenção e uso de documentos comunitários. Dar atendimento especial aos cidadãos carentes.

9.8 Proporcionar serviços de informação adequados a empresas locais, associações e grupos de interesse.

Funcionários de empresas locais dependem de informações particulares que devem ser detectadas e organizadas pela BP para dar apoio a seus trabalhos e suas decisões.

9.9 Facilitar o desenvolvimento da informação e da habilidade no uso do computador

BP deve entrar na modernidade, provendo espaços especiais de natureza digital/virtual, programando seções rápidas de "alfabetização" em informática e introdução à *Internet* para os usuários. Em várias oportunidades, alertá-los sobre a necessidade de apropriação de conhecimentos em formas convencionais paralelamente ao uso da mídia eletrônica.

9.10 Apoiar e participar de atividades e programas de alfabetização

Oferecer oportunidades para ampliar o processo de letramento da comunidade e despertar o interesse pela leitura e escrita dos indivíduos que estão em fase de alfabetização. Cooperar com o desenvolvimento de habilidades na modalidade escrita da Língua Portuguesa, possibilitando ao cidadão atingir um nível de literacia que viabilize o acesso democrático à informação e ao conhecimento. Se necessário, providenciar espaço físico para realização de atividades que visem alcançar essa meta.

Na medida em que a capacidade de uso da língua materna, ao ler e ao escrever, estiver sedimentada, maiores as possibilidades do usuário recorrer à informação, quer em meios impressos ou na mídia eletrônica e ampliar seu nível de literacia informacional.

10 Gratuidade da Biblioteca Pública como Responsabilidade das Autoridades Locais e Nacionais, sob Apoio de Legislação Específica e Financiamentos pelo Governo Nacional e Local

A BP - como componente essencial de estratégias a longo prazo para a promoção da alfabetização, educação, cultura e informa-

ção - deve ser apoiada por atos legislativos e recebimento de verbas regulares dos governos nacionais e locais.

11 Rede Nacional de Bibliotecas Depende de Cooperação entre Bibliotecas de todo o País, Definição de Legislação e Planos Estratégicos Apoiados em Normas de Serviço

Criação e fortalecimento de redes de bibliotecas dependem de planejamento direcionado para objetivos comuns, coerência de estratégias e disseminação das atividades, baseadas em experiências de cada unidade. Cooperação é a palavra-chave mais abrangente.

Cuidar das redes físicas de comunicação na BIBLIOTECA é importante; entretanto, é sobre a interlocução, a interação dialógica entre sujeitos, que recai o principal desafio da revolução da sociedade da informação/ conhecimento e requer uma formação contínua mais específica dos profissionais que nela atuam.

12 Imprescindível uma Rede de Bibliotecas Públicas aos Países em Desenvolvimento com Apoio em uma Política Nacional de Informação

Redes devem, também, ser concebidas, tendo em vista tanto sua relação com as bibliotecas nacionais, regionais, especializadas, quanto às bibliotecas escolares e universitárias. A regionalização de tipos de bibliotecas e o congraçamento nacional é tão importante quanto a continentalização e a globalização da comunicação para que se chegue a uma interação maior referente à compatibilidade de padrões bibliotecários e intercâmbio de informações em nível nacional.

13 Operação e Administração Exigindo Parcerias Diversas que Assegurem a Cooperação

Pela formulação de uma política clara, definindo objetivos, prioridades e serviços relacionados com as necessidades da comunidade local, a biblioteca pública deve ser efetivamente organizada e respeitar padrões profissionais de operação.

Devem, ainda, assegurar a cooperação com parceiros adequados, por exemplo, grupos de usuários e outros profissionais, em âmbito municipal regional e internacional.

14 Locais de Serviço Fisicamente Acessíveis a Todos os Membros da Comunidade

Para atender a esse princípio, há requisitos básicos: prédio da biblioteca bem localizado, instalações adequadas para leitura e estudo, tecnologias emergentes em disponibilidade, horário de funcionamento conveniente aos usuários e funcionários e, ainda, extensão dos serviços aos usuários impossibilitados de freqüentar a biblioteca.

Enfim, a biblioteca deve se tornar auto-comunicável, ou seja, provendo comunicação visual e sinalizações gráficas bem definidos, vídeos divulgativos do *lay-out* da

biblioteca, exposição de materiais diversos esteticamente planejada e manutenção regular da *homepage*. Além disso, contar com equipe preparada com base na missão e objetivos internos e em consonância com a instituição e sociedade em que está inserida.

15 Serviços da Biblioteca Pública Adaptáveis às Diferentes Necessidades das Comunidades em Áreas Rurais e Urbanas

Princípios de segmentação de mercado para diferenciação de grupos e de aspectos locais são necessários.

16 Bibliotecário como Mediador Pró-Ativo e a Necessidade da Educação Contínua

O Bibliotecário é o intermediário entre o acervo informacional e seus usuários, quer respondendo a questões e dialogando com o cliente, quer atendendo a inúmeros tipos de consultas, no dia-a-dia, do Serviço de Referência. De outro lado, como diretiva principal, deve cuidar da educação do usuário, por diversos meios e tipos de estratégias para que ocorra o desenvolvimento de competências necessárias ao uso dos recursos informacionais, de modo que ele possa internalizar certas atitudes e valores sobre a informação e o conhecimento.

Uma das atividades de otimização do Serviço de Referência, em relação à orientação do usuário, é repassar habilidades ao manejo de recursos informaçionais, tanto convencionais quanto às operações de buscas *on-line* e uso da *Internet*. Compete, agora, ao bibliotecário estar preparado para a "educação em literacia da informação". "*Information Literacy*" é um conceito dinâmico, que vai desde o domínio da linguagem oral e escrita ao uso de recursos de informação, diferindo de cultura a cultura, não significando apenas buscar a informação, mas entendê-la, organizá-la, interpretá-la, avaliá-la, utilizá-la e comunicá-la. Também não é um processo apenas de aquisição de habilidades, mas de conhecimentos e atitudes, num trabalho conjunto entre bibliotecários e outros educadores. Trata-se de um aprendizado para resolução de questões e tomada de decisões ao longo da vida, tendo em vista o desenvolvimento contínuo do pensamento crítico e criativo do aprendiz [Cf Dudziak, A E, *Information Literacy* e o papel educacional das bibliotecas.Dissertação(Mestrado em Ciências da Comunicação) – USP/ECA/CBD, 2001]

Com relação ao bibliotecário que vai interagir com o público, ter conhecimentos sobre aprendizagem e construção de conhecimento é um requisito primordial. A formação desse profissional referente a esse aspecto poderá ocorrer em cursos de especialização ou, possivelmente, em um curso de Licenciatura na área de Educação ou até mesmo pela inserção de disciplinas específicas na grade curricular do curso de graduação em Biblioteconomia.

Uma vez que o bibliotecário atuará como educador, espera-se que tenha atingido um nível de literacia ótimo, não só no que diz respeito ao desempenho lingüístico (ao ler e ao escrever) mas também a um nível de literacia informacional que lhe possibilite fazer uso competente de todos os recursos midiáticos.

17 Promoção de Programas de Extensão e Educação do Usuário para Assegurar a Cooperação com Parceiros Adequados, por Exemplo, Grupos de Usuários e Outros Profissionais em Âmbito Municipal, Regional e Internacional

No que tange a crianças e jovens, a parceria entre bibliotecários e professores torna a interação profícua, pelo intercâmbio de formas de atendimento e serviços mais adequados, e pertinentes aos vários momentos da aprendizagem dos alunos. A formação de grupos de estudo entre os usuários / pares da sua área de atuação e outros profissionais, quer em âmbito local, nacional, regional e até internacional, também faz-se necessária.

18 Para a Implantação dos Princípios Expressos neste Manifesto, Convocam-se tanto os Administradores em Âmbito Nacional e Regional Como o Universo da Comunidade Bibliotecária, em Nível Mundial

Com as devidas ressalvas às condições e nível dos países em desenvolvimento, este Manifesto e os trabalhos que o analisam devem ser amplamente divulgados a órgãos governamentais e não-governamentais, a escolas, à mídia, enfim, à toda a comunidade.

Entrevista

***RUBENS BORBA DE MORAES**, sempre à frente do novo - mentor inesquecível dos bibliotecários - foi entrevistado por May Brooking Negrão muito tempo antes de ter-se ido...*

Agora, esta líder das bibliotecas públicas, apresenta uma singela crônica, apontando flagrantes da vida de Rubens, oportunizando ainda relembrar pontos significativos da história da biblioteconomia paulista,e porque não da brasileira.

May Brooking Negrão:

Rubens Borba de Moraes e o gato Matheus, este não é um conto infantil, mas recordações de uma entrevista informal com o dono de um gato muito especial. Rubens Borba de Moraes - um homem com muita imaginação, não se dedicou à literatura, porém viveu e fez a história da biblioteconomia no Brasil. Acompanhada por Neusa Dias de Macedo, nos idos 83, a um encontro marcado com aquele homem especialíssimo, seguimos emocionadas para a mansão da Bragança Paulista, num dia ensolarado de janeiro.

Já por seis anos (1977-1983) eu havia dirigido o Departamento de Bibliotecas Públicas da cidade de São Paulo, realizando na ocasião o meu mestrado no Curso de Pós-graduação da ECA-USP, sob orientação do Prof. Dr. José Augusto Valente. Escolhi como tema a Biblioteca Municipal de São Paulo, hoje, Biblioteca Mário de Andrade. Sempre tinha em mente esse mentor que me motivou a trabalhar com uma questão histórica da biblioteconomia paulista. Agora, revisitando a mansão de Bragança, relembro aquele imemorável encontro.

Nesse dia o meu desejo, na verdade, era deitar-me na imensa rede branca, trabalhada em rendões, no vasto jardim florido (e Neusa caiu na tentação, com o Matheus no colo...) A intenção neste momento é relembrar a obra e personalidade do visitante. Surge-me a figura de Rubens tranqüilamente à volta da sua notável biblioteca, preferindo conversar e não responder a perguntas pontuais. E assim foi que de conversa em conversa, com um verdadeiro café paulista servido em bule de prata por uma graciosa governanta, fui desenhando o perfil intelectual e a simplicidade de um paulista quatrocentão – que hoje após sua ida para um lugar melhor, torna-se uma das mais ilustres personalidades da história da biblioteconomia brasileira.

Na ocasião, eu não podia esquecer de que o estava procurando para esclarecer alguns pontos de minha dissertação de mestrado, cujo assunto recaía na Biblioteca Pública

Municipal de São Paulo. Tema este que me fora despertado ao encontrar, na área dos equipamentos de ar condicionado, no então chamado arquivo morto da Biblioteca Mário de Andrade, vários álbuns de recortes, bem encadernados, relativos a esta biblioteca (1932-1951), bem como descobrindo antigas apostilas mimeografadas das aulas do primeiro Curso de Biblioteconomia de São Paulo. A propósito – como diretora do Departamento de Bibliotecas Públicas – eu necessitava fundamentar atos de minha gestão com as iniciativas daqueles administradores que me precederam.

A voz agradável de um paulista de estirpe, numa fala peculiar de português castiço, pelos ensinamentos e avanços de modernidade de suas idéias, causou-nos êxtase - a mim e a co-orientadora da dissertação que me acompanhava. Até hoje, passo horas revendo o momento.

Entre os assuntos entabulados, a Biblioteca Mário de Andrade, não foi o único tema abordado, como também falamos do início do Curso de Biblioteconomia da Escola de Sociologia e Política de São Paulo, da fundação da Associação Paulista de Bibliotecários (da qual foi primeiro presidente em 38), do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo, da Biblioteca Nacional (da qual ele foi diretor de 1943-1948) e até da Biblioteca da Organização das Nações Unidas (da qual foi também o diretor, 1948-1960).

E ainda se referiu muito às recentes experiências no Curso de Biblioteconomia da Universidade de Brasília. Teve nessa época como colega Edson Nery da Fonseca, Cordélia Robalinho e também Neusa Dias de Macedo que sempre o acompanhava nas feirinhas nos lugarejos do Distrito Federal para comer guloseima. Já com idade avançada ainda fôra tomar aulas de auto-escola. Enfim, confirmou que "homem sábio" é gente simples.

Rubens era um homem com tanta imaginação e humor discreto, que não havia escrito nenhum conto, porém reafirmo digitou a história viva da biblioteconomia brasileira.

Agora, distante há dezessete anos... todos esses fatos fazem-me refletir sobre os vários papéis técnicos do bibliotecário: de catalogador a indexador, de mediador da informação/usuário (hoje navegador de cyberespaços) ao administrador de vários tipos de bibliotecas, até chegar a sofisticadas funções de gerente da informação, consultores, entre outros... Nos dias atuais, já assimilando a nova terminologia da informática e telecomunicações, navegando na Internet em conversas interpessoais e/ou participando de listas de discussão e/ou transferindo arquivos, centenas de bibliotecários acabam por esquecer cursos de História do Livro e Bibliotecas e das cultíssimas aulas de Rubens, e outros seguidores.

Entretanto, no sentido de analisar o que o bibliotecário já fez, e bem conhecer o que hoje (século vinte um) estamos fazendo e para onde iremos com esta profissão [Quo vadis?] nada melhor do que rever aquela oportuna conversa com o bibliógrafo Rubens Borba de Moraes, agora documentando sua fala.

Ele lembrou-nos, no vai-e-vem das conversas, em ter sido escolhido pela ONU para dirigir a biblioteca desta organização mundial. Honrada posição a um brasileiro!! Foi mais do que bibliógrafo e intelectual assumido, além de abraçar a profissão do biblio-

tecário como se fosse sua, foi nosso representante como o homem de maior visão de questões biblioteconômicas nas décadas de 30-50. Autor de modernidade, sempre 100 anos à frente das novidades, todavia um aficionado pela historiografia, produziu, entre outras obras, o *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros* (1949, 1998); *Bibliógrafo Aprendiz* (1965), *Bibliografia Brasileira do Período Colonial* (1969), Livros e *Bibliotecas no Brasil Co*lonial (1979).

Relembrou ainda a sua participação no relevante Grupo que se reuniu, entre 1926 a 1931, para estudar a estruturação de atividades culturais de São Paulo, efetivando-se na administração do prefeito Fábio da Silva Prado, e levando à criação do Departamento de Cultura, em 1935, que tinha entre suas atribuições: *"criar e difundir bibliothecas públicas de forma a contribuir efficasmente para a difusão da cultura em todas as camadas da população".*

A chefia da Divisão de Bibliotecas do Departamento foi ocupada por Rubens Borba de Moraes, e para dar-lhe apoio profissional foi buscar a insigne bibliotecária do Instituto Mackenzie: Adelpha Figueiredo. Dizia ele : *" Adelpha tinha noção de espírito público [...]. ", tendo sido encarregada de re-estruturar o catálogo da biblioteca" [pois] "estava todo errado, obedecendo regras intuitivas".*

Entre suas atribuições, a Divisão de Bibliotecas, devia organizar anualmente um Curso de Biblioteconomia de acordo com padrões internacionais para formar pessoal qualificado no âmbito de bibliotecas. Adelpha Figueiredo lecionava Catalogação e Classificação, mais tarde passando para Administração de Bibliotecas, e Maria Luisa Monteiro da Cunha para Catalogação e Noemia Lentino para Cassificação. Segundo o entrevistado – que era professor de Bibliografia e História do Livro – esse Curso *"era para prever o futuro".* O curso revolucionou o ensino da biblioteconomia e os destinos da biblioteca no Brasil.

Chamou atenção aos serviços de biblioteca do município que foram afetados pela Lei Estadual no.2839 de 1937, regulamentando o funcionamento das bibliotecas do Estado de São Paulo. Foi *"minha idéia",* dizia animadamente, coçando o gato Matheus, a criação pioneira de um Sistema Estadual de Bibliotecas, bem como o Conselho Bibliotecário do Estado. E completava : "*publica então, este Conselho, um Manual de Catalogação: folhetim bem simples pensando no interior com repercussão no Brasil inteiro".*

Foi uma pena, não podermos localizar o tal Manual. Nem mesmo Ana Maria Camargo - quem organizara o arquivo de Rubens Borba de Moraes – pode encontrá-lo.

Contou-nos então sobre as andanças de busca de um local ideal para a construção de uma grande biblioteca municipal para a cidade de São Paulo, já que o acervo da antiga Biblioteca Pública Estadual havia sido transferido para a municipalidade, pela mesma lei estadual de 1937.

Comentando a preciosidade do jardim localizado atrás da Biblioteca Mário de Andrade, lembrou-se nosso entrevistado de encontrar sempre alguém que o abraçava e o chamava de

"*o brasileiro que não derruba árvores*", ou seja, Monteiro Lobato.

Motivos políticos (mudanças na administração municipal), em 1943, levaram-no a abandonar a Biblioteca Pública Municipal e a aceitar convite para trabalhar na então capital do Brasil, Rio de Janeiro. É desta data, o documento mais importante sobre as bibliotecas públicas brasileiras, *O problema das bibliotecas das brasileiras,* reproduzido no Boletim Bibliográfico da Biblioteca Mário de Andrade, 42, 1981.

E já meio cansadão de falar de si mesmo, preferiu perguntar-nos o que acontecia na biblioteconomia de então. Contava já com 84 anos, deixando-nos definitivamente em 1986, com 87 anos.

Como complemento desta crônica levanto:

Fontes para melhor conhecimento da atuação de Rubem Borba de Moraes como Bibliotecário

Coleção de recortes sobre o livro e a biblioteca no Brasil. São Paulo, Departamento de Bibliotecas Públicas, 1932-1951. 5.v.

MORAES, RUBEM BORBA DE — *Entrevista gravada em 27 de outubro de 1981.* São Paulo, Biblioteca Mário de Andrade, 1981. [Transcrita na *Revista da Biblioteca Mário de Andrade, 50*,jan./dez., p.54-59, 1992].

NEGRÃO, MAY B. – *Biblioteca Pública Municipal de São Paulo: da criação à consolidação (1926-1951).* São Paulo, 1983. Dissertação de mestrado, ECA/USP, 1983.

NOTAS E REGISTROS

Coordenadora: Telma de Carvalho telma@fo.usp.br

REGISTRE:

CONGRESSOS DA FEBAB

- XIX Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação – CBBD2000;
- VII Encontro Nacional de Informação e Documentação Jurídica;
- III Congresso Latino-Americano de Biblioteconomia e Documentação

Local: Porto Alegre, RS – Centro de eventos da PUC-RS
Período: 24 a 30 de setembro de 2000
Tema: Informação para a cidadania
Home: http://www.pucrs.br/cbbd2000

DA FINEP

I Workshop Brasileiro de Inteligência Competitiva Gestão do Conhecimento. FINEP, CNI, SENAI, CIET, com apoio Petrobás, IBICT, INT, ANCIB, COMPETE-NET. Rio de Janeiro, 22 out. 1999.

INTERNATIONAL SYMPOSIUM ON KNOWLEDGE MANAGEMENT/ DOCUMENT ISKM/DM´00

Local: Curitiba, PR
Período: 26 a 29 de nov. 2000
Temas: Gestão de Documentos
Gestão do Conhecimento
Gestão do Capital Intelectual
E-mail: iskmdm@cits.br

DA ASIS

Annual Conference Chicago
International paper contest on digital library or information science & technology in developing countries

American Society for Informacion Science
Período: 13 a 16 de novembro de 2000

Tema: Practical collaborative applications of digital library or information science and technology in advancing communications, information and knowledge in the developing world.
de 2000 e-mail - leroyn@un.org

ENCONTRO DE EDITORES

31° ENCONTRO DE EDITORES E LIVREIROS. Tema: A eletrônica e o mercado editorial. Maiores informações no site www.cbl.org.br

EDUCAÇÃO CONTINUADA

CURSOS

Promovidos pela APB/SP

Ferramentas de Pesquisa na Internet

Professora: Marise Miglioli Lorusso

Conteúdo: navegadores, protocolos, robôs de busca, construção de categorias, divisão do conhecimento virtual (classificação), estratégias booleanas, endereços interessantes, correio eletrônico, grupos de discussão, arquivos formato pdf.

Público alvo: profissionais da área de informação, estudantes de biblioteconomia e outros interessados

Carga horária: 15horas
Data 10 a 14 de julho
Horário: das 19 às 22h.
Preço: R$70,00 (sócios) R$100,00 (não sócios)
Local: Sede da APB
E-mail: apb@nw.com.br; apb@org.com.br

Internet & Intranet: Funoamentos Teóricos

Duração: 6h.
Local: Sindicato dos Gráficos
Tel.: (0xx) 11 3315-0544 – Sr. Joaquim

Classificação e Inoexação oe Arquivos Digitais

Local: Sindicato dos Gráficos
Tel.: (0xx) 11 3315-0544

Promovioos pela Escola oo Futuro/ USP

A Escola do Futuro divulgou seus cursos para o mês de julho/00. Entre os temas destacam-se: a multimídia e o ensino de Ciências da Terra; a Internet ampliando possibilidades no desenvolvimento da leitura e da escrita; desenvolvendo competências e habilidades para pesquisa através de projetos temáticos; oficina de robótica educacional: da linguagem LOGO à linguagem VISUAL; imagens e multimídia; construção de home-page – nível básico e intermediário; computerphobia – perdendo o medo do computador; compreendendo as etapas de elaboração de um software; cursos online como apoio ao ensino presencial e semipresencial: conceitos, características e implementação; marketing e vendas para escolas; implementando projetos de informática educacional.

Site: http://www.futuro.usp.br e procure "Cursos". E-mail a capacita@futuro.usp.br

Em 2001

Promovidos pelo INT; IBICT, ECO/ UFRJ,

Curso de Especialização em Inteligência Competitiva – CEIC, em nível de pós-graduação *lato sensu*, 392 hs, A ser realizado simultaneamente em Brasília, Rio de Janeiro, Natal, Salvador e Belo Horizonte, entre abril a dezembro de 2001. Atualização no campo de sistemas de informação estratégica, dirigido a gestores da área governamental e profissionais envolvidos no setor.

Seleção e matrícula até 16 de março de 2001.

Maiores informações: IBICT: tel (61) 2176335/6353 fax: 2259955

e-mail: scrh@ibict.br

Conselhos

Conheça o programa de Capacitação e Valorização do Profissional da Informação, do CRB-8:

Seminário "Consultoria e Mercado para Profissionais de Documentação: a marca chamada Você"

Professora: Todeska Badke
Data: 02/12/2000
Local: Auditório SENAC
R. Dr. Vila Nova, 228 – Metro Santa Cecília, SP
Horário: 9:00-18:00
Duração: 8 horas
Inscrições: Sede do CRB-8 até 31.11.2000.
Tel.: (11) 5082-1404
E-mail: cons.reg.bibliot@uol.com.br
Valor: R$ 50,00

Palestras

"Gerenciando o Conhecimento das Empresas"

Maria Cecília Rizzi Lima
Data: 22/11/2000.
Horário: 19:30h.
Local: Auditório da Biblioteca Mário de Andrade
R. da Consolação, 94 – São Paulo
Inscrições Gratuitas – Sede do CRB/8
Telefone: (11) 5082-1404
E-mail: cons.reg.bibliot@uol.com.br

Cursos

"Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos"

Organização: CRB-8 em parceria com o Arquivo Nacional (RJ), FUNARTE e Fundação Getúlio Vargas

Local: FIHBR – Faculdades Integradas Hebraico Brasileiras Renascença. São Paulo

Data: 22 a 24/11/2000.

Horário: 9:00-17:00

Local: R. Prates, 790 – Bom Retiro – Metrô Tiradentes
Inscrições: CRB-8 – até 16.11.00
Telef.: (11) 5082-1404
E-mail: : cons.reg.bibliot@uol.com.br
Valor: R$ 30,00

Cursos no Interior

Araraquara

"AACR – Pontos de Acesso e descritiva – nível básico"
Professora: Rosa Maria Rodrigues Corrêa
Local: UNESP – Faculdade Ciências e Letras
Rodovia Araraquara Jaú, Km 1, Campus Araraquara
Data: 20 e 21/11/00.
Duração: 16 horas
Inscrição: UNESP – até 14/11
Informações: (16) 232-0444 – ramal 169
Fax (16) 232-0444 – ramal 156
E-mail: coluccim@fclarar.unesp.br – A/C Mara Colucci
Valor: R$ 40,00

Bauru

"Métodos de acesso à informação para auxiliar de biblioteca"

Professora: Rosa Maria Rodrigues Corrêa
Data: 18/11/2000.

Duração: 8horas
Inscrição: UNESP – até 14/11/00.
Local: Av. Eng. Luis Edmundo Coube, s/n – Vargem Limpa
Informações: (14) 221-6033 – (14) 221-6000 r.6301
Fax (14) 221-6006
E-mail: gloriagf@bauru.com.br (a/c Gloria Georges Peres)
Valor: R$ 20,00

"A gestão da informação e do conhecimento nas organizações em mudança"

Professora: Dra. Regina C.B. Belluzzo
Local: USP/FOB – Faculdade de Odontologia de Bauru – Auditório da Biblioteca
Data: 25/11/00
Horário: 9:00-17:00
Duração: 8 horas
Inscrição: USP/FOB – Campus Bauru – Até 21/11/00
Valor: R$ 20,00
Informações: (14)235-8372
Fax: (14) 223-1575 – A/C Rita/Polyana
E-mail: paglione@fob.usp.br

Porto Feliz

"Marketing profissional para profissionais da informação"

Prof. Fernando Modesto [Presidente CFB]
Local: Prefeitura do Município de Porto Feliz. Biblioteca Municipal "Dr. Cesário Motta Jr."
Auditório do Cibe-Teatro Municipal (Estação das Artes)
R. Othoni Joaquim de Souza, s/n – Centro
Data: 25/11/00
Horário: 9:00-17:00h.
Duração: 8 horas
Inscrição: Biblioteca Municipal "Dr. Cesário Motta Jr." – Até 28/11/00
Pça. Cel. Eugênio Motta, 86 – Centro
Valor: R$ 20,00
Informações: (15) 262-1903
Fax (15) 262-4200
E-mail: pmpf@portofeliz.sp.gov.br – A/C Neide M. de Almeida Souza

Cursos Oferecidos pelo SEBRAE

Formação de Auditores Internos

Data: 27 e 28/11/00
Carga Horária: 16 h.
Local: Av. Paulista, 726 – 10º andar (próximo à estação Metrô Brigadeiro)
Consultor: Engº Carlos Hallai Júnior
Valor: R$ 200,00
ISO 9001
Data: 20 e 21/11/00
Carga Horária: 16h.
Local: Local: Av. Paulista, 726 – 10º andar (próximo à estação Metrô Brigadeiro)
Consultor: Engº Carlos Hallai Júnior
Valor: R$ 200,00
ISO 14000
Data: 07 e 08/1200
Carga Horária: 16 h.
Local: Av. Paulista, 726 – 10º andar (próximo à estação Metrô Brigadeiro)
Consultor: Engº Carlos Hallai Júnior
Valor: R$ 200,00

Revista Eletrônica

Conheça a Revista DataGramaZero – Revista de Ciência da Informação, por

meio do endereço eletrônico http://www.dgzero.org.

A DataGramaZero é uma revista do IASI – Instituto de Adaptação e Inserção na Sociedade da Informação, organização não governamental. A missão da revista é a divulgação e promoção de perspectivas críticas fundamentadas em áreas interdisciplinares da Ciência da Informação, tais como Informação e Sociedade, Informação e Políticas Públicas, Informação e Filosofia ou Informação e Comunicação.

Memória da Biblioteconomia

Novos Presidentes - Comissão Brasileira de Documentação e Informação:

- Com. Jurídica – Alaor Marques Junior (Ass. Legisl. MG)
- Com.. Tratamento da Informação e Normalização – Rosa Maria Rodrigues Corrêa (ABNT)
- Com. Biblioteca Escolar – Iara Conceição Bittencourt Neves (UFRGS)

Eventos realizados:

Educador 2 000

No período de 24 a 27 de maio de 2000, no Palácio de Convenções do Anhembi, em São Paulo, ocorreu o Congresso Internacional de Educação. Os temas estiveram relacionados com Visões da Educação, enfocando aspectos como ensino presencial, a distância e auto-aprendizado, entre outros.

E-mail: educador@promofair.com.br
Home: http://www.promofair.com.br

Em 19 de novembro de 1999, realizou-se, no Auditório da Procuradoria Geral, em Brasília, DF, o evento sob o tema: A Biblioteca Digital, tendo por palestrante Victoria York (Montana State University Libraries) e como debatedores os Profs.: Murilo Bastos da Cunha (CID/UNB) e Miguel Ángel Márdero (Biblioteca do IBICT)

A II Semana do Livro e da Biblioteca na USP foi promovida no âmbito das comemorações USP-Brasil 500 anos. O evento ocorreu de 18 a 21 de outubro de 1999, tendo por palestrantes os Profs.: Dra. Maria Cecília França Lourenço, Dr. José Mindlin; Dra. Célia Zaher, Dra. Kira Tarapanoff, Dra. Patrícia Marchiori e Mestra Telma de Carvalho. As palestras discorreram sobre a história e a trajetória do livro e da biblioteca no Brasil.

No dia 16 de junho de 2000, no Auditório do SENAC da R. Rua Vila Nova, em São Paulo, ocorreu o 11° Simpósio de Biblioteca e Desenvolvimento Cultural, tratando do tema:Livro, Biblioteca, Leitura e Cidadania: convergências e divergências na era digital.

ANCIB NA SBPC

A ANCIB participou da 52ª Reunião Anual da SBPC, cujo tema foi "A Sociedade de Conhecimento", nos dias 10 e 11 de julho, com 3 palestras: As palestras versarão, principalmente, sobre os conteúdos da Internet e a geração de conhecimento.

Para maiores informações visite o site:

http://www.sbpcnet.org.br/52reuniaoanual/progsenior.html

ENANCIB

IV Encontro Nacional da Associação Nacional da Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências da Informação. Presidente: Prof. Dr. Antonio Miranda.

Local: Brasília
Período: 6 a 10 de novembro de 2000
Participantes receberam um HMC com cerca de 250 resumos de trabalhos.

LANÇAMENTOS

Durante a ANCIB [nov. 2 000], deu-se conhecimento :

O livro INTERDISCURSOS DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: ARTE, MUSEU E IMAGEM

A revista do IBICT CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, fascículo temático sobre a Sociedade da Informação

Da FEBAB a REVISTA BRASILEIRA DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO em Nova Série a partir de 1999-

PROGRAMA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO – BRASIL e LIVRO VERDE

Entre outros pontos, o folheto levanta:

O que é a Sociedade da Informação.- Programa Sociedade da Informação no Brasil.- Linhas de Ação.- Metodologia.-Livro Verde.- Benefícios.

Para maiores informações, consulte:

Secretaria do Programa Sociedade da Informação, SAS, Quadra 5, Lote .06, Bloco.H, 8º.and.- 70070-914 – Brasília DF

e-mail:info@socinfo.org.br

Homepage:www.socinfo.org.br
Tel. (61)321-1670; 217-6332; 217-6321
Fax: (61) 321-1798; 217-6329

ANCIB – Eleita nova diretoria para 2000-2003:

Presidente – Aldo de Albuquerque Barreto (IBICT-RJ)
Vice-Presidente – Edmir Perrotti (ECA-USP)
Secretário Geral: Joahanna W. Smit (ECA-USP)
Tesoureiro: Selma Santiago Morais (IBICT)
http:/alternex.com.br/~aldoibct/ancib.html

Bibliotecas Escolares

Paralelamente à ANCIB, em promoção do Ministério da Cultura, entre 6 a 7 de novembro, reuniu-se **o "Grupo de Bibliotecas Escolares".** Foi formado por profissionais e líderes da classe e da esfera acadêmica, vindos de diferentes estados do Brasil. Reunião preliminar para discussões em vista da produção de um documento-base para a área de bibliotecas escolares.

A reunião focaliza o Programa "Uma Biblioteca em cada Município", sendo entregue na ocasião o Relatório de Ottaviano De Fiori (Secretário Nacional do Livro e da Leitura) informando que 725 novas bibliotecas públicas foram implantadas em todo o território nacional, entre maio de 1996 de 2 000.

Para fins de suporte à elaboração do citado documento foram entregues à mesa dois trabalhos: "Como tornar o Brasil uma

Nação Letrada", por Ottaviano De Fiori, e o estudo "Biblioteca Pública de País em Desenvolvimento: diálogo entre bibliotecária e professora para reconstrução de significados, a partir do Manifesto da UNESCO", de autoria de Neusa Dias de Macedo e Idméa Semeghini-Siqueira.

Mais pormenores sobre o Programa "Uma Biblioteca em cada Município" , consulte-se o Informativo do Ministério da Cultura, Brasília, v.5, n.96, nov.1, 2 000, que assim informou: " Cabe à Secretaria a compra e a remessa dos livros, tarefa antes efetuadas pelas prefeituras. Comissão especial fez seleção de mais de quatro mil títulos de obras literárias, em vista da criação de dois tipos de acervos: um para bibliotecas públicas, e outro para bibliotecas que atendam a comunidades carentes. São títulos que cobrem matéria desde literatura, cultura e arte até culinária. O pacote inclui vídeo de treinamento à distância. Cursos a serem ministrados em vários estados brasileiros foram idealizados pela Profa. Dra. Walda Antunes e Dr.Antonio Miranda, da UnB, em cooperação com o Ministério da Cultura e da Força Sindical , que também está dando apoio financeiro pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador".

Nesse particular, O CFB está atento aos direitos da classe.

Registros:

gpidj/rj

O Grupo Profissionais em Informação e Documentação Jurídica do Rio de Janeiro, em parceria com o SINDJR/RJ, SERJUS e ASSOJAF, disponibilizaram em sua sede um espaço cultural chamado de "Portal Cultural". A idéia é de que os sócios tenham não só um lugar para se reunir como também possibilitar contatos da área. O espaço é agradável e possui, também, exposição permanente de livros e produtos documentais na área de biblioteconomia, arquivo e direito, com descontos de até 50%. Há, ainda, uma Agência de Turismo no local.

SBD-IP-USP E CRP

Acesso à informação especializada em psicologia

A Biblioteca da área de Psicologia na USP, sempre com novidades: site na Internet (bibip@edu.usp.br) oferecendo informações atualizadas, seus produtos/ serviços/ publicações; eventos de psicologia; bases de dados; novas aquisições e um portal de periódicos com apontadores para os sites dos títulos cadastrados (Index Psi Periódicos) e outro para portal de títulos de livros científicos (Index Psi Livros). Faz parceria com o Conselho Regional de Psicologia, ativando um Serviço de Informação Especializada e outras programações, dirigida agora por Maria Imaculada Cardoso, com lastro da administração de Elza Granja.

Bibliotecas da USP em geral estão nesse mesmo nível. Não deixem de visitar a SIBINet (www.usp.br/sibi), entre seus produtos, consulte Biblioteca Virtual da SIBINet; Dedalus; Web of Science/ISI; Eletronic Reference Library–ERL; Programa Biblioteca Eletrônica – ProBE; Scientific Electronic Library Online – SciELO (www.scielo.br).

190 Anos da Biblioteca Nacional

Em 29 de outubro de 2 000, também "Dia Nacional do Livro", a Fundação Biblioteca

Nacional comemora seus cento e noventa anos com várias festividades: Ordem do Mérito do Livro a 13 personalidades, conferências sobre Euclides da Cunha, entre outras. Ver www.bn.br.

Para relembrar a BN brasileira conta com um acervo de 9 milhões de peças, entre livros, periódicos, manuscritos, mapas, partituras, discos, e outros. Sua origem remonta à Livrara organizada por ordem de D. José, Rei de Portugal, para substituir a Real Biblioteca, destruída em incêndio no terremoto de 1º. de novembro de 1755, em Lisboa.

AACR2

Grupo de Trabalho da FEBAB, Coordenado por Rosa Corrêa (elemento de liderança na ABNT e na CBDI – Tratamento da Informação e Informática), lutam para o ressurgimento de edições em língua portuguesa para códigos de catalogação. Edição americana de 1998 do AACR2 se encontra em processo de tradução por essa equipe de especialistas em representação descritiva de São Paulo e Rio de Janeiro, sendo os direitos autorais da FEBAB.

ABNT – NRB-6023, setembro de 2 000, já se encontra disponível em todas as regionais brasileiras da ABNT. Em São Paulo, informar-se no tel .(11) 289.6966.- Av. Paulista, 726, 7º andar.

Outras normas já revistas, ora em processo de consulta pública, são: "Citações Bibliográficas" e "Elaboração de Trabalhos Acadêmicos, Dissertações e Teses".

RESENHAS E RESUMOS

Coordenadora: Nair Yumico Robashi nykobash@usp.br

I - TEMA: TESAUROS

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. **Princípios de lenguaje epistemográfico: la representación del conocimiento sobre Patrimonio Histórico Andaluz**. Sevilla: Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico, 1998. 91p.

Esta obra do pesquisador espanhol Antonio García Gutiérrez apresenta duplo aspecto: a primeira parte constitui-se em abordagem teórica das linguagens de organização e recuperação de informações – aqui denominadas **linguagens epistemográficas**; a segunda, é de natureza aplicada, na medida em que explicita os procedimentos metodológicos utilizados na construção do **Tesauro do Patrimônio Histórico Andaluz,** que constitui, por sua vez, a base empírica de experimentação das linguagens epistemográficas. É, desse modo, abordagem que interessa tanto aos que se preocupam com o desenvolvimento da lingüística documentária quanto àqueles envolvidos com a elaboração de instrumentos de controle terminológico utilizáveis na operação de sistemas de informação concretos.

Na Parte I, o autor apresenta o marco teórico a partir do qual propõe os princípios norteadores da construção de linguagens epistemográficas. Seu ponto de partida é a constatação de que as linguagens documentárias convencionais são pouco eficientes para operar nos sistemas de informação atuais. O alto grau de desenvolvimento das tecnologias da informação, que se expressam na potencialização dos meios de armazenamento massivo de dados, nas novas ferramentas de gestão de bases de dados, na planetarização da circulação de informações, na programação avançada com utilização de metodologias da Inteligência Artificial, nos sistemas hipermídia e nos novos protocolos de comunicação, requerem novos tipos de ferramentas de gestão e comunicação de informação.

García Gutiérrez desenha, portanto, um cenário complexo, a partir do qual conceptualiza ferramentas lógico-semânticas fundadas em novas hipóteses de trabalho:

a) é possível construir linguagens documentárias avançadas que substituam os tesauros tradicionais;

b) as novas linguagens requerem modificações que interferem nos componentes lexicais, nos operadores e nas regras de representação e recuperação, de modo a potencializar o nível sintagmático;

c) as linguagens epistemográficas equivalem a representações pragmáticas de mapas cognitivos;

d) a estrutura hierárquica perde seu papel dominante na estrutura, prevalecendo como método de construção, de modo a servir de arcabouço para as relações horizontais;

e) as linguagens epistemográficas simulam enunciados, sendo que as regras de construção e uso respondem ao conhecimento e ao raciocínio de peritos, explicitáveis para os usuários;

f) os tesauros atuais são referência teórica e empírica para a elaboração de linguagens mais potentes.

Para o autor andaluz, a construção de linguagens epistemográficas requer a leitura crítica da Norma ISO 2788, apresentada pela primeira vez em 1974 e reeditada em 1986. São duas as questões que devem ser observadas:

a) as unidades lexicais previstas nessa norma são nomes ou expressões nominalizadas, fato limitador para codificar informação que expressa ação ou movimento;

b) a estruturação predominantemente hierárquica dos descritores reduz a vocação inicial dos tesauros enquanto linguagens associativas, na medida em que engessa os múltiplos tipos de associações sob o operador TR, mal definido teoricamente e de pouca utilidade prática.

Superar esses dois problemas significa:

1) admitir nas linguagens documentárias todas as categorias léxicas que favoreçam a representação e a recuperação;

2) adotar novas formas de estruturação de modo a permitir a representação de campos do saber como mapas epistemográficos, construídos a partir de óticas que considerem a realidade dos discursos, a linguagem e os usuários.

Na segunda parte do trabalho, García Gutiérrez descreve e avalia o "Tesauro de Patrimonio Histório Andaluz" e as possibilidades de utilizá-lo como campo de experimentação para a construção de uma linguagem epistemográfica. Informa o autor que se trata do primeiro tesauro conhecido que integra as áreas afetas ao patrimônio histórico em geral. Diversos aspectos são descritos, mas são dignos de atenção a sua estrutura básica arborescente, acompanhada, entretanto, de um grande número de relações horizontais e a base léxica do tesauro, constituída de substantivos, sintagmas nominais, adjetivos e prefixos. Chama a atenção a inclusão de adjetivos, que promove, segundo o autor, a redução drástica de descritores sintagmatizados, responsável, em larga medida, pela economia geral do sistema.

As linguagens epistemográficas propõem-se como mapas conceituais aptos a representar a dinâmica de campos de conhecimento sob a forma de hipertextos. Pelo fato de serem construídas a partir de tesauros convencionais, tais linguagens utilizam os descritores como nós a partir dos quais são construídos cenários, isto é, as relações que um termo, qualquer que seja a sua posição na estrutura, estabelece com outros termos, independentemente de sua categorização.

A discussão dos resultados da experimentação levam o autor a ponderar que a elaboração de linguagens epistemográficas requer, muitas vezes, a recategorização dos

descritores e, portanto, a redefinição destes últimos de modo preciso. De fato, é uma proposta que opera com alto grau de formalização, o que requer a incorporação da linguagem da lógica para expressar as relações lógico-semânticas das unidades que as compõem.

As questões apresentadas por Antonio García Gutiérrez, e aqui brevemente resenhadas, são uma demonstração de rigor metodológico. Mas é, acima de tudo, uma contribuição significativa para a consolidação da Lingüística Documentária e, por extensão, da Ciência da Informação enquanto campo científico. Sua proposta merece ser conhecida, debatida e experimentada.

Nair Yumiko Kobashi

Professora Doutora do Departamento de Biblioteconomia e Documentação da ECA-USP nykobash@usp.br.

II - Tema: Arquitetura da Informação: O Caso do Web Site

ROSENFELD, Louis & MORVILLE, Peter. **Information architecture for the World Wide Web**. O'Reilly Online Catalog: 1998. 224p. 1-56592-282-4, Order number 2824 http://www.oreilly.com/catalog/infotecture/index.htm

A arquitetura de informações em *web sites* é uma das mais novas atividades de bibliotecários e documentalistas. Em tempos de bibliotecas "sem muros" (*Chartier*), fica enfatizada a função primordial desses profissionais – organizar a informação para sua transferência - agora com novas exigências: o desenvolvimento de habilidades e procedimentos para trabalhar com as novas mídias.

O livro de Rosenfeld e Morville, profissionais americanos ligados à área de informação e bibliotecas, é referência importante para a discussão de tais procedimentos. Antes de mais nada, para dar a dimensão do problema, os autores chamam a atenção para as diferenças terminológicas entre *web pages, home pages* e *web sites,* distinção importante para mostrar que o todo não é a simples soma das partes, mas, ao contrário, um conjunto estrutural. Com linguagem simples, objetiva, isenta de jargões, usando muitos exemplos, abordam a criação de *sites* a partir de diversos aspectos.

Capítulo 1 – *What makes a web site work* - enfatiza-se a importância de assumir a posição de usuário para identificar seus problemas e necessidades. A partir de analogias com a arquitetura de edifícios, o leitor é convidado a observar os sites registrando suas qualidades e defeitos: facilidades ou problemas para localizar a informação, apresentação gráfico-visual, uso de dispositivos sonoros e gráficos, tempo para o carregamento de imagens,

equilíbrio entre informação e aspecto visual, uso apropriado de softwares e tecnologias etc.

Capítulo 2 – *Introduction to information architeture* - discute-se o papel do arquiteto de informação na tarefa de equilibrar as necessidades da instituição que veicula o site, com as de sua audiência, seleção de conteúdos e funcionalidade do site, formas para localização das informações via organização, navegação, botões de acesso e sistemas de pesquisa, bem como previsões de alterações e crescimento do site. Grande parte dos problemas de um site estão diretamente ligados à organização das informações, já que uma arquitetura mal planejada afetará todas as outras áreas. Analisando perfis de profissionais de várias áreas envolvidas na construção de um web site, aos arquitetos da informação fica reservada tão somente a tarefa de elaborar a arquitetura do site.

Capítulo 3 - *Organizing information* - os autores lembram que nosso entendimento do mundo é determinado pela habilidade de organizar a informação e que as formas de organização são sempre respaldadas por objetivos. Aos arquitetos da informação cabe a tarefa de propor sistemas de organização que façam sentido para o usuário, a partir da exploração das múltiplas possibilidades de organização do mesmo conteúdo, o que acaba por mostrar a pouca pertinência de uso de sistemas altamente estruturados. Para propor princípios de organização em *web sites,* os autores distinguem entre esquemas de organização e estruturas de organização.

Um esquema define características compartilhadas de itens de conteúdo e influencia o agrupamento lógico desses itens. Uma estrutura organizacional define os tipos de relações entre os itens de conteúdo e grupos. Os esquemas podem ser: *exatos* (alfabético, cronológico, geográfico) ou *ambíguos* (sistemas que dividem as informações em categorias que não obedecem a uma definição exata e sim a processos de aprendizagem associativa. Tais sistemas necessitam de definições explícitas e podem se apresentar através de tópicos, esquemas orientados – coleção de processos, funções ou tarefas – sistemas para audiências específicas – sistemas dirigidos por metáforas e sistemas híbridos, estes mais problemáticos, porque não sugerem um modelo para a interpretação.

As estruturas organizacionais, por seu lado, definem as maneiras pelas quais os usuários podem navegar. Incluem hierarquias, modelos orientados para as bases de dados e hipertexto, formas essas que podem ser usadas como complementares.A receita para uma organização coerente varia de um *site* para outro, mas, de um modo geral, os esquemas exatos são melhores para itens de pesquisa bem conhecidos; sistemas ambíguos são melhores para folhear *(browsing)* e para aprender associativamente quando os usuários têm uma vaga noção do que desejam. Algumas vezes pode-se utilizar os dois esquemas, lembrando-se sempre que a linguagem tem suas ambigüidades, o conteúdo é heterogêneo, e as pessoas podem procurar por diferentes perspectivas. Prover múltiplas formas de acessar a informação pode ajudar a lidar com essas diversidades.

No caso das estruturas de organização, deve-se ter em mente que os grandes *sites* requerem os três tipos de estrutura, cada

uma para executar determinada função: hierarquias para mostrar a arquitetura "guarda-chuva" em níveis; os modelos orientados para as bases de dados, para mostrar coleções estruturadas de informação homogênea, passíveis, também, de serem apresentadas de forma hierárquica; formas menos estruturadas são úteis para mostrar relações entre itens *(hiperlinks).*

Capítulo 4 – *Designing navigation systems* - é dedicado à análise deste recurso que garante a localização do usuário no *site.* Concebem-se as formas de navegação como suporte para a aprendizagem associativa, razão pela qual não podem estar limitadas à hierarquia. São explorados diversos tipos de navegação: hierárquica; global (hierárquica acrescida de movimentação lateral); local (mecanismo de navegação próprio de um sub-site); navegação *ad hoc* (representação de palavras ou frases em sentenças ou parágrafos); integração de elementos de navegação (barras de navegação, menus *pull-down*) e navegação remota (tabelas de conteúdo, índices, mapas de sites externos à hierarquia básica do *web site).*

Capítulo 5 – *Labeling systems – Discute-se aqui a* atribuição de expressões ou de indicadores para os botões de acesso O maior problema na definição dessas expressões é a necessidade de brevidade, num meio onde a interatividade não se dá em tempo real, como na TV ou no rádio. O importante é criar um sistema integrado de expressões ou indicadores, não etiquetas isoladas. Tais indicadores podem ser transparentes ou não, expressos em palavras, códigos ou ícones. Devem espelhar a linguagem do usuário e podem ter como fonte vocabulários controlados e tesauros, sempre considerando o tipo de audiência do *site.*

Capítulo 6 – *Searching systems* - os autores se preocupam em mostrar quando se deve usar uma ferramenta de pesquisa, sugerindo formas de fazê-las funcionar melhor. O *site* deve ter conteúdo suficiente para justificar seu uso, já que muitas vezes o *browsing* é suficiente. Um mecanismo de acesso ajudará quando o volume de informações exigir indexação automática de conteúdo do site. Os vários tipos de ferramentas de acesso devem ser selecionados considerando que os usuários de sistemas de informação não são membros de audiências monolíticas que desejam os mesmos tipos de informação apresentadas da mesma maneira.

As buscas por *browsing* e por ferramentas de acesso são, por natureza, interativas e associativas e o desenho das interfaces de busca é tão mais complicado quanto maior for a diversidade de usuários do *site.* São analisadas várias interfaces, discutidas as possibilidades formais de apresentação de resultados de busca, além de questões como relevância. Sugere-se a criação de zonas seletivas para a indexação de conteúdos específicos com o objetivo de realizar a distinção entre níveis de informação diferentes.

Após se concentar na discussão das partes e princípios do desenho da arquitetura da informação, os três últimos capítulos fornecem uma visão geral sobre as três principais fases de desenvolvimento de um site.

Capítulo 7 – *Research* – primeira fase do desenvolvimento de um *site,* sugere-se responder a diversas questões que permitem começar a esboçar o quadro geral do *site*: objetivos a curto e longo prazo, financia-

mento, audiências-alvo, formas de trazer público ao *site*, tipos de tarefas que os usuários devem estar aptos a executar, tipos de conteúdo que devem e não devem fazer parte do *site*. Para implementar esta etapa, que envolve toda a equipe do projeto, são sugeridos vários roteiros de trabalho.

Capítulo 8 – *Conceptual design* – A partir dos dados obtidos na 1ª. fase, inicia-se um *brain-storming* para conceber o *site*. Este é o assunto central do capítulo, cuja preocupação básica é sugerir formas de estimular a criatividade para conceber o sistema.

Trata-se de encontrar a metáfora que orientará a organização do *site*, sugerir esquemas de organização, imaginar cenários e, finalmente, elaborar o protótipo do *site*.

Capítulo 9 – *Production and operations* – mostra que a produção concreta do *site* é antecedida por uma fase de planejamento, durante a qual o administrador do projeto deve coordenar a arquitetura, desenho e componentes técnicos para a sua montagem. Para o arquiteto de informações, esta é a fase onde o ante-projeto encontra o conteúdo. Os ante-projetos servem a propósitos práticos, e devem mapear o site como um todo, de forma detalhada. Esta fase é marcada por intensivos testes e revisões até o lançamento do *site*. Do mesmo modo que no capítulo anterior, os autores sugerem uma série de itens a serem observados relativos ao mapeamento do conteúdo, ao inventário das páginas, à previsão de alterações e crescimento etc.

Capítulo 10 – *Information architecture in action* – com último ponto da obra., um estudo de caso ilustra como a arquitetura da informação pode resolver alguns dos problemas mais comuns relacionados ao desenvolvimento das páginas.

Uma bibliografia organizada por temas e um índice por assunto, encerram essa obra de extrema utilidade para os bibliotecários e documentalistas organizadores de *sites*.

Marilda Lopes Ginez de Lara

Professora Doutora do Departamento de Biblioteconomia e Documentação da ECA-USP. larama@usp.br

GUIA AOS COLABORADORES

FEBAB - Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários
Rua Avanhandava, 40, Conj.110 - CEP 01306-000 São Paulo, SP
Tel. (011) 257 9979

1 OBJETIVO / PERFIL DA REVISTA

Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação [RBBD] - órgão oficial da FEBAB - intentando diferenciar-se de outros periódicos brasileiros similares de Biblioteconomia, Ciência da Informação e Documentação, e domínios afins, define-se nesta nova série como revista de serviços, dirigindo-se ao bibliotecário em geral que busca principalmente atualização de conhecimentos e aberturas à sua produção técnico-científica.

2 DIRETIVAS EDITORIAIS

Alertando autores, analistas e editores de seções, a RBBD deseja oferecer matérias em forma mais comunicativa e utilizar a numeração progressiva com o intuito de facilitar a leitura e a absorção de conteúdos pelo grande público. Evita o emprego de tabelas e gráficos, fazendo-o por explicações verbais no texto. Com esta disposição, além de artigos e comunicações / documentos importantes, deve contar com um serviço de notas e registros, relatórios de eventos e de associações, e tudo que possa contribuir para preservação e memória profissional, incluindo ainda depoimentos e entrevistas, com isso propiciando futuras análises de épocas e contextos da profissão.

Grande parte dos públicos-alvo ainda pede edição impressa em papel; contudo, projeções para edições eletrônicas a assuntos especiais e eventos correntes estão sendo exigidos, sendo prevista esta réplica para segunda etapa da publicação da revista.. Entre as diretivas gerais da RBBD, enquadram-se os seguintes pontos:

2.1 O Conselho Editorial, constitui-se de *referees* com experiências e especialidades diversas, originários de instituições nacionais, e de alguns países, para garantir a circulação de idéias e de pontos de vista diversificados. Sob anonimato do autor, dois analistas, conforme especialidades, apreciarão cada trabalho, seguindo as prescrições da revista, e cabendo ao Redator-chefe dirimir dúvidas existentes.

2.2 Os trabalhos enviados devem ser originais e não terem sido publicados em outros periódicos. Casos especiais, serão resolvidos pelo editor-chefe da revista.

* Aqueles trabalhos de interesse a algumas das edições da RBBD, já publicados em revistas de outras áreas e/ou em anais de congressos e similares - tratando-se de um caso especial - poderão ser incluídos nesta revista, desde que obtida a permissão do autor e da direção da respectiva revista.

* Trabalhos de autores portugueses e de língua hispânica também serão bem-vindos, bem como traduções de outras línguas, desde que aceitem as normas da revista.

* Os originais aceitos para publicação, constituindo-se propriedade exclusiva da revista, não serão devolvidos ao autor, cabendo-lhe o recebimento de dois exemplares do fascículo.

2.3 São de inteira responsabilidade dos autores, as suas opiniões, afirmações e idéias em debates no fascículo.

2.4 Sempre que necessário, a revista terá como eixo central um determinado tema, encomendando artigos a especialistas; todavia, outro tanto de matérias abertas, será selecionado para variação de tópicos do fascículo em projeção.

3 Estruturação em Seções e Categorização dos Trabalhos

Com apoio nos resultados de amostra obtida na "Enquete de Opiniões sobre a RBBD", em março de 1999, a revista foi estruturada em determinadas Seções. Neste particular, sob critérios de categorização dos trabalhos, o Conselho Editorial deverá aceitar as contribuições de nível em conteúdo e forma, que observem as seguintes prescrições:

1 Artigos e Comunicações

A) **Artigos originais,** produtos de válida experiência profissional e de pesquisa.

B) **Comunicações e relatos da prática profissional**; modelos, projetos realizados, experiências inovadoras.

C) **Revisões de literatura, sistematizações**, consideradas de importância para divulgação, e fundamentação bibliográfica.

D) **Experiências didáticas, trabalhos de estudantes;** roteiros sistematizados, projetos, tcc.

E) **Traduções,** (devidamente autorizadas pelo autor ou editora), imprescindíveis pela relevância do tema e da divulgação.

Outras Seções

F) **Comunicações / Documentos** (diretrizes, padrões, cartas de princípios; documentos legislativos; projetos; comunicações da federação e dos órgãos associativos, incluindo recomendações de eventos, como também de agências culturais e educacionais, entre outras, para conhecimento do grande público.

G) **Depoimentos / Debates / Entrevistas** para que constituam memória profissional futura (sobre personalidades e acontecimentos atuais e significativos ao ensino e pesquisa; movimento associativo; setores produtivos; áreas culturais, educacionais e/outras).

H) **Notas e Registros**, em forma compacta para efeito de memória profissional sobre eventos (congressos e similares), cursos, fatos e acontecimentos profissionais, em nível nacional e internacional..

I) **Resenhas, recensões críticas, resumos conjugados** (publicações recentes, dissertações e teses, artigos de revista, conjuntos de vários trabalhos do mesmo tema).

J) **Cartas ao Editor**, significativas e com sugestões para melhoria da revista.

4 Normas para Apresentação dos Trabalhos

4.1 Os **artigos, revisões e traduções** com extensão máxima de 25 páginas; as demais categorias, entre 20 a 10 páginas, e as **resenhas**, não ultrapassar a 5 páginas. Outras seções serão formatadas pelo editor-chefe e respectivos editores assistentes.

4.2 Os trabalhos devem ser enviados, ao Redator-chefe (FEBAB: Rua Avanhandava, 40, conj.110, São Paulo, SP 01306), em duas vias em papel. Sendo aceitos, caberá ao autor o envio da versão final, em disquete, digitado

em processador Word 6 ou 7 a fim de agilizar a publicação do fascículo. Cada lauda, em 20 linhas e 70 toques, numerada consecutivamente em algarismos arábicos no canto superior direito..

4.3 Os trabalhos não selecionados serão devolvidos aos autores, seguidos de parecer dos respectivos analistas, em anonimato. Aqueles aceitos para publicação, se tiverem problemas de ordem formal e/ou temática, ao Conselho Editorial reserva-se o direito de devolver os originais para a devida correção. De outro lado, as pequenas modificações de ordem formal e redacional, ao Redator-chefe caberá o encaminhamento do trabalho aos revisores especializados.

A) Para controle editorial

4.4.1 Em vista de ter-se o(s) autor (es) em anonimato no processo de avaliação, solicita-se, à parte, uma página em que constem: título e sub-título, nome completo do autor, dados mínimos curriculares e endereço; número de telefone, fax e e-mail.

4.4.2 Em folha separada, também, é solicitado um resumo em português e outro em inglês, com extensão máxima de 150 palavras, determinando de modo conciso o que e por quê foi feito o estudo; o que foi encontrado e concluído, seguido de cerca de 05 a 08 palavras-chave que representem as facetas principais de conteúdo do trabalho (NBR 6228/80).

B) Elementos que caracterizam o trabalho

4.4.2.1 Título em português (seguido de um asterísco), expressando objetivamente o tema, sendo o sub-título, dedicado às suas delimitações; e um título em inglês para entrar também no Sumário.

4.4.2.2 Autor (es) (seguido de dois asteríscos), em ordem alfabética de sobrenome e/ou, conforme o caso, autor principal seguido dos colaboradores.

4.4.2.3 Data de entrega do artigo à Redação a qual, posteriormente, aparecerá no fim do artigo, antes da data de publicação.

4.4.2.4 No rodapé da página de rosto, devem ser incluídas após um (*) notas sobre o trabalho e após dois (**) credenciais do autor.

4.4.2.5 O trabalho deve ser redigido de modo claro, gramaticalmente correto, e bem comunicativo ao grande público a que se destina, usando, de preferência, a terceira pessoa. Sugere-se aos autores iniciantes que submetam o trabalho por uma revisão redacional, antes do envio à RBBD.,

4.4.2.6 Recomenda-se que o texto seja demarcado em três partes, distribuindo-se a matéria : a) introdução, b) estudo (com reflexões e análises interpretativas, verbalizando as ilustrações gráficas, c) considerações finais e/ou conclusões. No caso, principalmente de um trabalho de pesquisa, deve-se relatar o objetivo e procedimentos metodológicos. Cuidado especial na fundamentação bibliográfica do texto, seguindo criteriosamente uma só sistemática de citações de texto e, em último lugar, listar as Referências Bibliográficas, incluindo a data junto ao autor. Exemplos:

* No texto: ..."Nossa mente é a melhor tecnologia, infinitamente superior em complexidade ao melhor computador, porque pensa, relaciona, sente, intui e pode surpreender" (MORAN, J.M., 1997:153).

* Na listagem: MORAN, 1997, Como utilizar a Internet na educação, **Ciência da Informação**, Brasília, v.26, n.2, p.146-53, maio/ago. 1997.

* Para as referências bibliográficas, seguir normas da ABNT: NBR 6023/89, para os

documentos eletrônicos, seguir critérios uniformes, de começo ao fim.

4.4.2.7 Para comunicações informais, como entrevistas e trabalhos didáticos não publicados, citá-los em notas de rodapé, e - se importante para a natureza do trabalho - criar-se uma rubrica especial após a listagem bibliográfica (Entrevistas. Comunicações Pessoais). Trabalhos em vias de publicação, podem ser identificados comumente, colocando-se no local de caracterização da obra "No prelo".

Exemplos de Principais Casos de Referências Bibliográficas Utilizados pela Editora

1 Livros

FRANÇA, Júlia Lessa et al. **Manual para normalização de publicações técnico-científicas.** 3.ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1996.

2 Parte de obra

MACEDO, Neusa Dias de. **Iniciação à pesquisa bibliográfica**: guia ao estudante para a fundamentação do trabalho de pesquisa. São Paulo: Edições Loyola, 1994. Técnicas e normas documentárias na realização do trabalho de pesquisa bibliográfica, 4, p.21-51.

3 Tradução e Artigo de periódico

DRABENSTOTT, K. M., BURMAN, C. M. Revisão analítica da biblioteca do futuro [Analytical review of the library of the future] Tradução e condensação por Neusa Dias de Macedo. **Ciência da Informação,** Brasília, v.26, n.2, p.180-94, maio/ago. 1997.

Seguir para Referências Bibliográficas ABNT/NBR - 6023 /2 000